



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS (CCI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITÓRIO (PPGCult)

Bruna de Souza da Silva

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESTUDANTES COTISTAS NA UFNT, CÂMPUS
ARAGUAÍNA/TO

Araguaína/TO,

2024

Bruna de Souza da Silva

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESTUDANTES COTISTAS NA UFNT,
CAMPUS ARAGUAÍNA/TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI) para obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olivia Macedo Miranda de Medeiros

Araguaína/TO

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D278t de Souza da Silva, Bruna.

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESTUDANTES COTISTAS
NA UFNT, CÂMPUS ARAGUAÍNA/TO / Bruna de Souza da
Silva. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2024.
132 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação -
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e
Território - PPGCult) -- Universidade Federal do Norte do
Tocantins, 2024.

Orientadora: Olivia Macedo Miranda de Medeiros.

1. Territorialização. 2. Cotas Raciais. 3. Interseccionalidade.

CDD 301.09

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ORCID DOS PESQUISADORES

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olivia Macedo Miranda de Medeiros - 0000-0003-4297-1158

Autora: Bruna de Souza da Silva - [0000-0002-3302-4282](https://orcid.org/0000-0002-3302-4282)

Bruna de Souza da Silva

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS ESTUDANTES COTISTAS NA UFNT, CÂMPUS
ARAGUAÍNA/TO

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult). Foi avaliada para a obtenção do grau de Mestre Estudos de Cultura e Território e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Olivia Macedo M. de Medeiros – Orientadora (UFNT)

Prof.^a Dr.^a Gleys lally Ramos dos Santos – Membro externo (UFT)

Prof.^a Dr.^a Dyane Brito Reis Santos – Membro externo (UFRB)

Prof.^a Dr.^a Rejane Cleide Medeiros de Almeida – Membro interno (UFNT)

*Dedico esse trabalho ao meu filho, Kauê.
E a todas as ancestrais, mulheres negras,
que vieram antes de mim. Que lutaram e
territorializaram-se. Precursoras da
diversidade amefricana, que trilharam o
caminho para o acesso à educação e à
pesquisa no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Quando olho para a minha trajetória acadêmica até aqui, parece que foi um sonho que agora está se concretizando, um sonho no seu sentido mais literal. Por muito tempo a autossabotagem me perseguiu, fazendo-me acreditar que eu não tinha potencial para chegar aonde eu cheguei. Foram inúmeras as dificuldades e empecilhos, em que tive que me fazer forte para vencer os obstáculos. Não foi fácil. O sentimento é de gratidão.

Quero agradecer à minha família, à minha mãe, Vanderli, às minhas irmãs, Jéssica e Sarah, por me apoiarem, e, especialmente, ao meu filho que foi quem me deu impulso para continuar e não desistir, foi por você, meu amor, sempre por você, Kauê.

Quero agradecer à minha tia, Eliana, e à minha avó, Aurora, que não estão mais nessa dimensão terrestre, mas que foram fundamentais, me dando suporte para que eu tivesse acesso à melhor educação básica, aos ensinamentos e conselhos necessários para que eu não desviasse do meu propósito. Amo vocês e estou com saudades.

Gratidão à minha amada orientadora, Olivia Medeiros, que nunca mediu esforços para me ajudar, mas também para apontar meus erros. Pelos conselhos e pelas broncas também, que levarei para a vida toda, pois me construíram não só enquanto pesquisadora, mas como pessoa. A nossa trajetória é longa. Entre erros e acertos, fui trilhando a minha trajetória acadêmica, ingressando no mestrado no mesmo ano em que me formei na graduação. Sem você, nada disso teria acontecido. Obrigada por acreditar em mim e não desistir.

Agradeço a todos os profissionais da UFNT, bem como do PPGCult, em especial aos professores, por todo o aprendizado compartilhado. Aos amigos que fiz, e por todas as experiências trocadas, foi incrível. Levarei-os para sempre comigo.

Não poderia deixar de agradecer às minhas interlocutoras, por se disponibilizarem e contribuírem imensamente com a minha pesquisa, serei eternamente grata.

Por fim, agradeço à CAPES/CNPq, por me proporcionar a bolsa de mestrado, sendo indispensável para que eu concluísse a pesquisa.

*A alguns anos vem sendo feito
Um belo trabalho de resgate
Da autoestima preta
Mas a prioridade
É o resgate da consciência coletiva
Porque essa sociedade é individualista
Criada pelo capitalismo
Traga pelo colonialismo
É necessário o resgate
Da consciência coletiva
Como nos Quilombos na África
Como nas terras Indígenas
Nessas linhas
Nas minhas rimas, expondo
Meus versos de axé
E se eu não tiver fé
Ninguém vai me escutar*

*“Andar com fé eu vou
Porque a fé não costuma faia
Andar com axé eu vou
Porque o axé não costuma faia”*

(Magno Asis)

RESUMO

Essa pesquisa reconstituiu as experiências de estudantes negras que ingressaram na UFNT por meio das Ações Afirmativas, as Cotas Raciais, a partir de suas perspectivas e memórias das vivências racistas desde a infância até os processos de territorialização na Universidade Federal do Norte do Tocantins, localizada em Araguaína, região extremo Norte do Tocantins. As estudantes que fazem parte dessa pesquisa estudam no Centro de Ciências Integradas e são atendidas pelo sistema de Cotas Raciais, ação reparatória direcionada a algumas minorias que foram marginalizadas ao longo do contexto histórico do Brasil, a exemplo da população negra. Esse contexto histórico político-cultural-econômico possui origem na colonização, sistema que foi sustentado pela escravização em massa de africanos e afro-brasileiros no Brasil, resultando em um dos maiores genocídios dos povos indígenas e africanos da história. Desse modo, partindo do princípio de que a Universidade é um território institucionalizado e de disputa, e, portanto, não está isenta dessa estrutura racista e hegemônica, propomos investigar a trajetória acadêmica de quatro estudantes cotistas. A partir da abordagem das interseccionalidades (COLLINS, 2019; GONZALEZ, 2020), buscaremos analisar como essas estudantes articulam-se, no âmbito das relações entre identidade étnico-racial (HALL, 2003) e suas experiências de territorialização (HAESBAERT, 2004), enquanto estudantes negras cotistas na Universidade. A pesquisa está debruçada teórico-metodologicamente na revisão de literatura sobre questões étnico-raciais e Feminismo Negro, assim como os estudos envolvendo Cultura e Território. Por ser um tema sensível e que envolve nuances traumáticas, optamos por trabalhar metodologicamente com a História Oral (THOMPSON, 1992), visando reconstituir dialogicamente as trajetórias de vida dessas estudantes. Mobilizando o procedimento qualitativo da história de vida, evocando memórias que nos auxiliaram a compreender como suas identidades étnico-raciais foram sendo constituídas em meio aos violentos processos de racismo e sexismo envolvidos na trajetória educacional até a territorialização do espaço acadêmico. Dessa forma, a pesquisa evidenciou que, apesar das dificuldades trazidas pelo espaço acadêmico, como os conflitos, o desejo de desistência, o racismo, a burocracia e as interseccionalidades que se cruzam, as interlocutoras criaram mecanismos de resistência e de ressignificação do espaço. Criando significados a partir do pertencimento em determinados grupos raciais, reivindicando a própria negritude, seja nos laços criados de amigas, nas articulações com movimentos sociais e coletivos, ou nas diversas experiências vivenciadas dentro da Universidade.

Palavras-chave: Territorialização. Identidade Étnico Racial. Cotas Raciais. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This research reconstructed the experiences of black students who entered UFNT through Affirmative Actions, Racial Quotas, from their perspectives and memories of racist experiences from childhood to the processes of territorialization at the Federal University of Northern Tocantins, located in Araguaína, extreme northern region of Tocantins, the students who are part of this research study at the Center for Integrated Sciences – CCI and are served by the Racial Quotas system, a reparatory action aimed at some minorities that have been marginalized throughout the historical context of Brazil, the example of the Black population. This political-cultural-economic historical context has its origins in Colonization, a system that was sustained by the mass enslavement of Africans and Afro-Brazilians in Brazil, resulting in one of the largest genocides of indigenous and African peoples in history. Thus, based on the principle that the University is an institutionalized and disputed territory, and, therefore, is not exempt from this racist and hegemonic structure, we propose to investigate the academic trajectory of four quota students. Using the approach of intersectionalities (GONZALEZ, 2020), (COLLINS, 2019), we will seek to analyze how these students articulate themselves, within the scope of relations between ethnic-racial identity (HALL, 2003) and their experiences of territorialization (HAESBAERT, 2004), as black female students at the University. The research focuses theoretically and methodologically on the literature review on ethnic-racial issues and Black Feminism, as well as Studies involving Culture and Territory. As it is a sensitive topic that involves traumatic nuances, we chose to work methodologically with Oral History (THOMPSON, 1992), aiming to dialogically reconstruct the life trajectories of these students. Mobilizing the qualitative procedure of life history, we intend to reconstruct their experiences, which will evoke memories that will help us understand how their ethnic-racial identities were being constituted amid the violent processes of racism and sexism involved in the educational trajectory until the territorialization of space academic. In this way, the research showed that despite the difficulties brought by the academic space, such as conflicts, the desire to give up, racism, bureaucracy and intersectionalities that intersect, the interlocutors created mechanisms of resistance and resignification of the space. Creating meanings based on belonging to certain racial groups, claiming one's own blackness, whether in the bonds created through friendships, in articulations with social and collective movements, or in the various experiences lived within the University.

Keywords: Territorialization. Racial Ethnic Identity. Racial quotas. Intersectionality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Recorte do <i>Jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro</i> , 1948, Rio de Janeiro	26
Figura 2 - Recorte do <i>Jornal Alvorada</i> “Buscando Igualdade na Educação Universitária”, de 1946, São Paulo.....	28
Figura 3 - <i>Jornal da Marcha</i> , outubro de 1995, 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares, São Paulo.....	35
Mapa 1- Mapa da UFNT, Centro de Ciências Integradas (Cimba) – Araguaína/TO .	44
Quadro 1 - Dados das/os interlocutoras/es	62

SUMÁRIO

AUTOIDENTIFICAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	15
1 A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL: A LUTA DO POVO NEGRO.....	20
1.1 A LUTA POR COTAS RACIAIS: O MOVIMENTO EM ÂMBITO NACIONAL	22
1.2 COTAS ÉTNICO-RACIAIS: A UNIVERSIDADE ENQUANTO UM ESPAÇO DE DISPUTA.....	41
1.3 REPRESENTAÇÕES ACERCA DA ESTUDANTE NEGRA COTISTA	51
2 A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS	59
2.1 O RACISMO NA INFÂNCIA DENTRO DO CONTEXTO EDUCACIONAL	61
2.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MENINA NEGRA.....	75
2.3 UMA DECISÃO DIFÍCIL: “SER NEGRA”.....	82
3 IDENTIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE	91
3.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA ESTUDANTE NEGRA COTISTA NA UFNT	93
3.2 A TERRITORIALIZAÇÃO A PARTIR DA PERMANÊNCIA: “É FÁCIL ENTRAR, O DIFÍCIL É PERMANECER”	106
3.3 A UNIVERSIDADE ENQUANTO CONDUTORA DE EXPERIÊNCIAS E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122

AUTOIDENTIFICAÇÃO

Brasiliense com traços tocantinenses. Historiadora e mestranda. Mãe do Kauê. Mulher Negra nascida de uma mãe tocantinense e um pai mato-grossense. A minha criação foi desempenhada essencialmente por mulheres. Primeiro a minha mãe, Vanderli, depois a minha avó, Aurora, e tia Eliana, ambas do lado paterno. Eu tive uma infância muito feliz e privilegiada. Fui criada em uma família de militares: meu avô, Davi, era tenente do Exército, e seu filho e meu pai, Bombeiros Militares. Aquela típica criação autoritária e conservadora. Eu consegui fugir desse paradigma pois nasci neta, e o tratamento com netos é diferenciado. Mas, ainda assim, lembro de algumas práticas como ser chamada atenção por algum tio por não utilizar o termo “sim, senhor”. Obviamente, desde pequena o espírito rebelde e revolucionário já pairava em mim, o que não permitia que eu seguisse a regra, sendo a antissocial da família.

A condição financeira dos meus avós permitiu que eu tivesse acesso e oportunidades. Estudei da 7ª série (hoje, 8º ano) ao Ensino Médio em uma escola particular de Freiras Católicas, o Colégio Imaculada Conceição. Meus avós não eram ricos, eram classe média. Em Brasília, existem outras escolas particulares potencialmente endinheiradas, chegando ao valor de um curso de medicina na universidade. A minha escola era a mais pobrezinha entre elas, mas, ainda assim, ostentava uma estrutura material com amplo acesso a livros, laboratório, tecnologia e ensino e aprendizagem através de um corpo docente de excelência. O acesso a uma educação de qualidade e a vivência a uma diversidade experienciada foram essenciais para o meu aprimoramento enquanto estudante, pesquisadora mestranda e ser humano. Essa segunda parte explicarei melhor em breve. Eu fui uma adolescente questionadora e crítica, História já era a minha disciplina favorita, lembro, quando ainda estava na 7ª ou 8ª série, de dizer para o orientador do Colégio que eu era socialista e ele me responder que era capitalista, sem falar a parte que tentei convencê-lo do porquê aceitar o socialismo como a melhor opção.

Brasília foi o lugar ideal para vivenciar a minha infância e a transição para a adolescência. Minha terrinha natal cheia de lunáticos, mas que providenciou os melhores rolês da tarde “fumando um” no lago ou na ermida, ou os encontros do acaso. As amizades da infância para a vida. O céu e as paisagens mais lindas e psicodélicas, fazendo jus ao formato de avião da cidade. No Ensino Médio, reprovei o

3º ano, logo o último! Um ano antes, em 2012, no final do ano escolar, eu, no auge dos meus 18 anos fui para o maior festival de música eletrônica da América Latina, *Universo Paralello*, um festival realizado na Bahia, na cidade de Pratigi. Na beira de uma praia com extensão quilométrica, contou com a presença de 30 mil pessoas na última edição. O festival dura cerca de 8 dias e é contemplado por pessoas de etnias e raças do mundo todo. Mas esse amor com o trance veio de muito antes, no auge dos meus 16 anos já frequentava festas raves todos os finais de semana praticamente, nos lugares mais distantes e naturais, no meio do cerrado e da mata atlântica, ou próximo de uma cachoeira. Houve também outros festivais que frequentei antes da UP. Foi uma experiência enriquecedora de cultura, conhecimentos, amizades, convivências, aventuras.

Na Bahia, depois do final da *Universo Paralello*, eu e Luana Luna, madrinha do Kauê seguimos viagem entre amigos por onde o caminho levava, fomos pra Itacaré, Barra Grande, Camamu, Chapada Diamantina, apenas com um mochilão nas costas e a barraca em mãos, foi de camping em camping a nossa jornada. Praias surreais e paradisíacas. Bahia é Vida. Saudades. Quando voltei para Brasília, com a nota do Enem passei para a UNB em Artes Plásticas, mas perdi a prova específica porque cheguei atrasada, conseqüentemente perdi o curso. Nessa época, minha mãe estava no Tocantins, meus avós já haviam falecido muitos anos antes e eu vivia com a minha tia Eliana. Minha vó foi o amor todo da minha vida, uma grande mulher, exemplo de amor e simpatia, sem falar do dote culinário. Minha Tia já era mais metódica, e sofreu tentando colocar juízo na minha cabeça, a sua ida precoce foi que me motivou a sair de Brasília. Uma frase que ela me dizia frequentemente e não sai da minha cabeça é “- Bruna estuda, estuda para não depender de homem, não ser humilhada e ter seu próprio dinheiro.”. Apesar de eu entender o que ela queria dizer, eu não entendia o real significado daquilo, até hoje. A minha tia não mediu esforços para que eu tivesse acesso à melhor educação, lembro que o prazer dela era entrar numa livraria, e o meu de escolher os livros que eu quisesse. Era muito bom. Ela sempre foi um exemplo de leitora, tinha coleção de livros, todos de gênero romance. A leitura era seu grande hobby. Foi a única da família que cursou uma universidade, mesmo com uma condição econômica estável, os demais irmãos não fizeram questão de cursarem o ensino superior.

Agradeço a todas as energias, sintonias, e contradições que me trouxeram para terras tocantinenses. A primeira vez que pisei os pés no Tocantins, de forma breve,

foi quando tinha 10 anos, depois, somente com 17anos quando eu fui visitar por escolha própria. Aos 22 anos eu me mudei para o Tocantins de forma permanente, mas de início eu não sabia. A morte da minha tia foi muito difícil pra mim, queria me distanciar de Brasília, então revolvi correr pro colo de mainha. Essa que passei anos sem ver. Daí em diante, as coisas aconteceram como se tivessem sido escritas pelo Universo, e foi. Com 4 meses que estava no Tocantins eu engravidei do meu namorado de 3 meses de namoro. Foi um momento intenso, de muitas dúvidas e medos. A essa altura eu já havia passado em Turismo pela UFT. Quando soube da gravidez, resolvi tentar por vagas remanescentes o curso de História. Tive que fazer escolhas pensando no meu filho, a mudança de curso foi devido ao fato que não teria mais disponibilidade de estar viajando como antes, ainda mais profissionalmente, com uma criança recém-nascida. Ao ponto que eu também já amava História, mas achava que não teria nota o suficiente. Quando soube que passei, lembro até hoje a euforia, devia estar gestante de uns 8 a 9 meses, foi muito empolgante quando uma amiga me ligou contando. Antes de cursar História, eu já havia feito algumas tentativas de cursar o ensino superior, principalmente pensando nos conselhos da minha tia. Mas sempre tive em mente que era impossível estudar ou trabalhar com o que você goste.

Depois de voltar da licença-maternidade de 4 meses, ainda amamentando, tive que viver essa realidade com novos desafios. Mas lembro como se fosse ontem, que desde o primeiro dia me identifiquei com o curso. Parece que era o curso feito para mim, mediante a todas aquelas discussões sociais, raciais que até eu então eu fazia o estudo por conta própria, tava tudo ali, bem na minha frente. Era fascinante. Mas também desgastante ainda exercendo a maternidade e sendo dona de casa. Juntei com o Filipe, o Pai do Kauê, entre altos e baixos passamos por muito. Começando do zero, morando em uma banda de casa, eu e Filipe dois jovens totalmente despreparados para o futuro. Afinal, nunca existiu um manual, não é mesmo? Mas estamos aí. Sem a rede de apoio que o Filipe e sua família me proporcionaram, dificilmente eu teria conseguido. A UFT está localizada na cidade vizinha, o que fazia com que eu deixasse meu bebê e me deslocasse pela BR 153 para estudar. Esse apoio permitiu que eu pudesse fazer essa viagem cansativa, me dedicar às aulas sem ter que fazer meu bebê pequeno passar por esse estresse. Foi difícil, dia após dia, pegando de 1 a 3 disciplinas por semestre pra conseguir dar conta. Nesse meio tempo, pude conhecer mais o meu Tocantins e suas belezas, sua cultura e sua história.

Também pude me encontrar, reconhecer minhas raízes tocantinenses e me orgulhar de ser uma pesquisadora tocantinense, uma pesquisadora do norte!

Mas o Tocantins, apesar das suas virtudes, também possui um forte esquema político partidário para atribuição de cargos. Eu moro em Nova Olinda, uma cidade de uns 13 mil habitantes, de beira de BR. Cidade do interior, rural e conservadora. A minha aparência de tatuagens e piercings, sem falar a postura, não me ajudaram muito. Mas nunca me importei com a opinião alheia, sempre vivi minha vida da forma que achei melhor, independente dos olhares. Eu sempre dizia: - Vou me formar em História, fazer o mestrado e passar no concurso. Talvez, naquele tempo, nem eu mesma acreditasse, mas palavra tem poder, viu? Foram 5 anos tentando me formar. Minha pesquisa de TCC foi meu grande orgulho, discutindo a situação da mulher negra na prostituição, o meu interesse desde o início do curso sempre foi de discutir sobre a mulher negra. Muita gente duvidou do meu potencial, mas tive uma aliada das maiores do meu lado que, com seu jeitinho duro, sempre me fez mais forte, a minha orientadora Olivia. Uma mulher que levanta outras.

Assim que terminei a graduação em 2022, logo passei para o mestrado, segundo sonho que eu achava impossível sendo realizado. O projeto de dissertação não podia ser diferente, resolvi discutir sobre Cotas raciais, Identidade Étnico-Racial e a mulher negra. Eu me identifiquei como negra já morando no Tocantins, depois de me letrar racialmente comecei a voltar na memória e analisar os episódios de racismo sofridos na infância, como o fato de a minha escola só ter apenas eu e outra amiga negra. Eu lembro que, na época do Ensino Médio, mesmo não tão politizada, eu falava sobre legalização do aborto e instituição de Cotas Raciais, lembro que muitos dos grupos de Brasília me criticavam por seguir esse discurso. A UFT colaborou sendo esse espaço de autoconhecimento, pois autoaceitação eu já tinha muito.

Quando era criança eu amava meu cabelo cacheado e seu volume. Na adolescência, rodeada por meninas brancas de cabelos lisos, eu passei a querer negar a minha juba, foi então que flertei com a chapinha e a progressiva. Mas, antes mesmo de se tornar moda ou as empresas lucrarem horrores com a venda de creme para cabelos cacheados e crespos, eu já havia começado a minha transição, com receitas caseiras, babosa e muita coragem. Foi um caminho sem volta de amor próprio. Ali reivindiquei a minha natureza, a minha ancestralidade e a minha identidade, e isso aconteceu ainda antes de eu chegar no Tocantins. Já estava nesse processo de descoberta de mim mesma tinha um tempo, mas o Tocantins serviu como

chave de ouro. Eu então já estava bem realizada, formada, e cursando uma Pós-Graduação e ainda ganhando bolsa de mestrado, mas o sentimento de autossabotagem me fez questionar se eu merecia aquilo ou se eu devia me contentar com aquilo, por já ser grandioso demais. Mas não podia me dar esse luxo, independente da autossabotagem que me persegue eu precisava me sustentar e sustentar meu filho, e um grande medo era que eu fosse uma mestre desempregada. Como conseguir um emprego em uma cidade que tudo se baseia em apoio político? Não havia outra solução, tinha que passar no Concurso.

Fazia 13 anos que não havia concurso para professores no estado do Tocantins, mas eu sabia que em breve iria sair. Contando apenas com a fé e a intuição. Mais uma vez sem acreditar muito, eu paguei um cursinho e fiz a prova. A minha irmã Jéssica, a primogênita, foi fundamental nesse processo. Ela, sendo uma rata de concursos, me aconselhou e orientou da melhor forma possível para que eu tivesse sucesso na seleção. Minha gratidão a ela. Passei em primeiro lugar para a cidade de Nova Olinda. Dias de luta, dias de glória!

Tenho total consciência dos privilégios que contribuíram para que eu chegasse aonde cheguei. Só que mais importante ainda é ter consciência da classe a qual pertenço. Reconhecer as lutas do povo negro. Reconhecer todas as estruturas que marginalizam e tentam fixar nossos corpos, em representações estigmatizadas de espaços de exclusão. Tudo aconteceu de forma fluida, eu corri atrás e agora estou colhendo os frutos de uma trajetória complexa, mas ao mesmo tempo leve, graças à companhia dos amigos e familiares. O Tocantins me proporcionou muitas vitórias que pensava não ser merecedora, pude me aproximar da minha mãe e das minhas raízes maternas, me reconheci enquanto mulher negra politicamente, tive o maior presente do mundo que é meu filho Kauê e estou tendo a melhor experiência epistemológica, militante e intelectual no atual momento. Acreditar e fazer acontecer.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi construída sob a ótica da análise dos processos de territorialização material e simbólica (HAESBAERT, 2011) experienciados pelas estudantes negras cotistas do ensino superior da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), no Centro de Ciências Integradas (CCI), localizado em Araguaína, no Norte do estado do Tocantins. Partindo da abordagem das interseccionalidades (GONZALEZ, 1982; COLLINS, 2019), buscaremos analisar como essas estudantes articularam-se, no âmbito das relações étnico-raciais, de classe e de gênero, a partir de suas experiências de territorialização enquanto cotistas na UFNT.

Para atingir esse objetivo, discutimos alguns aspectos que configuram essas relações: em primeiro lugar, buscamos compreender a formação da identidade étnico-racial das estudantes negras cotistas da UFNT, por meio da análise de suas trajetórias de vida. Apoiando-nos nas categorias de análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe, investigamos a questão representativa do “ser negra”, bem como as especificidades da condição da mulher negra apresentadas na trajetória das estudantes.

Em nossa concepção, para entendermos como essas territorializações acontecem e interpelam essas estudantes, foi necessário compreendermos suas trajetórias de vida e, em especial, os instrumentos que sistematicamente as marginalizam em uma estrutura racista e sexista, determinando a sua exclusão de espaços privilegiados, construídos a partir do teor social, econômico e educacional, tal como as universidades.

Desse modo, por ser um tema sensível e que envolve nuances traumáticas, optamos por trabalhar metodologicamente com a História Oral (THOMPSON, 1992), visando reconstituir dialogicamente as trajetórias de vida dessas estudantes. Mobilizando o procedimento da história de vida, pretendemos reconstituir as experiências de quatro estudantes cotistas da UFNT, as quais evocaram memórias que nos auxiliaram a compreender como suas identidades étnico-raciais foram sendo constituídas em meio aos violentos processos de racismo e sexismo.

Levando em consideração a diversidade das existências que se modificam a partir de diversos fatores, como a escolha do próprio curso e espaço

que está inserida, optamos por realizar as entrevistas somente com os cursos situados no CCI da UFNT, dando prioridade às licenciaturas que se encontram todas nesse espaço. Além de que, apesar de as mulheres serem maioria nas Universidades, estão localizadas em maior parte nos cursos caracterizados enquanto femininos, como as licenciaturas, por exemplo. Sobre isso, Paul Thompson (1992) esclarece que a História Oral, “em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista”. (p. 26).

A partir da reconstituição das trajetórias que derivam de uma multiplicidade de perspectivas e também dos elos comuns das experiências, podemos subsidiar nossa interpretação de como se deram os processos de territorialização dessas estudantes negras e cotistas na UFNT, especialmente no que diz respeito às injunções e disjunções entre resistências, identidades e disputas em torno da implementação das políticas de cotas raciais como ação afirmativa para promover a equidade racial no ensino superior.

As territorializações no espaço acadêmico são pautadas em disputas e mediada pelos processos de afirmação e construção da própria identidade étnico-racial relacionada com o ingresso na Universidade pelo sistema de cotas raciais, constituindo-se um dos problemas dessa pesquisa compreender como políticas públicas de cotas, além de promover a ocupação de espaços privilegiados, acabam atuando enquanto fio condutor para a criação de significados a partir das transformações epistêmicas que a diversidade étnico-racial possui por meio da territorialização, mas também como espaço de poder e disputa.

A Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, torna obrigatória a reserva em cada instituição federal de ensino superior à disponibilização de 50% das vagas para serem preenchidas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas, de acordo com a proporção do grupo em cada estado, ou seja, o número de vagas é definido de acordo com a presença da população negra em cada estado. Há também a obrigatoriedade de Cotas dedicada a pessoas de baixa-renda e oriundas de escola pública, assim como para pessoas com deficiência.

Problematizar essas complexas relações a partir de uma ótica de territorialização simbólica construída por e para essas estudantes, exigiu um

esforço para articular teoricamente as múltiplas concepções que mobilizamos nesse trabalho.

Nesse sentido, é necessário para o estudo que envolva a negritude enquanto sinônimo de identidade, uma investigação que leve em consideração o contexto histórico articulado com o fator cultural e político para que não caiamos em armadilhas como o discurso do “mito da democracia racial” que trata da miscigenação como um processo isolado e neutro do seu contexto escravagista e racista, ocorrendo a partir do “momento que o significante ‘negro’ é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída.” (HALL, 2002, p. 345). Para o autor, a identidade é sempre uma construção dentro de um discurso específico de poder, as identidades estão sempre posicionadas dentro do significado que é dado através da representação. A cultura é a maneira como todos esses significados são representados, e é a partir dessas representações que as identidades são construídas historicamente.

Trata-se de um ponto de vista ideológico que possui centralidade na meritocracia, porém, em se tratando de um país que foi construído em cima do sangue de negros e indígenas, esse discurso é, no mínimo, desonesto e falacioso. E quando tratado do lugar social da mulher negra, a violência é potencializada, sendo definido como um espaço da exclusão dentro da estrutura racista hegemônica, seja pela exclusão do mercado formal de trabalho ou da educação formal. Em vista disso, apoiando-nos em uma análise interseccional entre gênero, raça e classe, buscamos compreender como a estudante negra, marginalizada e territorializada em condições subalternizadas e sustentadas por uma estrutura racista e sexista, se move em espaços que determinam sua exclusão a partir do teor social, econômico e educacional. Como esclarece Patrícia Collins (2015):

Ainda que muitas de nós saibamos como raça, gênero e classe operam separadamente para estruturar as desigualdades, meu foco está em como esses três sistemas se entrelaçam para estruturar a dimensão institucional da opressão. (COLLINS, 2015, p. 20-21).

Desta maneira, a ocupação da população negra, tanto física como simbólica, pela territorialização na Universidade, abre espaço para se discutir tanto a individualidade como a coletividade, bem como as relações de poder que

envolvem tanto a instituição como o Estado. Nesse sentido, as relações de poder passam pela hierarquização dos territórios a partir da racialização, tendo como resultante o racismo. “Ou nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder em suas múltiplas esferas.” (HAESBAERT, 2012, p. 103).

Considerando os problemas e proposições apresentadas, conforme os desdobramentos dessa pesquisa, construímos três capítulos nesta dissertação. No primeiro capítulo intitulado “A constituição da política de Cotas Raciais no Ensino Superior do Brasil: a luta do povo negro”, nossa proposta foi apresentar um diálogo interdisciplinar para esclarecer como articulamos, na pesquisa, a luta do movimento negro por direitos civis, tendo como destaque a política de cotas, configurando-os no campo das disputas relativas à constituição e implementação da política pública de Cotas na instituição de referência e em âmbito nacional.

A luta por cotas raciais se configura em um processo de reivindicação por direitos civis no contexto do colonialismo moderno. É nesse contexto que a disputa por território se corporifica, tanto no sentido material como imaterial, concretizando-se na luta pelo espaço, mas também por equidade racial. Desse modo, para compreendermos esse processo de reivindicação e de luta, inicialmente, foi necessário conceituar a política de cotas, garantida pela Lei 12.711/12 e como ocorreu esse processo de implementação da Lei em âmbito nacional, destacando a luta do movimento negro e o trabalho da Imprensa Negra, que são grandes responsáveis por essa conquista.

No segundo capítulo intitulado “A construção das identidades étnico-raciais”, nos propomos a pesquisar a formação da identidade étnico-racial das estudantes negras cotistas do CCI da UFNT por meio da análise de suas trajetórias de vida investigando a formação da identidade étnico-racial, a partir da articulação entre trajetória escolar e racismo na infância. Esse estudo teve como objetivo compreender como se desenvolveu a questão representativa do “ser negra” na vida das estudantes, assim como isso afetou a vida acadêmica, pois, quando tratado do lugar social da mulher negra, essa violência é potencializada, sendo ele definido como um espaço da exclusão dentro da estrutura racista, seja pela exclusão do mercado formal de trabalho ou da educação formal.

No terceiro capítulo nomeado “Identidade e Territorialização na Universidade”, abordamos os processos de territorialização (HAESBAERT, 2011) das referidas estudantes, buscando problematizar as disputas em torno da implementação das políticas de cotas raciais como ação afirmativa para promover a equidade racial no ensino superior. As territorializações no espaço acadêmico são pautadas em disputas e mediadas pelos processos de afirmação e construção da própria identidade étnico-racial relacionada com o ingresso na Universidade pelo sistema de cotas raciais.

Nossa proposta foi apresentar um diálogo interdisciplinar entre identidade e territorialidade, articulando-se, na pesquisa, às interseccionalidades apresentadas, bem como às histórias de vida e à construção da identidade étnico-racial, investigando a territorialização das estudantes no espaço acadêmico como um elemento essencial para a atribuição da sua permanência na UFNT.

Analisou-se como a ação afirmativa de cotas, além de promover a ocupação de espaços sociais privilegiados, tem colaborado para atuar na permanência material e simbólica das estudantes cotistas no espaço acadêmico. Levantamos o questionamento: as estudantes negras cotistas da UFNT estão sendo territorializadas a partir de uma territorialidade que as contemplem genuinamente?

1 A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL: A LUTA DO POVO NEGRO

Apesar de a luta do povo negro no Brasil estar presente em todo o contexto histórico brasileiro, dando início ainda na resistência contra a escravização de povos africanos e afro-brasileiros, a narrativa foi sendo invisibilizada pelos meios de comunicação, assim como dentro da própria historiografia. Sendo marcada por séculos de opressão, resistência e busca por justiça social, a luta do povo negro é complexa e profunda. Desde os tempos da escravização até os dias atuais, os afro-brasileiros têm enfrentado diversos desafios e obstáculos em sua busca por direitos civis, reconhecimento e equidade racial na sociedade brasileira.

A escravização foi uma das formas mais brutais de opressão enfrentadas pelo povo negro no Brasil, deixando marcas violentas que ainda reverberam na sociedade contemporânea. Após a abolição da escravatura em 1888, os afrodescendentes enfrentaram novas formas de discriminação e marginalização, como a exclusão social, econômica e política. No entanto, ao longo dos anos, o povo negro no Brasil tem resistido e lutado por seus direitos de diversas formas. Movimentos como o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares, e a Revolta dos Malês são exemplos históricos de resistência e luta contra essa opressão.

No século XX, surgiram movimentos e lideranças importantes na luta pelos direitos civis e equidade racial, como o movimento social negro, que ganhou força a partir dos anos 1970. Organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Feminismo Negro, possuindo como precursora a intelectual brasileira Lélia Gonzalez e estendendo-se a tantas outras literaturas Afrocentradas recentes, têm desempenhado um papel crucial na promoção da conscientização e na luta contra o racismo estrutural. Além disso, a cultura afro-brasileira e a construção da negritude enquanto uma reivindicação política e coletiva tem sido uma ferramenta poderosa na resistência e afirmação da identidade negra no Brasil. “A construção da identidade cultural está intrinsecamente ligada ao território, pois é através do espaço vivido e das relações territoriais que os indivíduos e grupos expressam e consolidam suas identidades.” (HAESBAERT, 2011, p. 45).

Apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos, a luta do povo negro no Brasil ainda é uma batalha em curso. O país continua enfrentando altos índices de desigualdade racial em áreas como educação, saúde, economia, do desemprego e de segurança pública. Portanto, a luta por justiça social e equidade racial continuam sendo prioridade para muitos ativistas e entidades afro-brasileiras.

Nessa perspectiva, esse capítulo apresenta um extrato da luta do povo negro por reivindicação de direitos civis básicos, como o acesso à educação, que resultará na criação e institucionalização da Ação Afirmativa da Lei de Cotas, analisando como esse processo de reivindicação por direitos civis não foi/é uma ação neutra e imparcial, pelo contrário, é uma disputa por territorialização. “O território é uma expressão concreta do poder, pois envolve a capacidade de um grupo ou indivíduo de definir, controlar e usar um espaço de acordo com seus interesses e necessidades.” (HAESBAERT, 2004, p. 39). Ou seja, existe uma força propulsora e contra hegemônica, que o autor vai chamar de Resistência Territorial, uma estratégia que tem como finalidade a reapropriação dos espaços que foram negados para grupos excluídos e marginalizados historicamente.

A partir de imagens de jornais da Imprensa Negra que datam da década de 70, e que possuíam como principal objetivo a exposição da condição precária da população negra, vamos apresentar um pouco da história da luta do Movimento Social Negro e da população negra a partir da demanda por acesso à educação.

Desse modo, propusemos apresentar alguns elementos da história de luta do povo negro, enquanto um espaço de disputa, de negociação política, e essencialmente de resistência. “A resistência territorial é uma forma de contestação ao poder hegemônico, onde grupos marginalizados lutam para reapropriar e redefinir seus espaços de vida.” (HAESBAERT, 2011, p. 54). Apresentaremos recortes da história de luta por direitos civis para a população negra, expressada na reivindicação por educação, destacando ações centrais para a conquista da Políticas de Cotas nas Universidades Federais.

1.1 A LUTA POR COTAS RACIAIS: O MOVIMENTO EM ÂMBITO NACIONAL

A luta por cotas raciais se configura em um processo de reivindicação por direitos civis, no contexto do colonialismo moderno, que, a partir das relações de poder, dinamizam as múltiplas estruturas existentes. O poder opera através da cultura definindo quem tem o direito de falar e ser ouvido, quem tem o poder de definir, descrever, categorizar, e os significados que serão privilegiados em detrimento de outros. “Uma forma de poder hegemônico e discursivo que opera tanto por meio da cultura, da produção de conhecimento, das imagens e da representação, quanto por outros meios.” (HALL, 2016, p. 200).

É nesse cenário que a disputa por território se corporifica, tanto no sentido material como imaterial (HAESBAERT, 2011), concretizando-se na luta pelo acesso ao espaço, mas também por equidade racial. Para Haesbaert (2011) é a globalização que configura as dinâmicas de poder, em que a homogeneidade de um determinado grupo dominante se dá através da culturalização, do fluxo do capital, de pessoas e informações. Porém, as fronteiras territoriais são constantemente negociadas, portanto não são fixas. E é essa brecha que abre espaço para a renegociação, apropriação, estratégias e resistências contra hegemônicas. Desse modo, para compreendermos esse processo de reivindicação e de luta, precisamos inicialmente conceituar o que é a Política de Cotas, garantida pela Lei 12.711/12 e o porquê da sua implementação em âmbito nacional.

A Lei nº. 12.711, sancionada no governo da Presidenta Dilma Roussef, datada 29 de agosto de 2012, prevê que qualquer instituição federal de educação superior reservará no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, tornando obrigatória a reserva em cada instituição federal de ensino superior. Dentro desse percentual será ofertada a disponibilização de vagas para a cota étnico-racial, a fim de serem preenchidas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas. Além do teor étnico-racial, a lei de cotas abrange estudantes de baixa renda e pessoas com deficiência. Sendo assim, a Política de Cotas é uma ação afirmativa que possui como objetivo a reserva de uma quantidade específica de vagas a grupos que foram marginalizados e excluídos historicamente. Logo, não existe apenas um tipo de cota, a Lei 12.711/12 garante

mais de um tipo de cotas: a de baixa renda e escola pública; a étnico-racial, atribuída para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas; e a de pessoas com deficiência.

No caso dessa pesquisa, o eixo principal é a discussão sobre as cotas étnico-raciais de pretos e pardos, mais especificamente a partir da disputa por territorialização tanto material, como simbólica (HAESBAERT, 2012) do espaço acadêmico. Mas, por que ter cotas nas universidades federais? Em um aspecto contraditório, a cota existe desde a criação do Brasil, tendo sido definida pelo privilégio branco. No período escravocrata e de ordem colonial, eram os brancos que detinham, por primazia, todos os direitos concedidos pela cor, eram os brancos que ocupavam todos os espaços sociais sendo doutores, médicos, professores, advogados, arquitetos, fazendeiros, feitores, enfim, a imensidão de profissões que existissem na época era direcionada unicamente a essa parcela da população, a branquitude. Gonzalez (1982) conceitua sobre esse lugar tido como “natural” pela branquitude a partir do privilégio branco:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia finalmente constituída. (...) Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos dos dias de hoje), o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 1982, p.15).

A divisão racial que a autora analisa é legitimada dentro do racismo estrutural que, para além da organização política e econômica, acrescenta-se o fator cultural construído através das relações sociais e de poder, tal como as mídias sociais que constroem uma representação estereotipada e estigmatizada do negro no imaginário social, servindo para a tentativa de legitimação do discurso racista que demoniza tudo que esteja relacionado à negritude, assim como a marginalização da população negra. A representação não é apenas uma questão de apresentação, mas de poder. “O reconhecimento da textualidade e do poder cultural, da própria representação, como local de poder e de regulamentação do simbólico como fonte de identidade.” (HALL, 2003, p. 211). Ela está envolvida na construção do poder e na disputa pelo poder entre os grupos sociais. O poder que se exerce sobre as identidades culturais depende,

em grande medida, da capacidade de controlá-las por meio de representações que se tornam hegemônicas.

O pós-abolição de 1888, não teve como propósito a emancipação dos africanos sequestrados e escravizados, ao contrário, jogaram-lhes à própria sorte, sem a instituição de Ações Afirmativas¹ que atuasse para inserir e emancipar o negro na sociedade. Nesse sentido, o racismo possui suas raízes em uma cultura escravista e colonial, que se adaptou ao colonialismo moderno, a partir das relações de poder. O apagamento da negritude se deu através da representação estigmatizada do negro e o embranquecimento da população, assim como a exclusão dos espaços sociais e a divisão do trabalho, que delimitaram e condicionaram trajetórias negras. “Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados” (GONZALEZ, 1982, p. 15).

Essa separação quanto ao espaço físico entre dominadores e dominados não tende a ser somente uma relação dual, pois há uma imensidão de territórios que o autor Haesbaert (2008) irá chamar de multiterritorialidade, no qual as suas fronteiras estão em constante movimento e transformação. Porém, sempre será definido através das relações de poder, que irão garantir a homogeneidade de um determinado grupo em detrimento do outro. “A territorialização está intrinsecamente ligada ao exercício do poder, pois implica a capacidade de um grupo social de definir, controlar e utilizar um espaço em função de seus interesses.” (HAESBAERT, 2009, p. 48). Essa situação de segregação do espaço, reflete-se na desigualdade e na exclusão de pessoas negras de espaços privilegiados, como a educação.

Portanto, esse contexto assimétrico, já era denunciado pelo Movimento Negro² (MN) ainda na década de 70. Os movimentos sociais negros surgem a fim de “trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais”

¹ **Ações afirmativas** são políticas **focais** que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos **discriminados** e vitimados pela **exclusão** socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações **étnicas, raciais, religiosas, de gênero, de classe ou de casta**, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.” (FERES JUNIOR et al., 2018).

² O Movimento Negro, entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas quem ressignificam a questão étnico-racial em nossa história, é reconhecido, nesse artigo, como sujeito de conhecimento. (GOMES, 2012, p. 736).

(GOMES, 2012, p. 733). Em uma tentativa de territorialização do espaço, envolvendo não apenas a apropriação do território físico por meio da reivindicação por direitos civis, mas como a construção de uma identidade coletiva, onde os grupos possuem aspirações em comum, e articulam-se tornando o território um símbolo de resistência, afirmação cultural e um lugar de pertencimento. (HAESBAERT, 2011; 2014).

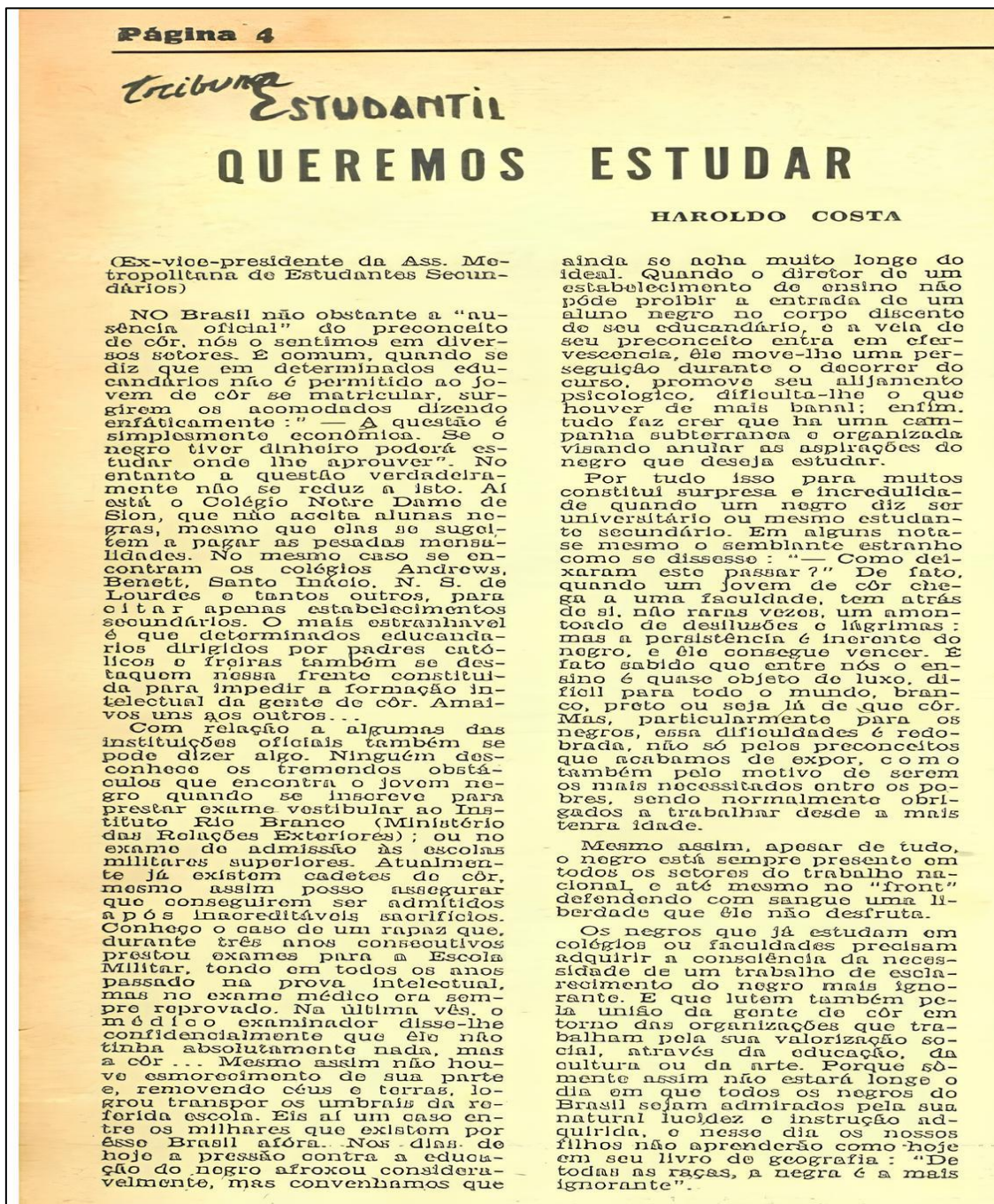
Não temos a pretensão de expor milimetricamente uma ordem cronológica em que se desenvolveu as ações e marcos mobilizadores da luta política do Movimento Negro, em sua extensa trajetória. Pelo contrário, a partir da luta das entidades negras, propomos investigar as articulações envolvidas, bem como as contradições, efeitos e desdobramentos que se desenvolveram a partir de disputas, que foram fundamentais para a instituição de direitos civis a partir de Política Pública de Cotas. “As disputas territoriais são expressão concreta das tensões sociais e políticas, refletindo a luta de diferentes grupos pelo controle e apropriação de espaços.” (HAESBAERT, 2004, p. 57).

Domingues (2007) define o marco principal do MN em quatro fases, tendo o seu início na I) 1ª República ao Estado Novo (1889-1937); II) Segunda República à ditadura militar (1945-1964); III) Redemocratização à República Nova (1978-2000); IV) a partir dos anos 2000. Sendo assim, apontaremos alguns processos inseridos na trajetória do MN que foram fundamentais na luta pela reivindicação e institucionalização de ações afirmativas, como a Lei de Cotas 12.711. Nilma Gomes (2012) indica a educação como um dos principais fatores da luta da população negra pelo acesso: “Entre as suas reivindicações, a educação se tornou prioritária, pois o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais se constituíam em um dos principais problemas dessa população para a inserção no mundo do trabalho” (GOMES, 2012, p. 736).

No sentido de Nilma Gomes (2012), o movimento negro é educador e produtor de conhecimento. Sendo assim, a Imprensa Negra, formada por entidades negras, do final do século XIX ao início do século XX, teve papel fundamental para a formação política e antirracista da população negra. Como pode ser observado em uma matéria sobre a desigualdade racial na educação, no primeiro volume do “Jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”, do ano de 1948, no Rio de Janeiro. Publicado pelo Teatro Experimental do Negro

(TEN) e coordenado por Abdias Nascimento, o jornal teve dez edições no período de 1948 a 1950.

Figura 1 - Recorte do *Jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, 1948, Rio de Janeiro



Fonte: Acervo Digital IPEAFRO.

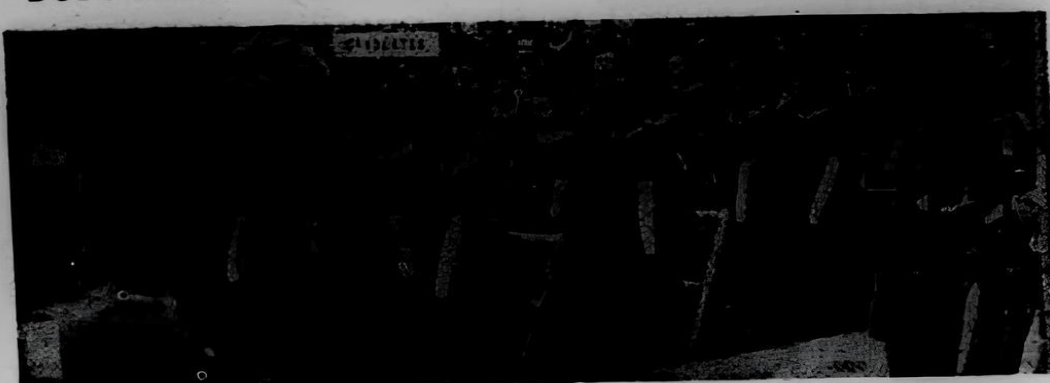
A coluna escrita pelo ex-vice-presidente da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários, teve como objetivo expor a proibição de negros

ocuparem espaços de ensino formal. A exemplo, está o Colégio Notre Dame de Sion, que rejeitava as alunas negras mesmo que elas pudessem pagar as altas mensalidades, assim como os colégios Andrews Benett, Santo Inácio, N. Sr.^a de Lourdes, estabelecimentos secundários que recusavam a presença de negros e negras. Mas o racismo se estende para além da educação básica, entendida como o Ensino Fundamental I e II mais o Ensino Médio, apontando exemplos de Universidades e vestibulares que se utilizavam da mesma prática, assim como a perseguição de pessoas negras. O autor da notícia também aponta para a resistência encontrada no povo negro, de conscientização e reivindicação através do ingresso e acesso aos espaços sociais e de disputa.

Outro jornal no qual podemos observar a denúncia da desigualdade racial da educação é o “Alvorada”, de São Paulo, em sua edição de julho de 1946.

Figura 2 - Recorte do Jornal *Alvorada* "Buscando Igualdade na Educação Universitária", de 1946, São Paulo

BUSCANDO IGUALDADE NA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA




Na América do Norte, todos os anos, para mais de 2.500 estudantes negros, busca-se a igualdade na educação universitária. E isto vem demonstrando naquele país, o problema que se segue a nota aqui transcrita havia em — "O estudo Sul achava que o Negro fosse simplesmente incapaz de assimilar a educação e que, ainda que o fizesse, ficaria preparado unicamente para o trabalho humilde. Porém, os líderes da Reconstrução negra, que se opõem à Guerra Civil, tinham a idéia ardente de que a educação, de certa maneira negra, viria sempre a base da inferioridade da raça negra. Organizaram então sistemas de escolas públicas que entraram em vigor por intermédio da grande obra do Bureau dos libertos (Freedom's Bureau) e das sociedades missionárias do Norte.

As sociedades missionárias foram ainda alicadas. Fundaram colégios e universidades para os Negros por todo o Sul do país. Atualmente há mais de cem destes estabelecimentos. Alguns, como a universidade de Howard, Fisk, o Instituto Tuskegee, Atlanta, o Instituto Hampton, a Virginia Union, possuem classificação acadêmica comparável à das instituições dos brancos. A maior parte delas, entretanto, é um pouco superior às boas escolas secundárias (high schools). Foram graduados 2.500 estudantes destas instituições do ensino em 1927.

O Negro, criando ainda que a educação é o caminho mais seguro para atingir a igualdade, modela seus colégios e universidades à maneira dos da raça branca; na arquitetura das prédios, na solenidade da reabertura dos cursos, nas atividades internas e no sistema de cursos dos estudantes. O estudante Negro procura de uma pequena camada social da sua raça. Seus pais possuem

recursos do que a maioria e são, geralmente, professores ou profissionais. Um ano escolar custa, em média, ao estudante Negro, apenas 2500 dólares. A Universidade de Howard, com propriedades avaliadas em 20000.000 de dólares é a maior das universidades para a raça negra".

QUAQUETRA AFRO-BRASILEIRA
Sob os auspícios do "Centro de Cultura Afro-Brasileira", que tem como presidente o poeta negro Solano Trindade, realizou-se no Salão Auditório da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, no dia 8 de março um recital da Quaquetra Afro-Brasileira, sob a regência do seu maestro e criador Abigail Moura.



Estudantes que não conseguem obter o completo êxito, ou seja que não conseguem a certificação e o diploma, pois conhecemos bem o que isso representa para os indivíduos que se encontram em situação de pobreza, que não têm condições excepcionais.

Daqueles indivíduos do momento Abigail me contou parabenizou e seguindo a nota dos minutos o pensamento do momento triunfo do conjunto original, tomou lá que ainda haverá...

ALVORADA

DOS NEGROS E QUE NINGUÉM JAMAIS QUE SE OCUPAR COMETENDO-SE A SER O MAIOR ERRO DA NOSSA HISTÓRIA. — Silvio Romero

Orgão de propaganda | SÃO PAULO — JULHO | De fundado por José C. de Almeida e Manoel de Aguiar
de 1946

PRECISO ACABAR COM. ISSO

Não sempre a situação do homem negro no Brasil tem sido para todos do certo modo amarga. Muitas das nossas patriotas tem sabido aproveitar dessa situação, e até explorá-la com certa inteligência toda a laboriosa filha da nossa origem.

Assim, sem contar o número incontável dos chamados líderes negros e de outros que usaram de um natural direito que lhes assiste, firmados-se, por exemplo: — o poeta negro Solano de tal. Mas, não vamos discutir aqui o valor intrínseco deste ou daquele poeta ou líder negro, se criam ou não causas que no bom sentido qualitecem a nossa condição. Porém, é que se observa e se tem como certo é que, seja grande ou pequena alguma congregação é obtida pelo fundo vitalmental que formula a condição da população negra.

Não queremos em hipótese alguma menosprezar tanto o valor como a intenção de certos escritores negros que trabalham e sabem que os seus trabalhos são bem formados e mesmo bem elaborados.

Apenas usamos destes argumentos para facilitar uma nova modalidade de vida preferida que natural, mas não de um homem condutível da certa indivíduos que, desautorizados, sempre procuram arrinar os seus esforços com nome da raça negra.

Uma das maneiras, aqui em nosso Continente, como é do desejo do nosso velho e sempre estimado "Niga".

Nós estamos atravessando uma época de agitação política, e nestas ocasiões, sempre é propício aos oportunistas executar uma manobra de fundo eleitoral. Isso tudo é bem conhecido de todos. Porém, o que os negros desconhecem, é que uma grande conclusão política realizada há pouco no Rio de Janeiro, há estado um titular dizendo, a representação dos negros de São Paulo. Por certo esse direito é esse mandato de mesmo ao autógrafo. E com que intuito isso foi feito ninguém sabe. Ninguém? Deixar que essa cidade não sabe o que ela, apenas ela, deseja, em nosso nome e à nossa custa. Mas, já é tempo de se acabar com isso.

TÍTULO DE ELEITOR ENCONTRADO

Acha-se em nossa secretaria, um título de eleitor pertencente ao sr. Durval Rodrigues Fialho, que foi encontrado no Gimnasio do Pombal, em muito da festa e entregue ao sr. secretário da A. N. R.

Cabelereira e Manicure
D. ERNESTINA
Clientela distinta - ótimo salão, preço razoável, serviço com perfeição
Sobrancelhas - Alisamentos - Penteados - Manicure e etc.
R. Cardinal Arcovado, 1.537
Pinheiros — S. PAULO

Fonte: USP Imprensa Negra Paulista³.

No trecho localizado ao lado esquerdo do jornal, os norte-americanos são usados como exemplo para descrever a desigualdade racial nas universidades. Em que se inicia dizendo: "Na América do Norte, todos os anos, para mais de

³ Disponível em: <https://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/alvorada/>

dois mil e quinhentos estudantes negros, buscam igualdade na educação universitária”. Além de que “O Sul achava que o Negro fosse simplesmente incapaz de assimilar a educação e que, ainda que o fizesse, ficaria preparado unicamente para o trabalho humilde” (ALVORADA, 1946, p. 4). Essa representação estereotipada do negro a partir da sua inferiorização e marginalização, faz parte de um projeto político e ideológico da branquitude, sustentado pela hierarquização das raças.

“Os jornais tinham um papel educativo, informaram e politizaram a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época” (GOMES, 2012, p. 736). A Imprensa Negra deu grande destaque para discussões acerca da condição de subalternização em que se encontrava o negro. Logo, a educação é um dos temas primordiais evidenciados, contribuindo para a conscientização racial da população negra. Alguns exemplos de jornais que formavam essa Imprensa Negra são: *Tribuna Negra* (1935), *A Voz da Negritude* (1953), *O Novo Horizonte* (1946), *Revista Senzala* (1946), *Clarim da Alvorada* (1924), *Quilombo, Jornegro* (1978), entre tantos outros. Essas “Entidades Negras Culturais” (GONZALEZ, 1982, p. 22) surgiram, principalmente, nas grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, pois eram o centro do capitalismo crescente e traziam o negro do espaço urbano exposto a uma violência potencializada refletida nas desigualdades raciais e de divisão do trabalho.

Em 1931, foi criada a associação “Frente Negra Brasileira” (FNB)⁴, surgindo no centro econômico de São Paulo e chegando a superar os 20 mil associados. A entidade bastante organizada mantinha escola, teatro, time de futebol, serviço médico, odontológico, departamento jurídico, e o jornal *A Voz da Raça*. (DOMINGUES, 2007). Nesse período, a articulação do movimento social negro está em evidência devido ao contexto de crescimento desenfreado do processo de urbanização, o que deixou a população negra mais vulnerável, desencadeando diversas denúncias e protestos, especialmente nos grandes

⁴ Considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de 1926, estas foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. (NASCIMENTO, 2007, p.106). A entidade chegou a ser recebida em audiência pelo Presidente da República da época, Getúlio Vargas, tendo algumas de suas reivindicações atendidas, como o fim da proibição de ingresso de negros no guarda civil em São Paulo. (NASCIMENTO, 2007, p. 107).

centros urbanos. “Com isso estamos querendo ressaltar o seu caráter eminentemente urbano, uma vez que é o negro da cidade que mais exposto às pressões do sistema dominante, aprofunda a sua consciência racial (GONZALEZ, 1982, p. 22-23).

Outro grupo que merece especial destaque na luta antirracista, é o das mulheres negras. Segundo Domingues (2007), as mulheres negras além de representarem um grande número, assumiam diversas funções na FNB. Formavam “A Cruzada Feminina”, que realizava trabalhos assistencialistas, e as “Rosas Negras”, que organizavam bailes e festivais artísticos. O autor descreve a importância das mulheres negras por meio do depoimento de um ativista da época:

As mulheres não tinham apenas importância simbólica no MN. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrécio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente (NEGRA BRASILEIRA) a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento” (DOMINGUES, 2007, p. 106).

Sendo assim, no ano de 1936, a FNB transformou-se em partido político, sendo extinta em 1937 pelo decreto assinado por Getúlio Vargas, que impunha a proibição a todos os partidos políticos. O Estado Novo também promoveu grande repressão contra os movimentos sociais inviabilizando qualquer luta opositora. “Com a queda da ditadura ‘Varguista’, ressurgiu na cena política do país, o movimento negro organizado, que por sinal, ampliou seu raio de ação”. (NASCIMENTO, 2007, p. 108). Porém, nos próximos anos, período que será marcado pelo golpe de 64, haverá uma perseguição ainda maior do que a anterior, causando a reação da população negra subalternizada.

“O enfoque principal recairá sobre as ações do movimento negro que emerge no contexto dos chamados novos movimentos sociais, que entram em cena no Brasil no final da década de 1970” (GOMES, 2012, p. 734). O período que antecede essa data é marcado pela Ditadura Militar (1964-1985), uma época arquitetada pelo autoritarismo e repressão. Nesse momento, os anos dados como “Milagre Econômico” da ditadura ocorrem concomitantemente com a injeção do capitalismo na economia brasileira, intensificando a exploração da população negra. Os “benefícios” dados pelo milagre, estão vinculados com a

entrada agressiva do capital estrangeiro no período da ditadura. Conforme Gonzalez (1982),

Tal agressividade determinou, por sua vez, a desnacionalização ou o desaparecimento das pequenas empresas. (...) Enquanto isso no campo, desaparecia a pequena propriedade rural para dar lugar à criação de latifúndios (...) essa ofensiva ocasionou grandes índices de desemprego no campo. E se a isto se acrescenta a política de diferenciação do salário-mínimo por regiões (beneficiando sobretudo o sudeste), a gente pode imaginar qual o tipo de saída encontrado pelo trabalhador rural para fugir da miséria: o deslocamento para a periferia dos grandes centros urbanos. Começava, desse modo, a inversão da relação populacional entre campo e cidade (de acordo com o censo de 1980, a população urbana passou a constituir 67,57% do total). Graças a esse êxodo rural, as cidades não cresceram, mas “incharam” com o aumento do número de favelas e o surgimento desse novo personagem, o “bóia-fria”, no cenário da história dos despossuídos deste país. (...) em suma, deslocando-se do campo para a cidade, ou do nordeste para o sudeste, e se concentrando num mercado de trabalho que não exige qualificação profissional, o trabalhador negro desconheceu os benefícios do “milagre”. (1982, p.13-14).

A desnacionalização ou o desaparecimento das pequenas empresas prejudicou especificamente o trabalhador negro que atuava dentro do mercado industrial. Além de que, o trabalhador negro rural também foi afetado pela nova política latifundiária do governo militar que favorecia as poderosas corporações multinacionais, gerando altos índices de desemprego. Houve, em consequência, o êxodo rural, através do deslocamento do negro do campo para as periferias dos grandes centros urbanos, e a mão de obra barata a partir de atividades sem qualificação, sobretudo em serviços de subserviência e mão de obra pesada.

Portanto, o golpe de 64 contribuiu também para a desarticulação das elites intelectuais negras, sendo proibido falar sobre o racismo estrutural, podendo ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional por crime de subversão (GONZALEZ, 1982). A exemplo dessa desarticulação, está o caso de autoexílio de Abdias Nascimento, um ator, poeta, dramaturgo, político e ativista dos direitos civis das populações negras brasileiras. Nos anos 60, o ativista criou o Teatro Experimental do negro (TEN) no Rio de Janeiro, onde já ocorria a crítica ao racismo, como a criação de peças com o recorte racial, colaborando dessa forma para a conscientização e visibilização acerca do racismo estrutural a partir da imprensa negra com o jornal intitulado *Quilombo* que está em atividade até o momento presente, de modo virtual.

Apesar dos diversos episódios de resistência e de reivindicação do povo negro no contexto histórico do Brasil, foi somente nos anos 90, que as

discussões sobre desigualdades raciais ganharam maior visibilidade, inclusive no campo dos direitos civis. No ano de 1983, tempo final da ditadura militar, o então deputado Abdias Nascimento (PDT/RJ) propôs o projeto de lei que previa a implementação do princípio da isonomia social do negro, enquanto uma tentativa de ação compensatória. Conforme Ladeira:

Em 14 de junho de 1983, o deputado Abdias do Nascimento (PDT/RJ), propôs o projeto de Lei nº 1332, que “dispõe” sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da Constituição da República (NASCIMENTO, 1983). Porém o projeto de lei não foi aprovado pelo Congresso Nacional e foi arquivado. É válido ressaltar que na época, o Brasil vivia os tempos finais de um regime ditatorial com o presidente João Figueiredo. (LADEIRA, 2017, p. 54).

Doze anos depois, em 1995, a senadora Benedita da Silva (PT/RJ), uma mulher negra, apresentou o projeto de Lei do Senado nº 14, de 22 de fevereiro (SILVA, 1995), que propunha a instituição de cota mínima para os setores étnico-raciais, socialmente discriminados em instituições de ensino superior. O projeto foi arquivado novamente. No mesmo ano, ocorreu a primeira Marcha do Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, realizada em Brasília, pelo Movimento social negro, que contou com mais de trinta mil pessoas, o intuito era que o Brasil reconhecesse que é um país racista, ao contrário do que pregava o Mito da Democracia Racial (GONZALEZ, 2020).

De fato, o Mito da Democracia Racial, que é justificado por meio da miscigenação, foi o embranquecimento forçado da população negra; foi a tentativa de apagamento da Diáspora Africana e da Negritude, é a exclusão do povo negro dos espaços sociais de poder e a sua criminalização, vendido através do mito de que as raças conviviam em união. “O difícil controle dentro do território ou a impossibilidade de se territorializar ou de apropriar de outros espaços é fruto do contexto histórico da formação da nação brasileira, sustentada em uma falsa democracia racial” (BRAGA, 2019, p. 40-41).

Desse modo, torna-se importante analisar as relações espaciais de poder, a partir do controle, da classificação e da segregação dos grupos sociais/raciais minoritários que se dão através do domínio e apropriação do espaço (HAESBAERT, 2004). Em vista disso, esse processo de territorialização é determinado historicamente a partir das dimensões cultural, política e econômica

que demarcam as territorialidades no tempo e no espaço como estratégia de controle do espaço. “A territorialidade pode ser compreendida como a capacidade que um determinado grupo tem de exercer poder sobre um espaço, definindo seus usos e regulando o acesso.” (HAESBAERT, 2004, p. 81).

Essas territorializações, porém, não estão presentes somente em um domínio político, economicamente estruturado e hegemônico, sendo possível se expressarem enquanto práticas espaciais insurgentes (SOUZA, 2009), são os movimentos sociais de resistências e lutas por justiça social, que estão pautados em ações de territorialização e transformação, como a luta do movimento social negro por cotas raciais, que visa promover a presença negra em espaços privilegiados. Ao mesmo tempo, essas práticas possuem grande instabilidade e confronto desproporcional de forças de poder, a exemplo da instituição universitária que é redigida pelo Estado. (SOUZA, 2009).

Desse modo, a autora Nilma Gomes (2012) aponta para a ação política do Movimento Negro que segue em contramão com o mito proposto:

Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, compondo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpretada afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial. (2012, p. 731).

“A territorialidade é fundamental para a construção das identidades coletivas, pois é através dela que os grupos sociais estabelecem vínculos com determinados espaços, criando sentidos de pertencimento e de identidade territorial.” (HAESBAERT, 2007, p. 98). Desse modo, a população negra passa a ressignificar a Negritude e a reivindicar a identidade a partir de um viés positivo, criando laços com experiências em comum, de modo coletivo. A identidade cultural é um ponto de encontro entre as histórias e as culturas que as envolvem, bem como o significado que damos a ela. É sempre, portanto, uma questão de posicionamento. Como explica Hall (2003):

A identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um “posicionamento”, ao qual nós podemos chamar provisoriamente de identidade. (HALL, 2003, p. 433).

No dia 18 de junho de 1978, surge o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-racial (MUCDR), em São Paulo e no Rio de Janeiro, hoje conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU). O objetivo era a articulação em âmbito nacional, uma organização atuante contra a opressão sofrida na Ditadura Militar. A criação do MNU significou um passo histórico na luta do negro no Brasil, unificando a luta política do movimento negro.

Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram mais uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radial, principalmente a sua modalidade de cotas. (GOMES, 2012, p. 738).

Portanto, a pressão do MNU foi a grande responsável pela discussão acerca do racismo contra o povo negro, como também a resistência através da luta por direitos civis por meio da mobilização política, artística, literária, religiosa e antirracista. O presidente apossado na época, Fernando Henrique Cardoso (FHC), recebeu o “Programa para Superação do Racismo e da Desigualdade Étnico-racial” na Primeira Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, a Descriminalização e pela Vida, em 20 de novembro de 1995. “Neste, a demanda por ações afirmativas já se fazia presente como proposição para educação superior e o mercado de trabalho” (GOMES, 2012, p. 739). Convocada pelo MNU, contou com mais de trinta mil pessoas em Brasília.

A seguir, Jornal da Marcha retirado do acervo socioambiental⁵, instituto que possui o maior acervo digital sobre povos indígenas, populações tradicionais e meio ambiente disponível em textos, mapas, fotos e vídeos.

⁵ O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Desde 2001, o ISA é uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL).

Figura 3 - *Jornal da Marcha*, outubro de 1995, 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares, São Paulo

Jornal da Marcha

São Paulo • outubro de 1995 • 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares

EDITORIAL

Este ano celebramos três séculos da imortalidade de Zumbi dos Palmares. A realização de uma Marcha a Brasília se apóia, portanto, nos referenciais mais profundos de nossa memória coletiva no Brasil: a luta contra a opressão desumanizadora do racismo.

Somente a força contínua e perene, através de sucessivas gerações, de nossa ação militante garante a coesão, os elementos aglutinadores necessários para o êxito de uma iniciativa política com a dimensão da Marcha que estamos impetuosamente desencadeando.

A boa nova percorre todos os recantos do país: os negros preparam-se para ir a Brasília. Não se trata mais de dizer que o Estado se omite, que o Estado não faz. Nós vamos a Brasília fazer o que o Estado deve fazer.

Já fizemos todas as denúncias. O mito da democracia racial está reduzido a cinzas, como o boneco incendiado da Princesa Isabel. Queremos agora exigir ações efetivas do Estado - um requisito de nossa maioria política.

Idealizada pelo Movimento Negro, a Marcha vai-se construindo como uma ação unificada envolvendo novas parcerias, que atestam o crescimento de nossa base social e o alargamento das frentes de luta contra o racismo: sindicalistas, setores populares, mulheres, estudantes, organizações não governamentais, comunidades rurais.

A Marcha é assim uma espécie de ponte entre este momento, extremamente fecundo mas sob o predomínio de ações pulverizadas, e um outro cujas iniciativas se pautam em um programa político amplo, delineado na efervescência de um movimento de massas e projetado a partir de uma ótica negra.

Vamos todas a Brasília, no 20 de Novembro! Todos aqueles que desejarem participar de alguma forma da construção da Marcha podem fazê-lo. Celebraremos Zumbi reafirmando nossa disposição de luta contra a miséria e a marginalização a que somos submetidos pela exploração racista. Valeu, Zumbi!

Executiva Nacional da Marcha

ZUMBI

INSTITUTO

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
 data: / /
 cod. 9 1 2 0 0 0 7 0

MARCHA CONTRA O RACISMO. PELA IGUALDADE E A VIDA.

Brásíliá, 20 de novembro de 1995

1/4

Fonte: Instituto Socioambiental.

Esse jornal foi publicado em outubro, um mês antes da Marcha e tinha como objetivo principal intimar a população negra a não apenas denunciar a condição de desigualdade dos negros, mas “exigir ações efetivas do Estado – um requisito de nossa maioria política.” O então presidente teve que reconhecer pela primeira vez, e abertamente, a existência do racismo no Brasil, criando o “Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População

Negra”, em 1995, não havendo nenhuma medida de reparação para a população negra. Apesar de não ter sido institucionalizada uma política de Ações Afirmativas voltada para a população negra na época, percorreu-se um longo e extenso caminho de luta, que tinha como objetivo a reivindicação por direitos civis para o povo negro marginalizado e excluído pela sociedade brasileira.

A Marcha Zumbi dos Palmares representou um marco na luta antirracista brasileira, dando maior ênfase à reivindicação por direitos civis e contra a exploração racista, em um momento que ainda se negava o reconhecimento do racismo no Brasil.

No âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a primeira LDB, Lei 4.024/61, apesar de ter sido considerada a discussão de condenação ao preconceito de classe e raça, pouco se aprofundou sobre raça, ou mesmo houve a manifestação expressando que a população negra era o grupo mais vulnerável e com maior necessidade de uma escola pública gratuita. Permanecendo a falta do debate mais profundo sobre o fator raça na Lei 5692/71/LDB de 1971, devido à opressão e repressão da ditadura militar, a questão racial perdeu espaço nas discussões.

Nesse período, quase que concomitantemente, surgiu o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR), que, em 1979, tornou-se o MNU Movimento Negro Unificado. O MNU teve papel fundamental na formação de intelectuais negros enquanto referência em relações étnico-raciais. Na década de 1980, o discurso por educação era um discurso mais universalista, no sentido de educação para todos, porém, nesse período, ocorreu uma ruptura que deslocou o fator racial para a centralidade do movimento, colocando como principal reivindicação as discussões sobre ações afirmativas direcionadas para a população negra especificamente. (GOMES, 2012).

Sendo assim, em 1997, a discussão volta à tona com o senador Abdias Nascimento, na tentativa de retomada do projeto de medidas de ação compensatória para o povo negro, agora na Lei do Senado nº 75, de 24 de abril de 1997 (NASCIMENTO, 1997). O projeto foi novamente arquivado. Um ponto em comum entre os personagens que tentaram propor projetos de reparação histórica a partir de direitos civis entrelaçados com o fator racial, pessoas como Abdias Nascimento e a senadora Benedita da Silva, é que são pessoas negras

e ativistas da causa. A luta é do povo negro e nasce do seu próprio movimento, a luta ocorre mesmo antes da Constituição de 1988, vista como um divisor de águas para a população brasileira, que deixava a ditadura militar para trás e passava a ser uma democracia. Uma Constituição baseada nos Direitos Humanos e com a participação de vários setores da população, mas que não houve a institucionalização de medidas reparatórias que promovessem a equidade racial para a população negra.

De 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, ocorreu a “III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas”, em Durban, na África do Sul. A delegação brasileira teve participação fundamental de Edna Roland, como relatora da Conferência. Ativista atuante do feminismo negro e uma das criadoras do Geledés, fez parte do que se configurou como uma reviravolta na discussão racial no Brasil e na luta por direitos humanos mundial. Nessa Conferência, o Brasil assume a existência do racismo e se compromete ao combate dele.

É necessário salientar uma ampla frente de solidariedade, entre coletivos de acadêmicos negros e brancos, de movimentos negros da sociedade civil, estudantes, líderes indígenas, jornalistas, líderes religiosos, intelectuais, figuras políticas. Nesse sentido, no período que vai de 1975 a 2009, foram apresentadas outras iniciativas sociais no que tange às ações afirmativas para a educação superior, como o Programa de Crédito educativo (CREDUC) que, posteriormente, foi substituído pelo Fies, e o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 29 de junho de 2009 (MATTOS, 2009), propondo a reserva de vagas para pessoas com deficiência, dentre outros projetos que contemplavam especificamente pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Todos esses projetos contribuíram para o que hoje conhecemos como a Lei 12.711/2012.

No que se refere a algumas universidades, a partir do princípio de autonomia garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), concede-se liberdade de tomada de decisões dentro da legalidade da lei que incluem as dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira-patrimonial. Algumas universidades foram precursoras na adoção de Cotas antes mesmo da sua institucionalização em âmbito nacional, o que foi muito

importante para promover a equidade racial no ensino superior, mas também para pôr em prática esse experimento novo, enquanto medida reparatória para ser pensada em âmbito nacional. Dando destaque para a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), como apresenta a autora Dyane Brito Reis Santos em sua tese:

Desde o ano de 2002 que o Brasil possui algumas políticas afirmativas em educação. A reserva de vagas para afrodescendentes e índio-descendentes chegou ao Estado baiano pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), uma das pioneiras no país a implementar tal política, utilizando-se, para isso, da autonomia universitária. Em 2005 – por força das pressões exercidas pelos movimentos estudantis e Movimento Negro – A Universidade Federal da Bahia altera a sua resolução que dispõe sobre o sistema vestibular e implementa a reserva de vagas em seus cursos superiores. (SANTOS, 2009, p. 183).

Além da UNEB ter sido a primeira a adotar cotas no Brasil, também foi a pioneira ao adotar cotas raciais não somente para o ensino superior, estendendo a política para a pós-graduação. Seguida da Federal da Bahia, que adotou a reserva de vagas para o ensino superior. Entre as precursoras a adotar as cotas no país, está a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), regulamentada pela Lei Estadual nº4151 de 2003. Ladeira (2017) afirma que

A distribuição de percentual de vagas se subdividia em: 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino; 20% para negros; e 5% para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor e integrantes de minorias étnicas. Além do fator renda bruta média familiar, em 2004: 300,00 R\$; 2005 e 2006: 520, 00 R\$; 2007:630, 00 R\$; e a cada ano registrados de acordo com o salário-mínimo. (p. 54-59).

No mesmo ano, a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) a partir da mesma lei estadual do Rio de Janeiro, aderiu à reserva de vagas de 40% para candidatos negros e pardos, e 10% para alunos com deficiência. Já no próximo ano, em 2004, a Universidade Federal de Brasília (UNB) adota o sistema de Cotas a partir de uma decisão do seu máximo conselho acadêmico. Inclusive, será justamente o caso da UNB que será utilizado como base para o debate nacional, a fim de propor a Lei de Cotas de 2012, como veremos mais adiante. Seguida da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que também adotara o sistema de Cotas. Ainda no mesmo ano, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) se tornou a primeira federal a instituir o sistema de cotas para

indígenas através do princípio de autonomia universitária. Em 2007, a Universidade Federal de Santa Catarina também vai aderir as Ações Afirmativas.

Até a instituição da Lei 12.711 em âmbito nacional, os tensionamentos e a disputa de narrativas permaneceu intensa. Qual era a narrativa em vigor? E qual seria a válida? Havia, em vigor, um discurso que cultuava o mito da democracia racial, baseado na união entre as raças. Em contraposição, estava a narrativa das minorias, os grupos excluídos historicamente que reivindicam o direito à territorialização, a partir dos direitos civis. “Territorializar é também resistir. Muitos processos de territorialização envolvem a resistência de grupos sociais às imposições externas, buscando afirmar sua identidade e autonomia.” (HAESBAERT, 2011, p. 67).

A exemplo desse conflito, temos o Manifesto de 2006 “Todos são Iguais na República Democrática”, entregue ao Congresso Nacional e aos presidentes do Senado, em 30 de maio, contrários também ao Estatuto da Igualdade Racial (NASCIMNTO, 2008, p.13), um grupo formado por 114 intelectuais sendo apenas um negro. Dentre eles, estavam poetas, professores e músicos como Ferreira Gullar, Yvonne Maggie e o compositor Caetano Veloso, que defendiam o argumento de que o problema do Brasil era apenas uma questão de desigualdade social, utilizando o discurso da meritocracia como condição e afirmando que as cotas só serviriam para dividir as raças. Além de que havia uma preocupação quanto à presença de negros e pobres na Universidade, um discurso de que poderiam diminuir a qualidade das universidades públicas.

Ainda no mesmo ano, no dia quatro de julho de 2006, intelectuais e integrantes do movimento social negro reuniram 425 assinaturas em defesa do Estatuto da Igualdade Racial, que estabelecia 50% de reserva das vagas para estudantes de escola pública e negros nas universidades federais, como uma contrarresposta ao Manifesto 114, citado anteriormente, contra as cotas raciais. Mas não estando satisfeitos, os “anti-cotas”, muitos dos mesmos representantes que assinaram o Manifesto anterior contra as cotas, agora apresentavam novamente, dois anos depois, o manifesto intitulado “113 Cidadãos Antirracistas contra as Cotas Raciais.” Se, na colonização, o negro foi marcado enquanto um corpo privado de humanidade, agora é demarcado através do território delimitado politicamente pela classe dominante.

Uma sociedade que constitui suas relações por meio do racismo (...), tem em sua geografia lugares e espaços com as marcas dessa distinção social, no caso brasileiro, a população negra é francamente majoritária nos presídios e absolutamente minoritária nas universidades. (...) Essa diferente configuração espacial se constitui em espaço de conformação da subjetividade de cada qual. (SANTOS, 2007, p. 29).

Essa “conformação da subjetividade de cada qual” ocorre através da ideologia hegemônica e dominante da branquitude, que, conformada com a própria condição, não possui o intuito de abdicar-se dos próprios privilégios dados historicamente. É possível observar que existe uma disputa de narrativas e de relações que se constroem a partir da própria vivência. “A hierarquização dos territórios, causada principalmente por esse conflito de poder que reproduz os grupos hegemonzados, não negros, construiu fronteiras simbólicas que criaram dificuldades para a população negra. (BRAGA, 2019, p. 38).

Posto isso, o Democratas (DEM), partido político brasileiro de centro-direita, entrou com uma arguição no Supremo Tribunal Federal (STF), por “Descumprimento de Preceito Fundamental 186”, em agosto de 2009. A queixa era contra o processo de seleção pelo sistema de cotas instituído em 2004, pela UNB. Segue trechos do processo:

A arguição afirma que existe violação dos princípios fundamentais de igualdade e dignidade humana, pois, ao instituir cotas raciais, instituiu-se um “Tribunal Racial”, o que seria inadequado para as especificidades brasileiras. Sustenta-se que o “acesso aos direitos fundamentais no Brasil não é negado aos negros, mas aos pobres e que o problema econômico está atrelado à questão racial”. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2009, p. 2).

E segue:

O partido Democratas alega que as cotas raciais da UNB violam o princípio de proporcionalidade, por ofenda ao subprincípio da adequação, pois utilizam o critério da raça e não o da pobreza. E seria a pobreza que impede o acesso ao ensino superior, por isso a necessidade de um sistema que leve em consideração a variável “renda”, integrando negros e brancos pobres. Alegam que considerar somente a cor, pode agravar o preconceito racial, pois promove uma ofensa também ao princípio de igualdade “gera discriminação reversa” em relação aos brancos e pobres, além de favorecer a classe média negra (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2009, p. 2-3).

É possível notar diversas contradições nessa arguição, como, por exemplo, e a mais óbvia: os próprios dados quantitativos do governo que justificam a adoção da Política de Cotas. Mas vou me conter ao que mais me

chamou atenção: “gerar discriminação reversa”. Discriminação reversa é simultâneo ao “racismo reverso”, uma nomenclatura que sequer existe uma teoria que fundamente. Nesse sentido, o racismo reverso tenta, de forma equivocada e fracassada, argumentar que pessoas brancas poderiam vir a sofrer racismo. Porém, partindo do princípio de que o racismo é estrutural, e, portanto, institucionalizado de modo relacional, a partir do contexto cultural, político e econômico do país, é impossível que pessoas negras produzam racismo contra pessoas brancas. Acredito que para que isso acontecesse, a história teria que se inverter e escravizar brancos por 400 anos, como foi o caso de pessoas africanas e negras escravizadas no Brasil. Portanto, racismo reverso é uma falácia desonesta de quem tenta negar o racismo e deixar na subalternidade a população negra.

Assim sendo, o Plenário do Supremo Tribunal Federal considerou, por unanimidade, improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada na Corte pelo Partido Democratas (DEM). Os ministros julgaram a constitucionalidade e defenderam que a Política de Cotas adotada pela UNB estabelecia um ambiente acadêmico plural e diversificado, além de proporcionar medidas reparatórias que promoviam a equidade racial.

É necessário salientar que a institucionalização de cotas raciais só foi possível e viável devido a implementação das cotas sociais em primeiro plano, atribuída conforme a renda, pois as cotas raciais foram contempladas como uma espécie de subcotas, dentro das cotas sociais. Ou seja, sem a implementação das cotas sociais, dificilmente haveria tido uma conciliação na negociação para a execução das cotas raciais como primazia.

1.2 COTAS ÉTNICO-RACIAIS: A UNIVERSIDADE ENQUANTO UM ESPAÇO DE DISPUTA

A partir da Universidade Federal do Norte do Tocantins enquanto campo de investigação, buscamos compreender o processo de legitimação das cotas raciais, e, para isso faremos uma reconstituição da História da criação da UFNT,

relacionando-a com o estado que ela representa. A UFNT⁶, antes UFT, está localizada no município de Araguaína-TO, conhecida como “A capital do Boi Gordo”⁷, devido a sua economia que tem tido grande destaque no setor do agronegócio, ficando conhecida como a capital econômica do Tocantins. É necessário fazer uma breve situação de lugar para compreendermos a importância da criação da UFNT para essa região, localizada ao extremo Norte do Tocantins, fazendo fronteira com o Pará e o Maranhão.

O território tocaninense conta com uma vasta diversidade étnica, incluindo, majoritariamente, a população negra, que se deu desde o início do seu povoamento no Norte da Capitania de Goiás até a criação do estado do Tocantins. Sendo assim, o território tocaninense foi definido por diversas lutas envolvendo populações étnico-raciais, como os negros e os indígenas, que foram forçados a servirem de mão de obra escravizada pelos europeus nas minas de ouro localizadas nessa região. Portanto é um território diversificado, com forte presença negra, indígena e quilombola. Segundo o Censo do IBGE levantado em 2022 (G1 Tocantins, 2023), o Tocantins é o segundo Estado do Brasil com o maior percentual de indígenas vivendo dentro de terras indígenas, assim como também é o segundo com maior número de quilombolas da região Norte (CONEXÃO TOCANTINS, 2023).

Essa conjuntura, além de gerar diversos conflitos, foi reflexo da atual organização populacional tocaninense indicada pela extensa diversidade étnica organizada entre negros, indígenas e quilombolas. Segundo dados do IBGE (2010), a população negra no Tocantins alcança o índice de 74,2% (DPE, 2019),

⁶ A Universidade Federal do Norte do Tocantins nasceu de um movimento de estudantes, professores, servidores e organizações civis que defendiam a criação e implantação de uma universidade federal na região. Pelo Projeto de Lei (PL) 5274/2016 se previa o surgimento da UFNT a partir do desmembramento da UFT, onde os Câmpus de Araguaína e Tocantinópolis conquistariam autonomia financeira e pedagógica, tornando-se uma nova universidade. (UFNT, 2024).

⁷Foi graças à construção da rodovia Belém-Brasília (BR- 153) em 1960 que foi dado efetivamente o “start” no seu desenvolvimento econômico-social, gerando um crescimento extraordinário em comparação a cidades próximas que eram maiores e até mesmo mais antigas. Em 1986 Araguaína já havia se tornado a quarta maior cidade do estado de Goiás e a maior da região dissidente do Tocantins, porém por fatores geográficos, sociais e principalmente políticos, não foi a escolhida para se tornar a capital do novo estado. Entretanto, na sua história recente a cidade se tornou um grande centro comercial e a partir da década de 2000 ganhou o tão famoso apelido **Capital do Boi Gordo**. Outro ponto a se ressaltar foi a inauguração do trecho da ferrovia norte-sul em 2007 e as novas expansões da fronteira agrícola do Matopiba entre regiões Norte e Nordeste como fator decisivo no crescimento agropecuário. Em virtude disso e dentre outros motivos é considerada a capital econômica do Tocantins onde importantes negócios do agronegócio são instalados. (HOTEL RELICÁRIO, s/d).

ou seja, mais da metade da população tocantinense é negra, dividida entre pretos e pardos.

O grande percentual e representatividade étnica colaboraram para a iniciativa de inclusão pela própria autonomia universitária ao aderir as cotas para indígenas em 2004, quando essa temática ainda era um ponto longínquo da discussão nacional e institucional, demonstrando um compromisso com a promoção do acesso ao ensino superior para grupos excluídos e marginalizados historicamente.

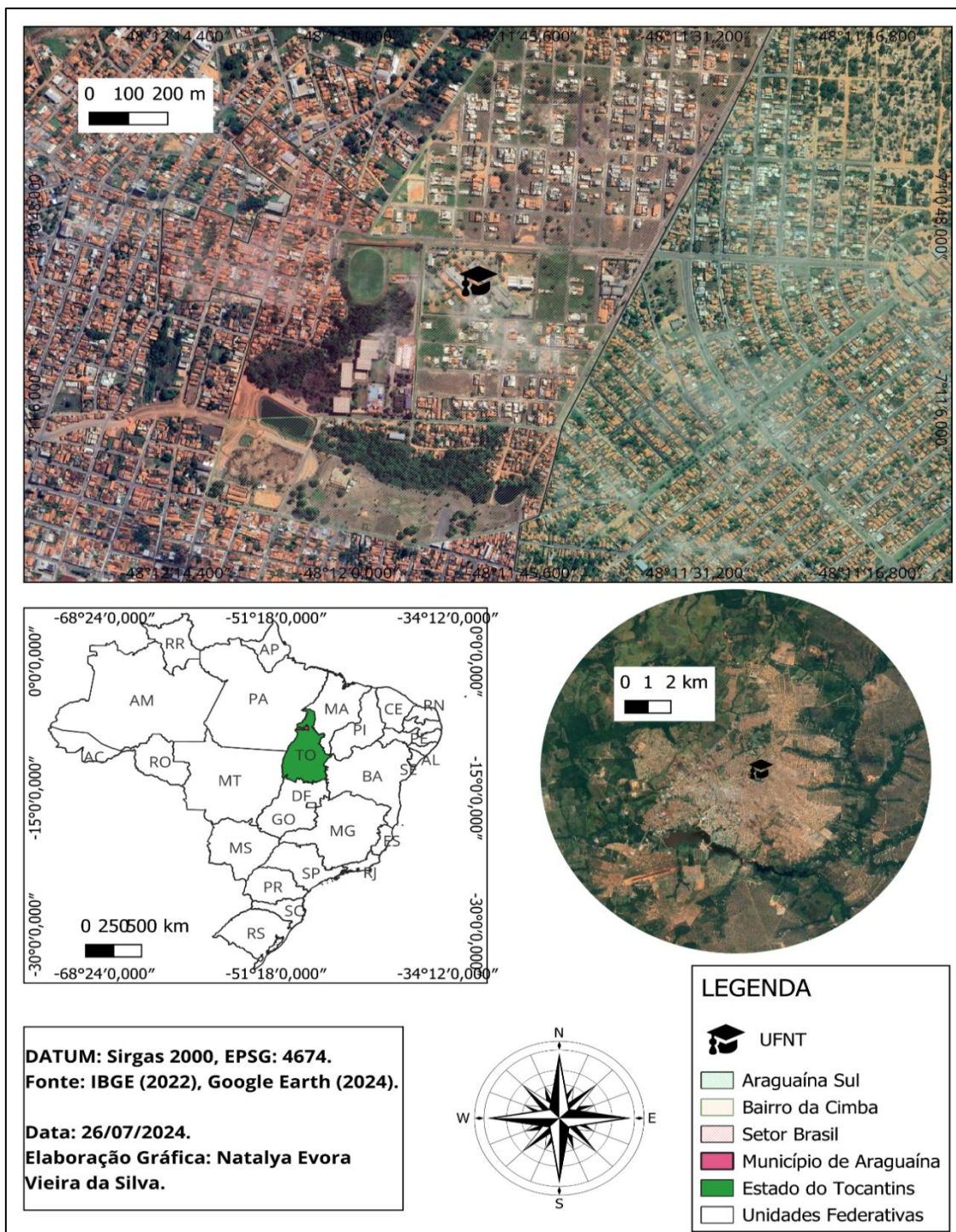
Mas antes de aprofundarmos nessa questão sobre as cotas, precisamos entender a primeira ação afirmativa que se deu com a própria implantação da universidade nessa região. Araguaína é um município que possui cerca de 4.000 km² de extensão e conta com 180.470 habitantes no último censo. O município faz fronteira com diversos outros municípios de menor extensão como Carmolândia, Wanderlândia, Babaçulândia, Nova Olinda, entre outros. O autor Hernando Sousa explora, em sua pesquisa, como ocorreu o desenvolvimento de Araguaína/TO:

O desenvolvimento desordenado da cidade de Araguaína-TO, desencadeou um processo de ocupação de áreas em torno da cidade, gerando conflitos e levando a população a se apropriarem de áreas ilegais aos arredores. O desenvolvimento urbano que deu-se por intermédio da BR-153 alavancou o seu crescimento e desenvolvimento formando uma das maiores cidades do estado do Tocantins, com a expansão e a valorização de terrenos, as classes menos favorecidas, por não terem condições de residirem no centro ou em bairros mais próximos, optaram por ocupar ilegalmente ou receberam doações de terrenos em áreas precárias e remotas afastado do centro urbano de Araguaína, buscando um local para moradia. (SOUSA, p. 6, 2017).

O processo de êxodo rural modificou drasticamente a vida das pessoas que viviam da pesca e da agricultura, em chácaras e povoados. Ribeirinhos, indígenas e agricultores foram obrigados a deixar seus modos de vida para se deslocarem para a área urbana em busca de melhoria de vida e sobrevivência (SOUSA, 2017). São diversas as circunstâncias que provocaram esse deslocamento como a demanda por terras para as imensas plantações de soja e criação de gado envolvendo o agronegócio, desenvolvendo-se rapidamente na região, a partir da criação da BR-153, bem como os interesses de multinacionais que vendem o discurso de qualidade de vida nos grandes centros urbanos, como se urbanização fosse sinônimo de desenvolvimento e melhoria de vida.

No Mapa 1, abaixo, contém a localização da UFNT:

Mapa 1- Mapa da UFNT, Centro de Ciências Integradas (Cimba) –
Araguaína/TO



Fonte: SILVA (2024), com base em dados do IBGE (2022) e Google Earth (2024).

No mapa, o capelo (chapéu de formatura) representa a localização da Universidade Federal do Norte do Tocantins, que está envolvida pelo Parque Cimba, uma grande extensão de área verde à direita, enquanto, à esquerda, uma extensa área é pertencente ao bairro Araguaína Sul.

Esse bairro é formado por um longo histórico de disputa pelo acesso a moradia. Ocorre uma disputa judicial em que a justiça tem negligenciado e pouco escutado a população mais carente. São poucos os registros a respeito, mas, em uma reportagem realizada em 03 de abril de 2023 pelo *AF Notícias*, observa-se que a “Justiça proíbe novas construções em área invadida no setor Araguaína Sul, que será desocupada”. A pesquisa não se dirigiu a investigar a regularização da área e às pessoas que estão ocupando aquele espaço, apenas acusando-os de invasores, não havendo uma tentativa de escuta por todas as partes envolvidas. Desse modo, os habitantes mais vulnerabilizados são marginalizados tanto pela parte judicial como midiática.

Apesar de esse não ser o foco da pesquisa, colabora para compreendermos um pouco da conjuntura que a população está inserida em torno da universidade a partir dessa situação de ocupação que a população em maior vulnerabilidade se encontra no bairro Araguaína Sul, localizado ao lado da Universidade Federal, bem como em outros bairros na mesma situação. A UFNT está localizada à margem da cidade de Araguaína, em um espaço periférico e marginalizado. Essas questões pairam a vida dos estudantes dessa região, refletidas na falta de moradias, escolas, marginalidade e questões econômicas.

Esse contexto está presente na própria história do povo negro, a princípio, com o período de pós abolição em que foram deixados à margem, em busca de terra para sobreviver, se humilhando nas casas dos brancos por um prato de comida e moradia, em troca de serviços braçais e de subserviência simultaneamente às relações de exploração de um contexto escravista próximo, sem nenhum aparato do Estado, nenhuma política pública que garantisse o mínimo para a sobrevivência dessas pessoas.

Posteriormente, na década de 60-70, com a rápida urbanização provocada pela Ditadura Militar, a população negra se viu condicionada ao deslocamento para os centros urbanos, em busca de melhoria de vida e, conseqüentemente, acabaram tendo que habitar nas periferias, nos morros, nos

entornos, nas construções ilegais, nos cortiços e nas favelas, pela falta de escolha e oportunidades.

Desse modo, a implantação da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e, posteriormente, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), atual UFNT, colaborou para que pessoas que antes não tinham nenhuma perspectiva de cursarem o ensino superior, seja pela distância, por não terem a condição econômica para tal ou pela dificuldade do acesso à informação, tivessem um ponto de partida, seria uma oportunidade para a população mais vulnerável. Essas pessoas começaram a ter uma nova perspectiva de acesso à educação e de carreira, que abriria espaço para o desenvolvimento pessoal, intelectual e econômico, no qual poderiam enxergar, na educação, uma mudança na vida pessoal, mas também dentro das próprias famílias. Afinal de contas, quando um negro consegue romper com esse ciclo de exclusão, adquirindo uma ascensão social, ele permanece com a responsabilidade de cuidar da família que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade.

Atualmente, a UFNT possui dois campi localizados nos Municípios de Araguaína e de Tocantinópolis, ambos recebem estudantes de toda a região do Bico do Papagaio, extremo Norte do Tocantins. No caso de Araguaína, além da população local, há uma grande demanda no entorno. Os portões da Universidade se enchem de ônibus advindos de todos os lugares da região, de todos os municípios, inclusive com alunos de outros estados que fazem fronteira com o Norte do Tocantins, como o Pará e o Maranhão. A UFNT tem sido condutora para mudar a vida de milhares de estudantes que resolveram mergulhar nesse desafio de superação. Exatamente por ser a universidade pública mais próxima, colaborando para o acesso de estudantes de toda região e a democratização universitária, dando destaque para povos indígenas e quilombolas que estão em abundância nesse território, além de jovens negros que correspondem à maior parte da população.

“A maioria dos estudantes das universidades federais é negra, vem das escolas públicas e pertence a famílias das classes socioeconômicas mais vulneráveis.” É o que mostrou a *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação*, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (RÁDIO ASPUV, 2019). Nesse sentido, podemos observar que a UFNT se encontra

localizada em uma área periférica onde há a existência desses loteamentos ilegais e crescimento desregulado de habitações, em áreas de perigo e, na maioria das vezes, sem uma devida infraestrutura de qualidade, ocupado por pessoas que não possuem outras opções de moradias, e que nem sempre conseguem ser contempladas com casas populares concedidas pelo Estado devido à própria burocracia.

É necessário salientar a necessidade da criação de universidades públicas no Tocantins, visualizando a importância da Universidade nesse espaço, podendo ser considerada como a primeira Ação Afirmativa que promoveu a inclusão das populações marginalizadas nos espaços de exclusão. É o primeiro grande passo pensando a diminuição da desigualdade através do acesso ao ensino superior e, posteriormente, a implementação das cotas.

As regiões em que estão localizadas essas universidades federais serviram como ponto de partida para a sua atuação. Assim sendo, a Universidade Federal do Norte do Tocantins, criada recentemente, possui a sua história entrelaçada à UFT. Em 21 de fevereiro de 1990 ocorreu a criação da primeira universidade estadual, Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), pelo Decreto nº 252/90. Tendo sido posteriormente, em 23 de outubro de 2000, a publicação da Lei nº 10.032/2000 que criou a Universidade Federal do Tocantins (UFT). A instituição foi criada em 2000 por este Decreto e instalada, efetivamente, em 2003 com a posse dos primeiros professores da UFT. (UFT, 2021).

Tendo ocorrido o desmembramento do campus de Araguaína e Tocantinópolis, conhecidos até então como UFT, a lei nº 13.856 criou a Universidade Federal do Norte do Tocantins, sendo sancionada em 8 julho de 2019 e tornando-se vigente a partir de 9 julho de 2019, com sua publicação no Diário Oficial da União.

A UFT, uma universidade considerada nova e uma das últimas a serem criadas no Brasil, é tão jovem como o próprio estado do Tocantins e apostou em propostas inovadoras de inclusão, baseadas no próprio contexto histórico e cultural do território do Tocantins. Além da representatividade étnico-racial, o Estado possui grande percentual de pessoas negras, o que colaborou para a formação da própria Universidade enquanto um espaço diverso. As discussões a respeito de inclusão e questões étnico-raciais por meio das Cotas, iniciou-se

na UFT após a pressão de movimentos sociais ocasionando positivamente na criação da “Comissão Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial” (Ceppir), que foi uma comissão com a finalidade de debater a questão racial e nomeada enquanto “especial” justamente por se tratar de algo atípico. O objetivo da comissão era discutir a equidade racial e propor um levantamento socioeconômico dos estudantes para saber se a Universidade deveria adotar o sistema de cotas.

Houve movimentos sociais negros como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFT (NEAB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-brasileiros (NEAF) que foram responsáveis pela pesquisa, extensão e ativismo, promovendo palestras e divulgando a temática racial nas escolas e demais instâncias como a Universidade (GREGÓRIO, 2015), assim como a participação do Grupo de Consciência Negra do Tocantins (GRUCONTO), o primeiro movimento negro do Tocantins, que também deu apoio para a inclusão do sistema de cotas voltado para a população negra na UFT. (GREGÓRIO, 2015).

Nesse sentido, a grande objeção que se busca nesse ato é o fato de, inicialmente, a UFT ter aderido somente às cotas em função dos indígenas, sem ampliar essa ação afirmativa aos negros e quilombolas que faziam/fazem parte desse contexto regional. Após feita essa pesquisa, contraditoriamente, os integrantes da Ceppir chegaram à conclusão, a partir dos resultados do levantamento realizado, que a UFT já estava sendo ocupada predominantemente por negros e por isso não haveria necessidade de cotas para esse grupo, sendo decidido que só seriam aprovadas as cotas direcionadas para a população indígena.

Esse dado ainda se reflete atualmente na UFT que possui 14.187 alunos vinculados aos cursos de graduação presenciais, destes 9.747 são autodeclarados pretos e pardos (negros), que representa 68,7%, isto é, mais da metade da comunidade acadêmica é negra. (UFT, 2018).

Desse modo, em 2004 ocorreu o processo de implementação das cotas indígenas na UFT, sendo apenas em 2012 que a discussão voltou à tona, nacionalmente, com a aprovação da Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas. A Lei nº. 12.711 prevê que qualquer instituição federal de educação superior reservará, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado

integralmente o ensino médio em escolas públicas, tornando obrigatória a reserva em cada instituição federal de ensino superior, a disponibilização de vagas da cota racial, para serem preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a proporção que está inserido, ou seja, o número de vagas de acordo com a presença de população negra em cada estado. Na UFT, as cotas para povos quilombolas só aconteceu no ano seguinte, em 2013 em esfera nacional, com a ampla participação dos quilombolas que reivindicaram o seu direito.

O que não foi observado de antemão, foram os cursos de graduação disponibilizados, todos cursos de licenciaturas, no quais a desigualdade social/racial é refletida, pois há alguns cursos essencialmente dominados pela presença da branquitude burguesa. Uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2021) em 2018, com uma amostra de 35% do conjunto total de estudantes, apresentou as mulheres negras como o grupo mais numeroso nessas instituições, respondendo por uma parcela de 28,6%. Isso se deve ao fator da Lei de Cotas 12.711 que possibilitou o acesso ao ensino superior por estudantes negros, mas também a uma falsa concepção de inclusão, pois, em se tratando de cursos considerados de maior prestígio como Direito, Medicina, Arquitetura, Engenharia entre outros, a presença do negro, mais especificamente da mulher negra, é escassa ou ausente.

A UFNT localizada no setor CIMBA na cidade de Araguaína, possui majoritariamente cursos de Licenciatura, como Letras (Língua Portuguesa, Inglesa e Literatura), Biologia, Física, Geografia, História, Química e Matemática, além do curso Tecnológico em Logística. Há outras extensões da UFNT dentro do município de Araguaína, como o Centro de Ciências Agrárias, localizado na zona rural com um difícil acesso, contando com os cursos de Bacharelado em Medicina Veterinária e Zootecnia e, mais recentemente, foi criada uma extensão para comportar o curso de Medicina (Bacharelado).

“Dos 10 cursos mais concorridos da USP, seis não têm nenhum negro. Pesquisa demonstra que negros são maioria apenas entre trabalhadores terceirizados na universidade”. (CORREIO BRAZILIENSE, 2016). Entre as universidades brasileiras com mais de 10 mil alunos matriculados, apenas 40 possuem a taxa de representatividade de negros superior à média da população

negra no país. Esse número representa somente 24,1% das instituições com esse perfil, sendo elas 23 públicas e 17 privadas. Um levantamento feito pelo Quero Bolsa (REVISTA QUERO, 2019), plataforma de inclusão de estudantes no Ensino Superior, com os dados do Censo da Educação Superior de 2018, disponibilizados no último mês de setembro pelo Ministério da Educação, apresentou que, das universidades brasileiras, públicas e privadas, com mais de 10 mil alunos matriculados, apenas 40 possuem a taxa de representatividade de negros superior à média da população negra do país, representando apenas 24,1% das instituições com o mesmo perfil. Dessas todas estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste, e a UFT está incluída em 6º lugar com 72,1% da presença de negros na universidade.

Sendo assim, é preciso estar atento a algumas armadilhas como essa falsa concepção da inclusão do negro no ensino superior, da mesma forma que é importante reconhecer os efeitos satisfatórios que as cotas possuem a longo prazo promovendo equidade racial nas universidades.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Norte do Tocantins, talvez por ser uma universidade nova, tem buscado inovar em alguns aspectos, como foi o caso da criação da Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas (DAEP), um órgão vinculado à reitoria da universidade, que possui como objetivo

a atuação para a promoção da permanência dos(as) estudantes no ambiente universitário, a partir de três eixos: Acessibilidade e Inclusão, Políticas Afirmativas e Políticas de Gênero e Diversidade. Assim, atua na construção de políticas e ações de acessibilidade/inclusão, de igualdade, de equidade e de representatividade a partir dos mais variados coletivos e movimentos sociais, étnicos, raciais e de gênero, constitutivos da população brasileira. (UFNT, s/d).

Isso cria um ambiente onde a diversidade é valorizada e a igualdade de oportunidades é promovida.

Além da promoção do acesso às universidades, há a necessidade de reconhecer as questões referentes aos desafios de implantação de uma política dessa abrangência no Ensino Superior. O principal desafio que se evidencia são as possíveis ações a serem realizadas para acompanhar e avaliar a permanência dos cotistas que estão entrando. Esse mecanismo de acompanhamento é descrito por Santos (2005) como apoio institucional, sendo políticas de permanência que precisam ser concebidas para a formação e a qualificação desses alunos que estão sendo inseridos na Universidade.

A questão é, será que mesmo com toda essa diversidade encontrada na UFNT, para além de garantir a territorialização material, no caso dessa pesquisa, a UFNT tem garantido a territorialidade das estudantes negras cotistas? Algumas das estudantes entrevistadas apontaram para esse possível desafio na efetivação de ações que busquem promover sua permanência na instituição, como programas de apoio acadêmico para desenvolver habilidades de estudo e se adaptar ao ambiente universitário, pelo fato de serem estudantes cotistas oriundas de escolas públicas, com maior vulnerabilidade social e econômica. Exemplo do que poderia ser feito, é a proposição de bolsas de estudo e auxílios financeiros para ajudar os estudantes a cobrirem custos de moradia, alimentação, transporte e materiais acadêmicos, promovendo um ambiente inclusivo, seguro e diversificado, onde os estudantes se sintam valorizados e respeitados, tendo a própria representatividade negra como ponto de partida. A Política de Cotas junto da instituição universitária deve garantir e implementar programas específicos que abordem as necessidades e os desafios enfrentados pelos estudantes negros cotistas, com o objetivo de garantir que tenham igualdade de oportunidades e acesso aos recursos.

1.3 REPRESENTAÇÕES ACERCA DA ESTUDANTE NEGRA COTISTA

A partir da categoria de análise da interseccionalidade, propomos compreender a condição da estudante negra cotista cuja marginalização e fixação em espaços subalternizados por meio de uma estrutura racista e sexista, determina a sua exclusão de espaços privilegiados, construídos a partir do teor social, econômico, cultural e educacional.

No Brasil, autoras como e Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (1995) já discutiam interseccionalidade na década de 70, mesmo sem mencionarem o conceito supracitado, assim como o “Black Feminism nos EUA”⁸, posteriormente, com as autoras Ângela Davis (1981) e Patrícia Collins (1990), que também já produziam conhecimento em torno dessas opressões. Porém, o conceito ganha

⁸ Movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. (RAMOS, 2021, p. 6-7.).

grande destaque quando mencionado pela advogada Kimberlé W. Crenshaw (1989) em seu artigo para discutir violências de gênero, classe e raça contra mulheres. Desse modo, o conceito de interseccionalidade possui como percussor o Movimento de Feministas Negras, sendo posteriormente apresentado à academia e tomando novas proporções.

Desde a década de 60 e 70, mulheres vêm expondo as relações desiguais dadas a partir das violências de gênero. Porém, essas discussões baseadas, inicialmente, em um padrão de mulher (branca, cis, heteronormativa), contribuíram para uma representação universal e hegemônica do que é ser mulher. Essa visão unilateral acabou por esconder e invisibilizar as relações assimétricas e as hierarquizações existentes nas diversas trajetórias e vivências de mulheres negras, que, se relacionadas exclusivamente a partir de questões de gênero, não serão suficientes para explicar as conexões e opressões que se constituíram através do racismo, do sexismo, do apagamento da identidade étnico-racial e nas desigualdades socioeconômicas sustentadas pelo mito da democracia racial (GONZALEZ, 2020). Essas violências que perpassam as relações de gênero e de raça não serão reproduzidas apenas como representações estigmatizadas da mulher negra, mas também pela exclusão da mulher negra dos espaços sociais, como explica Gonzalez:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (GONZALEZ, 2020, p. 35).

Essa conjuntura estabeleceu relações raciais na divisão do trabalho, pela exploração capitalista da “esfera pública branca masculina.” (COLLINS, 2019, p. 136). A partir da segunda metade do século XIX, setores da classe dominante brasileira compreenderam que o fim da escravização era uma questão de tempo. O processo de transição ao capitalismo iniciado com a independência nacional e o pós-abolição relegou à população negra o papel de exército industrial de reserva, ou população sobrance. Grande parte do povo negro teve que se virar por meio de estratégias alternativas de sobrevivência fora do mercado por meio da mão de obra barata ou, quando no mercado de trabalho capitalista, assumindo as funções mais degradantes, socialmente inferiorizadas e precárias.

(MANOEL, 2020). Nesse sentido, esse novo modelo de sistema estatal e burocrático continuou reproduzindo a exclusão da população negra dos espaços sociais, fixando-os novamente à margem da sociedade brasileira.

Logo, a mulher negra foi legitimada enquanto corpo subalternizado, tomando novas formas de exploração no novo sistema capitalista que se iniciava, mas agora possuía a designação de “liberta”. Suas funções dentro do mercado de trabalho permaneceram semelhantes às dos séculos de escravidão, tendo como foco os papéis de empregada doméstica, babá, cozinheira, lavadeira, prostituta.

Desse modo, as mulheres negras são as mais afetadas pelo desemprego⁹. Embora componham o maior percentual de população em idade ativa (28,1%), as mulheres negras têm as maiores taxas de desocupação, subocupação e subutilização¹⁰. Mulheres negras também são maioria no trabalho doméstico, trabalho familiar auxiliar ou trabalho do cuidado, e minoria no setor privado e setor público que oferecem as maiores remunerações (IBGE, 2020). Além de maior vulnerabilidade no acesso ao trabalho e à renda, as mulheres negras são as mais vitimizadas pelo feminicídio e violência doméstica¹¹.

Houve um crescimento importante nos indicadores educacionais dos últimos anos em relação às estudantes negras, principalmente no que tange ao ensino superior, mas, ainda assim, elas ainda não têm a mesma taxa de escolarização de homens brancos. A desigualdade de gênero e raça começa ainda na escola, enquanto a taxa de conclusão de ensino médio é de 72% para

⁹ “A taxa de desemprego entre as mulheres negras é acima da média nacional, enquanto que entre os homens brancos está abaixo, do total de residências chefiadas por mulheres negras no Brasil, 63% estão abaixo da linha de pobreza (SIS/ IBGE, 2020); Os marcadores sociais de gênero e raça refletem-se também nas posições das mulheres negras no trabalho, sendo elas maioria no trabalho doméstico e trabalho familiar auxiliar e minoria no setor privado e setor público que oferecem as maiores remunerações, assim como entre empregadores (IBGE, 2020).

¹⁰ Núcleo de Pesquisa de Economia e Gênero da FACAMP a partir de dados da PNAD contínua de 2020. (PORTAL GELEDÉS, 2022).

¹¹ De acordo com o Atlas de Violência de 2020, para cada mulher branca que sofre feminicídio, temos 1,8 mulheres negras, o que significa que este último grupo tem 80% mais chances de que elas sejam violentadas até a morte. O Anuário de Segurança Pública aponta que, entre 2008 e 2018, a taxa de feminicídio caiu 11,7% entre mulheres brancas, ao passo que aumentou em 12,4% entre mulheres negras. (PORTAL GELEDÉS, 2022).

Na contramão, apesar das mulheres negras corresponderem a 27,8% da população brasileira, são apenas 2% no Senado, 1% na Câmara dos Deputados, 3,2% de pessoas eleitas para prefeituras e 5% de representantes nas casas legislativas municipais. Ou seja, elas têm baixa representatividade nas esferas do poder e de tomada de decisão. (PORTAL GELEDÉS, 2022).

homens brancos, esse indicador é de 67,6% para mulheres negras. Da mesma forma, a taxa de conclusão do Ensino Médio entre pessoas de 20 a 22 anos é de 61,8% para a população negra e de 76,8% para a população branca. O índice de analfabetismo entre a população negra é de 9,8%, enquanto 3,9% para a população branca. (IBGE, 2020, apud PORTAL GELEDÉS, 2022).

A maior presença de estudantes negras no ensino superior está intrinsecamente ligada à Política de Cotas, lei 12.711/2012, enquanto ação afirmativa que permitiu a presença dessa população marginalizada na academia. Logo, é necessário destacar que essa proporção representa as instituições públicas federais de ensino superior, pois, se formos comparar com as instituições privadas, o percentual de estudantes negras é inferior. Além de que a presença dessas estudantes não está direcionada aos cursos considerados de maiores prestígios e com melhores remunerações, como Direito, Medicina, Engenharia da Computação, entre outros.

Em se tratando da mulher negra, “sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca” (GONZÁLES, 1979). Essas representações a partir da subserviência serviram ainda para a construção estereotipada da mulher negra, no imaginário social brasileiro, como aponta Lélia Gonzalez (1984, apud CARDOSO, 2014):

Os estereótipos referentes às mulheres negras representam as distinções de gênero codificadas pelo racismo através de diferentes discursos, e a sua historicidade é passível de ser apreendida pela investigação. Lélia Gonzalez propõe a investigação desses estereótipos negativos para visibilizar o impacto da violência dessas representações negativas sobre a vida de nós, mulheres negras. As representações negativas das mulheres negras na sociedade brasileira são decorrentes da articulação entre o racismo e o sexismo e se manifestaram de diversas formas. (2014, p. 975).

A autora cita Lélia Gonzalez (1984) que foi precursora nas discussões envolvendo sexismo e racismo no Brasil, enquanto uma referência em assuntos que posteriormente viriam a ser classificados como gênero e raça articulando-se com classe para investigação das violências que envolvem a mulher negra. “Para analisar as representações das mulheres negras costumeiramente veiculadas na sociedade, Lélia Gonzalez parte de três noções, todas atribuições de um mesmo sujeito, a mulata, a doméstica e a mãe preta.” (CARDOSO, 2014, p. 975).

Independente da condição da mulher negra, a sua representação é influenciada a partir da corporificação, dada pela aparência/estética negra, associada a essas categorias estereotipadas de lugares de subalternização, serviços de cuidados e trabalhos domésticos, bem como a fetichização do corpo negro, o que colabora para a visão da mulher negra que, ora é significada a partir da empregada doméstica, ora é vista como “mulata exportação” (GONZALEZ, 1984), silenciando violências como abusos sexuais, exploração da mão de obra, e a sua hipersexualização. Como explica a autora Lélia Gonzalez:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Nesse sentido, as atribuições dadas à mulher negra fazem parte de um “fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira.” (GONZALEZ, 1984, p. 224). Em vista disso, a interseccionalidade pode servir como categoria de análise que nos ajuda a compreender melhor como ocorre o *modus operandi* das opressões que se cruzam e se comunicam da mesma forma. Essa nossa estrutura de sistema estatal e burocrático continuou reproduzindo a exclusão da população negra dos espaços sociais, fixando-a, novamente, à margem da sociedade brasileira. Essa nova dinâmica é sinalizada por Jones Manoel (2020):

Essa dinâmica do capitalismo dependente criou um processo cultural de subjetivação no qual o negro nunca é visto no papel de advogado, médico, juiz, engenheiro, professor universitário ou burocrata de remuneração mais elevada, por exemplo. O negro sempre foi pedreiro, lixeiro, porteiro, mendigo, lavador de carros, segurança e por aí vai. Essa estratificação étnico-racial na divisão social do trabalho reproduz uma série de espaços sociais com seus respectivos imaginários, onde nunca o negro será encaixado. Um desses espaços é, sem dúvida, a universidade e, com ela, um conjunto de relações associadas ao papel de intelectual. (MANOEL, 2020, p. 2).

A Universidade é uma instituição que, aparentemente, apesar de ser espaço de produção de conhecimentos, ainda é um espaço branco e elitizado. Com a exclusão de negros na Universidade, esses espaços encontram-se

permeados pelo discurso falacioso da meritocracia, como o famoso “para você conseguir, basta se esforçar”. Como conseguir estar pelo menos inserido nessa “competição” por espaço, em um país que escravizou pessoas negras por 400 anos, o que se configura mais da metade da própria idade que o Brasil possui? As instituições se consolidaram enquanto espaços brancos de normas eurocêntricas e neoliberais, que assumem uma postura de “donos do saber”, à medida que decidem qual o conhecimento que deve ou não ser considerado legítimo. Figueiredo e Grosfoguel (2009) discutem essa epistemologia hierarquizada:

A produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica da egopolítica do conhecimento. Essa epistemologia contribui para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários. A epistemologia branca da egopolítica do conhecimento, ao ser normalizada como a epistemologia do senso comum nos espaços universitários, está inscrita como neutra, universalista e objetiva. A perspectiva particular do homem branco se ergue como a norma universal de produção de conhecimentos, por meio da qual se medem e avaliam todas as outras formas de produzir conhecimentos. O homem branco pensa desde uma geopolítica e corpo-política do conhecimento particular, como homem, branco e privilegiado; porém, em nome de um suposto universalismo, encobre sua localização, recorrendo ao mito que lhe permite pensar fora do corpo e fora do tempo e do espaço. (FIGUEIREDO e GROSFUGUEL, 2009, p. 228).

Os intelectuais negros não se sentem pertencentes a esse espaço universitário, pois não se relacionam e nem se identificam com o conhecimento branco, eurocêntrico e liberal produzido ali, bem como na própria dinâmica e normas desse espaço. Além disso, essa concepção neoliberal não colabora em nada para a luta antirracista ou mesmo a que envolva todas as lutas dos movimentos sociais, como o conceito de interseccionalidade pretende embarcar. Então, mesmo com a política afirmativa de cotas enquanto ação reparadora desse contexto histórico de descriminalização e exclusão dos espaços privilegiados, o buraco negro que se estende entre o intelectual negro e a academia continua sendo exorbitante.

Nilma Lino Gomes (2002) aponta para a estrutura da escola brasileira que atua concretizando a exclusão de estudantes negros e negras:

Ou seja, a própria estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui o aluno e a aluna negros e pobres. Essa

exclusão concretiza-se de maneiras diversas: por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados; pela ausência ou pela presença superficial da discussão da questão racial no interior da escola; pela não-existência dessa discussão nos cursos e centros de formação de professores/as; pela baixa expectativa dos professores/as em relação a esse aluno/a; pela desconsideração de que o tempo de trabalho já faz parte da vida do aluno/a negro/a e pobre; pela exigência de ritmos médios de aprendizagem, que elegem um padrão ideal de aluno a ser seguido por todos a partir de critérios ditados pela classe média branca, pelo mercado e pelo vestibular, sem considerar a produção individual do aluno e da aluna negra, assim como de alunos de outros segmentos étnicos/raciais. (GOMES, 2002, p. 41).

A autora utiliza a escola como exemplo, mas podemos ampliar essa concepção para a realidade das universidades ocidentais, nesse caso, as brasileiras, que acabam produzindo e legitimando o discurso hegemônico, enquanto universal, pela branquitude. “A hegemonia é uma forma de poder baseada na liderança de um grupo em muitos campos de atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável.” (HALL, 2016, p. 193). Não contemplando, portanto, a condição social de subalternização do negro resultante de um contexto histórico político e cultural, bem como a sua exclusão. Além de que, por meio de práticas eurocêntricas do currículo, colaboram para a hierarquização do conhecimento e negação da epistemologias afro, assim como a ausência de uma educação antirracista que perpassa o letramento racial e a valorização da negritude dos estudantes negros.

bell hooks (1995) nos alerta sobre a importância de se ter mulheres negras na educação superior como graduandas, mestrandas, doutorandas e a dificuldade de se inserirem em um espaço de exclusão majoritariamente branco e heteronormativo:

As intelectuais negras trabalhando em escolas e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje, mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaço institucionais para buscar a dimensão de sua realidade (HOOKS, 1995, p. 468).

bell hooks (1995, apud FERNANDES e NATIVIDADE, 2020, p. 59) propõe uma intelectualidade que seja insurgente, em que a mulher negra possa avaliar-se profundamente, tornando sua jornada um ativismo, uma epistemologia

passível de compartilhamento para encorajar outras mulheres negras que passem por problemáticas semelhantes.

Conforme as autoras em diálogo, o lugar social da mulher negra é definido como o espaço da exclusão dentro da estrutura racista dominante: seja ele fixado pela exclusão do mercado formal de trabalho ou da educação formal, pois, quando se trata da condição da mulher negra esse número é emergencial. A exemplo de uma pirâmide social econômica, a mulher negra encontra-se na base, o que significa maior vulnerabilidade e exposição às opressões. Desse modo, torna-se fundamental que estudantes negras ocupem os lugares de intelectuais nas universidades, como ato de resistência, se atentando a todas as amarras do sistema institucional racista e desigual:

A hierarquização dos territórios, causada principalmente por esse conflito de poder que reproduz os grupos hegemônicos, não negros, construiu fronteiras simbólicas que criaram dificuldades para a população negra. Vemos, no debate sobre negros inseridos na universidade, inúmeras especificidades que tendem a territorializá-los como sem- espaços distintos em relação aos não negros. (BRAGA, 2019, p.34)

O intelectual negro tende a sentir um profundo isolamento nos ambientes universitários e nos espaços intelectualizados porque não se reconhece nos seus pares, nos temas de pesquisa disponíveis nem na simbologia desses locais. É como se a dinâmica em funcionamento gritasse todos os dias que “este não é o seu lugar” (MANOEL, 2020, p. 1).

Logo, é emergente a presença da população negra em espaços que foram historicamente negados a essas minorias, que, afinal, são maioria em números quantitativos, pois, somente com o engajamento de intelectuais negros que contrapõem a lógica hegemônica branca e neoliberal, é que vamos desempenhar mudanças efetivas, por meio da produção epistêmica que envolve toda a diversidade cultural das relações étnico-raciais atribuídas à Diáspora Africana.

Não podemos deixar que o ambiente hostil da universidade esvazie o significado das lutas traçadas pelos movimentos sociais, que não precisam ser legitimados pela academia, pois o são por si só. Mas devem ser instrumentos de ascensão do povo negro e conscientização coletiva, que colaborem para a emancipação da sociedade como um todo.

2 A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS

A identidade étnico-racial é amplamente reconhecida como uma construção social, ou seja, é moldada pelas interações e contextos sociais em que as pessoas vivem. A forma como as pessoas se identificam racialmente e etnicamente, assim como as categorias usadas para classificar grupos humanos, são produtos de processos históricos, culturais e políticos. Desse modo, a identidade está constantemente em disputa e negociação. “A identidade, entendida como um processo contínuo de construção social, está profundamente enraizada nas práticas espaciais e territoriais dos indivíduos e grupos.” (HAESBAERT, 2004, p. 58).

A ideia de raça, por exemplo, não é uma categoria biologicamente definida, mas sim uma construção social que surgiu historicamente para justificar a dominação e a exploração de determinados grupos humanos por outros. No contexto das Américas, a noção de raça foi particularmente influenciada pela colonização europeia e pelo sistema de escravização, que classificava as pessoas com base na cor da pele para justificar a superioridade racial.

Como é o caso da negritude, em que o povo negro sofreu violências absurdas e que se estende até o presente com a sua exclusão e marginalização, o que colabora para promover a negação da negritude servindo de instrumento de afirmação do Mito da Democracia Racial. (GONZALEZ, 2020). O mito citado é de que a população miscigenada viveria em harmonia entre todas as raças, sendo até improvável um país tão diversificado possuir racismo. Além da compra do discurso neoliberal da meritocracia, que é uma grande falácia.

Da mesma forma, a identidade étnico-racial é influenciada por fatores sociais e culturais, como história compartilhada, língua, religião, tradições e práticas culturais. As pessoas muitas vezes se identificam com grupos étnicos com os quais têm laços culturais e históricos, assim como quando possuem uma causa em comum, a exemplo da luta da população negra, que é ancestral. “As identidades não são fixas ou monolíticas; elas são múltiplas e fluidas, resultantes das diversas experiências e relações sociais que se desenvolvem em diferentes territórios.” (HAESBAERT, 2007, p. 124). Para o autor, a construção de qualquer identidade cultural está ligada ao território a que pertence, pois é através das vivências, das relações sociais, que os grupos assumem suas identidades.

Nesse sentido, a identidade é, antes de tudo, cultural, podendo ser continuamente negociada e redefinida. “A cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos - o ‘compartilhamento de significados’ - entre os membros de um grupo ou sociedade.” (HALL, 2016, p. 20-22). Para Hall, a cultura é sobre como os sentimentos e as identidades são representadas, a partir da definição dos significados, sendo por meio dessas representações que as identidades são construídas. Desse modo, a cultura é um território de conflito e luta, em que diversos grupos sociais vão disputar a hegemonia.

Sendo assim, buscamos analisar as identidades étnico-raciais que as estudantes negras cotistas se autodeclaram e de que forma isso influenciou ou não na jornada estudantil das estudantes, com destaque para a o espaço da Universidade, atentando-nos para a lógica da branquitude que promove a interiorização e exclusão do povo negro dos espaços sociais possuindo a sua dominação hegemônica ativa. Damos destaque para as narrativas e experiências das estudantes negras cotistas, que estão inseridas em uma lógica potencializada de violência, pois estão localizadas na base da pirâmide socioeconômica que reflete os dados alarmantes de subalternização da mulher negra no Brasil.

Pensando na trajetória educacional das entrevistadas, a infância merece uma atenção especial, pois é a fase que desempenha um papel fundamental na construção da autoestima de uma pessoa. Durante os primeiros anos de vida, as experiências, interações e mensagens recebidas pelas crianças têm um impacto significativo na forma como elas se veem e se valorizam. É durante a infância, que as crianças estão desenvolvendo suas identidades e senso de si mesmas.

Desse modo, a seção 3.1 inicia-se com uma breve discussão a respeito do racismo na infância expresso nos relatos das estudantes, com memórias das que fazem parte da infância educacional. Observou-se como o racismo que afeta as crianças negras pode ter impacto na autoestima e na construção da identidade, pois elas internalizam as mensagens que recebem de seus familiares, educadores e da sociedade em geral sobre quem são e qual é o seu valor. Portanto, é crucial que essas mensagens sejam positivas, encorajadoras e afirmativas.

É importante reconhecer que as construções sociais de identidade étnico-racial têm consequências significativas para a vida das pessoas, influenciando sua experiência de vida, o acesso a recursos e oportunidades, e como são tratadas pela sociedade e pelas instituições, e essa construção da identidade inicia-se ainda na infância. Assim, a compreensão dessas construções sociais é fundamental para o combate ao racismo e para analisarmos como o racismo influencia a territorialização das estudantes na infância e na trajetória educacional.

2.1 O RACISMO NA INFÂNCIA DENTRO DO CONTEXTO EDUCACIONAL

A trajetória da estudante cotista é marcada por diversas variantes a partir do tempo e espaço, de modo descontínuo e flexível, perpassando a história de vida à construção da identidade. Para Hall (2006), a manifestação da identidade ocorre por meio das relações sociais influenciada pelo contexto cultural que está inserido.

Nesse sentido, escolhemos a História Oral enquanto metodologia da “arte da escuta” (PORTELLI, 2016) para compreendermos as diversas experiências que envolvem não somente a vida da acadêmica cotista, mas também as relações étnico-raciais que se dão a partir da negritude. Serão apresentadas, a seguir, quatro narrativas de estudantes negras da UFNT. A escolha das estudantes foi aleatória. Assumindo uma postura investigativa, buscamos, a partir do próprio convívio da academia, encontrar estudantes cotistas que pudessem nos permitir acessar suas memórias e experiências. A escolha das estudantes foi às cegas, às vezes nos espaços de convivência da universidade, ou através de conhecidos em comum, bem como do próprio convívio.

Dessa forma, apresento-lhes as trajetórias das estudantes cotistas Niara e Kalifa, Jamile e Kiara ¹², concedidas a nós através das memórias recordadas, que se deram a partir da história de vida e da territorialização do espaço acadêmico na UFNT. Essas trajetórias, em alguns momentos, encontram-se ao

¹² Entrevistas concedidas nas datas 17 de abril de 2023 e 18 de outubro de 2023, respectivamente. Foi optado pela escolha de nomes fictícios para a preservação da identidade das entrevistadas.

mesmo tempo que se contrastam, afinal, as experiências são únicas e pessoais, mas articulam-se ao todo social.

No Quadro 1 abaixo, apresentamos algumas categorias para servirem de referência na identificação das entrevistadas, que tiveram seus verdadeiros nomes trocados por nomes fictícios:

Quadro 1 - Dados das/os interlocutoras/es

Nome:	Curso	Idade	Origem	Identidade Étnico-racial
Niara	História (Licenciatura)	18 anos	Babaçulândia/TO	Parda
Kalifa	Geografia (Licenciatura)	23 anos	Araguaína/TO	Negra
Jamile	Matemática (Licenciatura)	25 anos	Santa Teresinha do Tocantins	Preta
Kiara	Logística (Tecnólogo)	20 anos	Nova Olinda/TO	Parda

Fonte: dados da pesquisa.

Dito isso, as estudantes são a maioria dos cursos de Licenciaturas, tendo Niara cursando Licenciatura em História, Kalifa cursando Licenciatura em Geografia, Jamile cursando Licenciatura em Matemática e Kiara no curso de Logística. Niara e Kiara não são moradoras do Município de Araguaína/TO onde está localizada a UFNT, tendo ambas que se deslocarem de seus lares para estudarem todos os dias. Niara é moradora de Babaçulândia/TO enquanto Kiara mora em Nova Olinda/ TO, uma distância de 70km e 50km respectivamente, o que equivale a uma hora de viagem, quando não há obstáculos no caminho que excedem esse período, como estradas ruins, ônibus quebrado, trânsito etc.

A primeira entrevista concedida foi a de Niara, moradora de Babaçulândia. A entrevista foi realizada no próprio espaço da universidade, com o apoio de um celular com gravador de voz, e tendo como procedimento a História Oral. Conheci Niara por meio da indicação de amigos de ofício, graduandos de História. Niara, além de ser uma aluna cotista, também estava passando por dificuldades com a Política de Cotas, de forma que a própria vaga do curso estava em risco, o que será explanado posteriormente.

De antemão, é necessário conhecermos um pouco da trajetória escolar das estudantes para compreendermos todo o processo. Iniciaremos os relatos de histórias de vidas na ordem em que foram realizadas as entrevistas e tendo inicialmente como base, a infância. O racismo na infância é uma questão complexa e preocupante que tem impactos significativos no desenvolvimento das crianças. Desde cedo, as crianças são expostas a mensagens culturais, sociais e familiares que podem influenciar suas percepções em relação à raça e etnia. O racismo na infância pode ter sérios impactos no desenvolvimento social e emocional, crianças que são alvo de discriminação podem experimentar baixa autoestima, ansiedade, depressão e dificuldades de relacionamento em outras fases da vida.

De acordo com reportagem do Correio Brasiliense (2019), David Williams, um professor da Universidade de Harvard, que possui estudos africanos e afro-americanos, analisa sobre a saúde das crianças negras dos EUA, ele denuncia que existe forte tendência de afrodescendentes se saírem pior pelo fato de as crianças negras sofrerem com piores condições de saúde, o que tem a ver com a discriminação, piores condições de renda, moradia, escolaridade e maior vulnerabilidade familiar.

À medida que as crianças crescem, o desenvolvimento de uma identidade racial positiva é crucial. Isso envolve aceitar e valorizar sua própria identidade, bem como respeitar e valorizar a identidade do outro. O racismo na infância dentro do contexto educacional pode ter impactos duradouros no desenvolvimento do indivíduo. As escolas e as famílias desempenham um papel importante ao apoiar esse desenvolvimento de maneira positiva.

As estudantes entrevistadas são todas de baixa renda, recebem em média um salário-mínimo. Niara, Kalifa e Jamile moravam com suas mães até o presente momento, enquanto Kiara vivia apenas com a sua filha de quatro anos. O recorte da infância em suas trajetórias é marcado pela imagem das mães em suas vidas. Segundo elas, as mães são representação de força, persistência e trabalho duro, tendo feito o impossível para que as filhas, para além da sobrevivência, pudessem ter acesso a um futuro melhor do que elas tiveram.

Niara narra que foi criada, em boa parte da sua infância, pelas mulheres da sua família, pois, por ser filha de uma professora e ter sido abandonada pelo

pai quando tinha apenas dois anos de idade, a mãe teve que contar com a rede de apoio que tinha em volta para conseguir trabalhar e criar a filha.

A minha mãe era a única da família que tinha feito faculdade até então, a primeira a fazer faculdade e a primeira a engravidar e essas coisas todas. E ela teve que me criar sozinha e assim, ela trabalhava no sertão, aí ela ia de bicicleta, ela saía cinco horas da manhã pra chegar lá as sete, de bicicleta no sertão. E já grávida de mim, até depois que eu nasci também, ela ia e voltava e eu ficava o dia inteiro longe dela. A minha mãe depois que ela saiu da escolinha na zona rural, ela foi trabalhar na secretaria de educação, e daí ela viajava muito, ela tava sempre no fórum, em Palmas. Ela trabalhava o dia inteiro e ela não tinha férias, então assim, tinha todo aquele negócio. Então eu, na minha infância a minha mãe sempre tentou fazer de tudo pra tá próxima, mas as vezes ela não tava, então quem me criou nesse meio tempo inteiro, foi a tia Tereza. Que eu tenho um vínculo gigantesco. (NIARA. Entrevista concedida em 17 de abril de 2023, às 21h09).

Muitas vezes, mães solo e de baixa renda enfrentam limitações financeiras que dificultam o acesso a serviços de apoio e políticas públicas. Isso resulta em um ciclo vicioso de desigualdade, além de que a falta de oportunidades pode afetar o futuro das crianças. Logo, a situação da mãe pobre que precisa trabalhar e deixar os filhos em casa apresenta diversos desafios e dificuldades. Essa realidade é comum em muitos contextos e se agrava à medida que se acrescenta o marcador raça, levantando preocupações significativas, tanto para as mães quanto para as crianças negras.

Na fala de Kalifa, também está inserida essa desigualdade social e estrutural que limita e impossibilita as oportunidades de ascensão social e equidade racial, sistematizada ainda na trajetória de suas famílias. Em vista disso, essas famílias dão grande importância à educação, pois o estudo pode proporcionar oportunidades para o crescimento pessoal, ampliando a compreensão do mundo, assim como desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Isso pode ser observado no esforço das duas famílias, a mãe de Niara ao conseguir ser a primeira graduada da família, trabalhando em altas jornadas de trabalho para sustentar a filha sozinha, tal como na fala da mãe de Kalifa quando diz – “você vai estudar, você não vai ficar no mesmo lugar que eu”.

Todo mundo que eu conheci ou conheceu a minha mãe na juventude, diz que ela sempre foi muito inteligente. Só que veio várias adversidades da vida atrapalhando ela e ela não pôde, né? conseguir chegar ao ensino superior sempre foi o sonho dela, e aí tinha a família que não ajudou e ela não teve nenhum apoio, ela não teve apoio de

ninguém. Então ela teve que se virar por ela mesma, tanto que minha mãe é uma das pessoas que eu mais admiro na vida, ela é a pessoa mais forte que eu conheço e ela é minha inspiração pra tudo. Eu lembro dela trabalhando, dela ralando em dois empregos, em várias coisas, ela não tinha tempo pra nada e o tempo que ela tinha livre ela falava: "você não vai fazer a mesma coisa que eu, você vai estudar"! (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

A mãe de Kalifa acredita que a filha deve romper com esse ciclo vicioso que possui como marcador a desigualdade social e racial. Ela prefere se colocar em segundo plano para que a filha possa ter a oportunidade de estudar, oportunidade que ela própria não teve. Essa desigualdade social se potencializada quando adicionamos o fator racial, como podemos reparar na angústia na fala de Kalifa, ao relatar sobre a falta de equidade em sua vivência enquanto negra.

Então, ainda mais pra nós homens e mulheres pretos, negros, pardos, a gente tem uma dificuldade, não é que a gente não tenha a mesma capacidade dos outros, é porque eles não entendem que as nossas dificuldades empurram a gente pra trás né? Porque eu to aqui, eu to no curso superior, mas ao mesmo tempo eu to preocupada, e lá em casa? Eu tenho o RU pra mim comer... mas e a minha família ta comendo? Ai tipo assim, a gente tem essas coisas que vai atrapalhando a gente, vai nublando a nossa cabeça, então a gente precisa de alguma coisa pra tentar chegar numa igualdade, equidade né? (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Segundo reportagem do G1 (2022), uma pesquisa do IBGE (2021) mostra que, considerando-se a linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%). Os dados são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. De acordo com o levantamento educacional elaborado pela pesquisadora Janaína Feijó (2023) da Fundação Getúlio Vargas a partir dos dados do PNADC (2022), entre as mães solo negras (pretas e pardas) é ainda mais grave, com uma maior concentração do nível educacional mais baixo (58,7%) e uma minoria tendo ensino superior (8,9%).

As mães solos enfrentam desafios adicionais para se inserirem no mercado de trabalho, pois nem sempre podem contar com uma rede de apoio para compartilhar as despesas financeiras do lar ou conciliar maternidade, estudo e trabalho. Entre as mães negras, esses indicadores se tornam piores, pois de todas as mães solo negras com filhos pequenos, 34,6% estão fora da

força de trabalho e 11,6% estão desempregadas. Essas proporções são bem maiores do que as verificadas para o grupo de mães solo brancas e amarelas.

No caso da entrevistada Jamile, que também tem sua trajetória cruzada pela interseccionalidade entre raça, gênero e classe, desde pequena teve o apoio dos tios na sua criação, já que sua mãe possui uma deficiência intelectual que a impediu de assumir sozinha a responsabilidade de criação da filha. Atualmente, Jamile mora apenas com a sua mãe, que é aposentada e frequenta a PAE (Programa de Assistência Especial), além disso, começou a trabalhar ainda muito jovem, aos doze anos como babá em casas de família para ajudar com a complementação da renda.

É muito doloroso, sabe? Você tá no meio de pessoas que tipo assim, nossa, você vê que você não tem vez. É muito difícil você ouvir, “-essa aí vai ser sem futuro”. Olha só, olhar pra minha cor, olhar pra minha pessoa e falar que não vai dar em nada, as negatividades... e também o fato de ter começado a trabalhar bem cedo, mas em que tipo de serviço? Não foi em uma secretaria, nem nada do tipo, foi olhando criança. Então tipo assim, são fatores que a gente vê, que nós não temos tanta valorização, desde a infância. Nós não somos também crianças que crescem com aquele intuito de que nós temos lugares nesse mundo, tipo, nós fazemos parte disso. Porque se você for analisar, hoje em dia, quantos médicos são negros? Quantos empresários são negros? Quantos professores são negros? Os patamares mais altos. Negro a gente acha numa cozinha, é como se a escravidão não tivesse acabado, como se nós tivéssemos que lidar com o racismo todos os dias, mas as pessoas costumam dizer que não, que acabou, e não acabou. (JAMILE. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2023, às 12h59).

Para além do fator racial, Jamile desde criança teve que lidar com a condição de sua mãe, tendo que contar com o apoio dos seus tios para a sua criação já que a mãe não possui condições para tal, assim como também teve que assumir desde muito nova a responsabilidade pela mãe que necessitava dos cuidados da filha. Desse modo, desde muito cedo a jovem teve que lidar com uma realidade desafiadora, em que precisou buscar emprego ainda na infância para ajudar nas despesas da casa, assim como assumir os cuidados da casa e da mãe.

Assim, minha mãe desde ela bebê ela me levava pra escola, só que minha mãe é uma criança, ela tem retardo mental e a mentalidade dela é infantil, mas mesmo assim ela sempre me levava pra escola, é tão tal que vir pra cá, quando eu falei pra ela que era pra estudar ela vê como algo bom, por mais que o entendimento dela não seja tão grande. (JAMILE. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2023, às 12h59).

Na fala profunda sobre a sua infância, a estudante desabafa sobre a sua realidade e o racismo vivenciado desde muito cedo. A jovem expressa a falta de representatividade e da presença de negros em espaços privilegiados e relaciona o contexto atual do negro com a época da escravização no qual a abolição de 1888 foi uma falácia, tendo a República apenas adaptado a forma de exploração e marginalização do negro, já que ele continuou ocupando espaços de subserviência, com grande dificuldade de mobilidade social.

Portanto, é muito difícil para a criança negra lidar com o racismo institucional em que está inserida, a exemplo, o sistema educacional que seleciona e hierarquiza pessoas a partir da cor. O racismo se utiliza do próprio contexto em que foi criado para atravessar a vida de pessoas negras, ao ponto que se disfarça em uma “piadinha”, no “bullying”, no comodismo dos próprios docentes ou pela escola em minimizar esse tipo de violência. Quando questionada sobre as lembranças boas da sua infância, Kalifa respondeu:

Quase não tem lembranças boas da escola, eu só lembro de bullying, racismo, e aliciamento e tudo de ruim, entendeu? Eu não lembro de muitas coisas boas que me passou no ensino fundamental, no ensino médio foi mais diferente porque eu me revoltei. Ai foi a parte que eu virei pro enfrentamento mesmo, no ensino fundamental até o 8 ano eu tava aceitando as coisas mas ai depois não, eu falei, chega! Ai então eu me tornei aquela pessoa rebelde sem causa, tudo que jogavam pra mim eu jogava de volta, então a partir disso foi mudando ne, não quer dizer que não acontecia mas pelo menos eu não deixava me afetar e a partir de um tempo por eu enfrentar eles não vinham mais atrás de mim, então houve essa mudança. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Kalifa narrou um episódio de violência que sofreu, quando atacaram a sua mãe com xingamentos racistas, reagindo em seguida. A situação de violência que a estudante vivenciou se agravou de tal modo que a própria não viu outra opção do que a se defender pelos próprios meios. A partir da fala da estudante, observa-se que esses episódios eram frequentes:

Eu reagia sim, a criança vinha me encher o saco eu batia nela sim, uma vez quando eu era pequena, quando era comigo eu não reagia de forma tão forte, mas na época quando começaram a atacar a minha mãe eu quebrei a vassoura na cabeça de uma menina. Na época também ela levou até um ponto. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

A falta de representação e a promoção de estereótipos podem contribuir para a perpetuação do racismo e, portanto, a violência contra pessoas negras.

Quando a mulher negra cansa de sofrer com a violência perpetuada pelo racismo e resolve reagir, mesmo que de forma pacífica, ela é taxada de raivosa. “O estereótipo da mulher negra raivosa é uma ferramenta usada para desumanizar e deslegitimar a resistência das mulheres negras, perpetuando a ideia de que sua raiva é irracional e não justificada.” (hooks, 1981, p. 15). Historicamente, o estereótipo da mulher negra raivosa foi construído nos tempos da escravização, quando as mulheres negras eram retratadas como figuras desumanas e agressivas para justificar a violência e a opressão que sofriam. Durante e após o período da escravidão, essas imagens continuaram através dos meios de comunicação, dos discursos e das representações, reforçando uma visão negativa das mulheres negras. A autora argumenta que o estereótipo da mulher negra raivosa é uma ferramenta para manter as hierarquias de poder existentes, deslegitimando a resistência das mulheres negras.

A estudante destaca ainda que os irmãos são diferentes dela. Ela e a mãe se preocuparam na criação dos irmãos menores de Kalifa, para que não reagissem às agressões sofridas. Kalifa demonstra a preocupação que possui com o bem-estar dos irmãos que estão à mercê do racismo estrutural e podem sofrer a violência na pele:

Então toda a nossa vida ela é marcada pelo racismo, tudo que a gente faz tudo que a gente fala, tudo que a gente é, ne? Então a forma como a gente anda, a gente tem que tomar cuidado. A forma como a gente fala, a gente tem que tomar cuidado. Eu lá dentro de casa me tornei a base da família ne? Meus irmãos se espelham muito em mim e eu tenho muito cuidado com o que eu faço, com o que eu mostro, porque eles veem uma pessoa em mim, uma inspiração. E eu fico morrendo de medo disso, então quando os meus irmãos foram crescendo eu fui preparando eles pra vida da mesma forma que minha mãe me preparou, só que com um pouco mais de dureza. Porque, por exemplo, meus irmãos são pretos, meus irmãos são pretos, retintos mesmo. Então, quando eles saem pra rua eu sinto muito o peso do medo da minha mãe porque eu tenho um pouco desse medo. Eu sei que não dá pra igualar porque ela é mãe, mas eu fico com medo também, a gente sabe como é o mundo lá fora, principalmente pra crianças, crianças pretas. Meu irmão tem 14 anos, o caçula, ele é maior do que eu, ele é forte, o corpo dele já ta desenvolvido, a voz dele já ta desenvolvida, ele parece um homem mas ele é uma criança. Daí eu fico com medo quando ele vai pra rua, a gente não pode proibir um menino e trancar ele dentro do quarto, mas também não quer dizer que a gente não vai ficar com medo. Porque a gente sabe que dependendo ele pode levar um baculejo¹³, a polícia pode acabar plantando alguma coisa. O meu

¹³ O baculejo é uma expressão popular brasileira que se refere à ação de realizar uma revista minuciosa em pessoas, veículos ou locais em busca de objetos ou substâncias ilícitas, armas, drogas ou qualquer outro item que possa representar uma ameaça à segurança pública. Essa prática é realizada por agentes de segurança, como policiais, com o objetivo de prevenir e

irmão é uma criança super dócil, ele sofreu racismo na escola, ele sofreu e sofre racismo na escola e ele não faz nada, porque ele tem nele que ele não pode reagir, ele não pode agredir. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Lélia Gonzalez já criticava a violência policial em seu artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”:

Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZALEZ, 1984, p. 231).

A violência policial é um fenômeno violento e preocupante que muitas vezes se manifesta como um abuso de poder por parte das forças de segurança, ou com o seu agravamento, resultando em homicídio. A desigualdade racial frequentemente desempenha um papel nesse contexto, com minorias étnicas sendo alvo desproporcional de ações violentas, como se o treinamento da polícia fosse instrumentalizado na perseguição sistêmica a partir da dimensão racial e econômica.

Uma sociedade que constitui suas relações por meio do racismo, [...] tem em sua geografia lugares e espaços com as marcas dessa distinção social, no caso brasileiro, a população negra é francamente majoritária nos presídios e absolutamente minoritária nas universidades [...]. Essa diferente configuração espacial se constitui em espaço de conformação da subjetividade de cada qual. (SANTOS, 2007, p.29, apud BRAGA, p. 40).

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresentados pelo site UOL (2023), o Brasil registrou mais de 6.420 mortes por agentes da polícia em 2022, o que equivale a 17 por dia. Os números também mostram que a população mais vitimada é a dos jovens negros. Mais de 83% das pessoas que morreram em intervenções militares eram negras e 45% tinham entre 18 e 24 anos. “Negros são as maiores vítimas de homicídios no Brasil. Segundo o Atlas da Violência, em 2017, 75,5% das pessoas assassinadas no país eram pretas ou pardas, o equivalente a 49.524 vítimas. A chance de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco”. (AFONSO, 2019).

Os dados referentes a 2019 mostram que, em 15 anos, a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%. Hoje, de cada três presos, dois são negros, é o que revela o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Dos 657,8 mil presos em que há a informação da cor/raça disponível, 438,7 mil (ou 66,7%) são negros (G1 SÃO PAULO, 2020).

Grupos socialmente excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômico, seja no sentido de apropriação simbólica-cultural". O difícil controle dentro do território ou a impossibilidade de se territorializar ou se apropriar de outros espaços é fruto do contexto histórico da formação da nação brasileira, sustentada por uma falsa democracia. (HAESBAERT, 2004, p. 37 apud BRAGA, p. 40-41).

Essa realidade trágica está intrinsecamente ligada a estruturas históricas de racismo e discriminação, perpetuando um ciclo de injustiça que reflete desigualdades profundamente enraizadas na sociedade. É o elemento de cultura utilizado como instrumento de dominação, territorializando crianças negras como sem espaço ou em espaços marginalizados. O racismo se manifesta em todas as dimensões da vida da população negra, e isso fica nítido quando entramos em contato com a experiência das estudantes negras entrevistadas. A infância até a maioridade é marcada por cicatrizes impostas pelo racismo estrutural que coloca o negro em posição de inferioridade e à margem da sociedade.

Outra situação em que o racismo ganha forma, está na construção da identidade racial, que, a partir de uma sociedade racista, tem como ideologia o embranquecimento da população. A construção da negritude possui grande importância para a autoestima e valorização do indivíduo que a reivindica, como analisa Nilma (2002):

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2002, p. 39).

Como foi o caso de Niara, que, devido ao racismo, acabou renunciando à própria ancestralidade e identidade. Niara é uma pessoa falante, desde o primeiro contato foi muito fácil a aproximação dela. Uma facilidade para

expressar seus sentimentos e sua trajetória. Nesse sentido, uma fala sua me surpreendeu, quando ela disse que tinha poucos amigos na infância:

Sempre tive poucos amigos nunca fui uma pessoa de ter muitos amigos, eu sou muito tagarela, mas eu nunca tive muitos amigos, por incrível que pareça. Sou muito comunicativa mas eu nunca tive muitos amigos eu era bem estranhazinha naquela época (*Por que você acha isso?*) Porque naquela época e hoje em dia pra mim a religião da minha família sempre foi a coisa mais incrível que eu já conheci e que eu tinha o prazer de fazer parte só que era uma coisa que a minha mãe falou muito que elas sofriam muito preconceito com aquilo, muito preconceito com a religião porque era uma coisa nova o umbandismo. Como eu falei, minha vó sempre foi a única da cidade a ter um terreiro de umbanda e praticar, e fazer as rezas, tem as festas sabe? Sempre foi uma coisa bem mal vista pela sociedade e quando elas eram crianças elas sofriam muito bullying, a mãe até hoje ela tem alguns traumas, tem uma tia minha que ela não participa, ela entende, ela respeita mas ela não participa de nada porque alguns desses traumas já chegaram à tipo assim, bullying com agressão. Então assim, era uma coisa bem pesada e assim traumas familiares também que aconteciam por causa de alguma coisa que tava sempre envolvida aquilo ali. (NIARA. Entrevista concedida em 17 de abril de 2023, às 21h09).

A estudante associa a religião com a sua exclusão na infância, sendo a sua família também vítima do racismo religioso. É importante destacar que a nomenclatura correta nessa situação é racismo religioso. Em um país que possui majoritariamente a crença hegemônica às religiões cristãs como doutrina, é a religião do europeu, branco, colonizador a idealizada. Nenhum grupo cristão será descriminalizado por tal com a mesma intensidade, enquanto o racismo religioso dirigido às religiões de matriz africana¹⁴ é uma manifestação específica de discriminação que ocorre, principalmente, em países que foram colonizados, como o Brasil.

O advogado Hédio Silva, coordenador executivo do Instituto de Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (Idafro) se dedica a refletir sobre a importância da adequação dos termos. Segundo ele, “A expressão ‘racismo religioso’ nasce no sistema da Nações Unidas nos anos 1960, e ela vem adquirindo conteúdo jurídico e significação volátil ao longo das décadas”, explica, também durante o ciclo de debates, “eu entendi que ‘intolerância religiosa’ é insuficiente quando

¹⁴ As religiões de matriz africana incluem tradições como o Candomblé, a Umbanda, entre outras, e são praticadas principalmente por descendentes de africanos e afrodescendentes. Práticas como a dança, música, uso de vestimentas específicas e rituais podem ser erroneamente interpretadas e rotuladas como primitivas, supersticiosas ou perigosas, são estigmatizadas e mal compreendidas devido a estereótipos culturais. Em alguns contextos, as religiões de matriz africana foram forçadas a se sincretizar com formas mais aceitas de religião, muitas vezes em uma tentativa de suprimir suas práticas originais.

percebi que a religiosidade é só um alvo desses ataques, talvez o mais visível, mas, na verdade, os ataques se dirigem a todo patrimônio cultural e a todo legado civilizatório herdado do tráfico transatlântico”. Silva cita como exemplo as sucessivas tentativas de apagamento desse legado, a exemplo da utilização de expressões como “bolinho de Jesus”, no lugar de acarajé, e “capoeira gospel”. “Esses exemplos dispensam legendas, você não ouve falar em yakisoba, macarronada ou kibe de Jesus, é uma permanente antagonização que cria uma antítese a tudo que é vinculado ao legado civilizatório africano”, detalha. (CONNECTAS, 2022).

Racismo religioso trata-se, portanto, do ataque a pessoas negras pelo simples fato de seguirem a umbanda, o culto de Ifá ou qualquer outra religião afro-brasileira, como o candomblé, o batuque, a encantaria, a jurema, o nagô-vodun, o tambor de Mina, o terecô, o xangô e o xambá.

Conforme Westin (2023), em reportagem no Agência Senado,

A violência pode se materializar de maneiras ainda mais explícitas e cruéis. Não são raros os casos de pessoas insultadas e atacadas na rua e terreiros fechados pela hostilidade da vizinhança, expulsos de favelas pelo fuzil dos narcotraficantes ou milicianos e até reduzidos a cinzas por incêndios criminosos. (WESTIN, 2023).

As religiões de matriz africana são alvo de discriminação, tendo suas práticas religiosas consideradas imorais, resultando em perseguição e marginalização daqueles que seguem essas tradições. Adoradores de religiões de matriz africana podem ser vítimas de violência física e simbólica devido às suas crenças. Isso pode incluir ataques a templos, agressões pessoais ou intimidações destinadas a criar um ambiente hostil para a prática religiosa, como foi o exemplo de uma tia de Niara, que, devido a agressões físicas, preferiu se afastar da religião.

Esse trauma marcou a vida de Niara, ao ponto de ela começar a negar própria fé, passando a se apresentar como ateia na infância. Hoje já é bem resolvida com sua religião, da qual, aliás diz ter muito orgulho. Niara também sofreu ataques na infância quanto à sua aparência física quando a estudante relata, por exemplo: “quando eu era criança, tinha tanto preconceito comigo mesma”.

Eu me considero parda por conta das minhas origens mas é, eu acho que quando eu era criança, tinha tanto preconceito comigo mesma, tão

tanto que parei de pegar sol real por conta de piadinhas e alisei o cabelo por conta de piadinha, meu cabelo era muito cacheado mesmo, um 3c doidão, e assim é eu mudei muito de quem eu era vestimenta, modo de falar por conta de piadinhas dos outros então hoje eu acho que abandonei minhas origens por contas de outras pessoas, origens minhas como meu cabelo foda, gigantesco, cacheado, quase um black que eu fiz questão de alisar e passar muita química pra ficar esse boi lambeu. (NIARA. Entrevista concedida em 17 de abril de 2023, às 21h09).

A "negação da negritude" refere-se a um fenômeno em que indivíduos pertencentes a grupos étnico-raciais historicamente marginalizados, rejeitam ou negam a sua própria identidade racial ou étnica. Essa negação pode ser influenciada por uma variedade de fatores, incluindo pressões sociais, estereótipos negativos, e um desejo de se conformar com padrões culturais dominantes. Algumas pessoas podem internalizar mensagens negativas sobre sua identidade racial, o que pode levar à negação de sua negritude como uma forma de buscar aceitação ou evitar o estigma associado ao racismo.

É importante entender que a negação da negritude pode ter implicações significativas para o indivíduo e para a comunidade em geral. Pode resultar em uma desconexão com a história, a ancestralidade, a cultura e as lutas compartilhadas pelos membros de grupos racializados, o que, por sua vez, pode afetar a capacidade de enfrentar desafios sistêmicos. Além disso, é importante desafiar estereótipos prejudiciais e trabalhar para criar sociedades que celebrem e respeitem a diversidade étnica e racial, incentivando uma compreensão afirmativa da negritude.

Esses traumas na infância e na vida de crianças negras, causados pelo racismo estrutural, possuem impacto significativo no desenvolvimento emocional, mental e físico de uma pessoa. Traumas são experiências dolorosas, assustadoras ou prejudiciais que afetam negativamente o bem-estar emocional e psicológico de uma criança. Em se tratando da condição de crianças negras que começam a vivenciar o racismo ainda na infância, são potencialmente propensas a passar por situações traumáticas, como foi um dia na escola para Jamile, quando uma colega lhe ofendeu gratuitamente:

Um dia na escola, onde a gente ia fazer uma competição, e tava uma galera bem grande, e eu me vi entre várias pessoas, brancas, mas que tinha outras amigas no meu tom de pele, porém elas não queriam participar. E uma garota chegou em mim e falou assim: -Dani, você já parou pra se olhar no espelho e vê que você não tem nem como falar bem, tipo, quando olharem pra você não vão te dá nada, olha pra nós

duas como nós somos diferentes. Eu falei: não, nós não somos diferentes, eu penso, eu ajo, eu falo, eu leio também, e ela falo assim: -mas quem tira as melhores notas? (Jamile responde) Depende de quais matérias ne, em qual matéria você ta se referindo, porque eu passei dificuldades em algumas mas eu também sou boa em outras, e ela falo assim: - deixa eu te falar uma coisa, quando você entrou aqui, não foi porque você fez alguma prova Dani, é porque direitos são iguais pros brancos e pretos entrarem numa escola estadual pública. Ela tava questionando a minha ida na competição e eu falei pra ela independentemente do que você acha ao meu respeito, eu não vou ficar sem ir a atléticas... Daí ela falo assim, -coloca uma coisa na tua cabeça, que você já olhou pros escravos, que cor eram eles? Falei, - claro, eu já olhei pra eles. Inclusive a tua raça que fez isso. (JAMILE. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2023, às 12h59).

Ninguém nasce racista, as pessoas tornam-se racistas, e, assim como uma criança sofre racismo ainda na infância, a outra aprende a produzi-lo. E, para que isso aconteça, parte-se de uma lógica, estrutural e cultural, que naturaliza o ato de ser racista. O racismo está enraizado nas relações sociais, nas instituições, nas estruturas familiares, judiciárias, educacionais e em todas as instâncias da vida, por isso é estrutural. Desse modo, a escola tem papel crucial na conscientização e letramento racial da população, como aponta Nilma:

A escola, como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão. Mais do que simplesmente apresentar aos alunos e às alunas dados sobre a situação de discriminação racial e sobre a realidade social, política e econômica da população negra, a escola deverá problematizar a questão racial. Essa problematização implica descobrir, conhecer e socializar referências africanas recriadas no Brasil e expressas na linguagem, nos costumes, na religião, na arte, na história e nos saberes da nossa sociedade. Essa é mais uma estratégia pedagógica que, na minha opinião, toca de maneira contundente nos processos identitários dos negros e possibilita a construção de representações positivas tanto para estes quanto para os brancos e demais grupos étnicos/ raciais. (GOMES, 2002, p. 46).

Para Nilma Lino Gomes, a escola não é neutra, pelo contrário, ela deve ter o propósito de inclusão da perspectiva étnico-racial nas políticas educacionais brasileiras. Uma educação racialmente inclusiva não apenas contribui para o entendimento e respeito mútuo, mas também desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade com equidade.

Pensando territorialização como o processo pelo qual espaços são apropriados e delimitados a partir de relações de poder, observa-se que, desde a infância, essas crianças negras sentem-se desterritorializadas, pois não vão conseguir se apropriar nem se sentir pertencentes aos espaços. A violência

sistematizada pelo racismo ainda na infância, tira a oportunidade de reconhecimento, e de pertencimento.

2.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MENINA NEGRA

Niara ingressou na universidade por cotas raciais no Curso de Licenciatura em História, logo que completou 18 anos. Nascida em Babaçulândia, município localizado a 70 km de distância da cidade de Araguaína, onde está situada a UFNT, é filha de professora e criada majoritariamente por mulheres, como a sua vó e suas tias que expressam grande influência em sua vida. A estudante se identifica racialmente como parda.

Kalifa, moradora da cidade de Araguaína, tem 23 anos e, atualmente, cursa Licenciatura em Geografia. É estudante cotista e mora com sua mãe e seus quatro irmãos mais novos. A estudante se identifica racialmente enquanto negra.

Jamile, após se deslocar da sua cidade natal, Santa Teresinha do Tocantins, para estudar, agora é moradora de Araguaína/TO. Com 25 anos, mora somente com a sua mãe e se identifica racialmente como preta.

Kiara, de vinte anos, é moradora de Nova Olinda/TO, mora com a sua filha de quatro anos, sendo mãe solo, e se identifica racialmente como parda.

As estudantes compartilharam os receios, as dificuldades, bem como as resistências e alegrias de terem conseguido adentrar em uma Universidade Federal, porém, cada trajetória é única, independente de qual identidade étnico-racial ou grupo que se identifique. Logo, as identidades são heterogêneas, podendo haver interseccionalidades em comum e que estão em constantes cruzamentos.

Niara, em seu relato sobre como descobriu as cotas, destacou com antecedência a ausência de trabalhos sobre o tema das cotas na escola que estudava, uma escola pública e municipal, em Babaçulândia. Segundo ela, o foco era terminar o ensino médio e não uma preocupação em cursar o ensino superior. Outro agravante teria sido a pandemia de Covid 19¹⁵, impossibilitando

¹⁵ A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Em 11 de março de 2020, ela foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença. (OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19.**

o contato com o Enem ou vestibular, devido às circunstâncias de isolamento provocadas pela doença, assim como as demais dificuldades advindas desse evento traumático.

A entrevistada narra como foi o processo de descoberta de que poderia ingressar pelas cotas étnico-raciais relacionadas à própria formação da identidade. Afinal, a identidade é uma construção social e o termo raça, não pode ser retirado do seu contexto histórico e cultural.

Eu parei pra pensar, foi nesse momento que eu parei e falei, e agora? Sou eu quem realmente sou? Porque era o que eu tinha falado, eu tinha mudado ja tanto, eu ja era uma pessoa totalmente diferente de quem eu era a cinco anos atrás. E ai foi aquele momento que eu parei e falei assim, quem eu sou agora nesse exato momento? Aquela hora que a gente se olha no espelho e fala que não queria ter mudado, queria ter continuado quem a gente era. Porque a gente muda por outras pessoas. E foi ai que eu parei e pensei, e a mãe me deu muito apoio em tudo. Ela falo -Niara, vamo respirar, a gente sabe as nossas origens, a gente tem tudo, entendeu? E a mãe, ela também desde pititiquita, porque ela era moreninha, ela tinha o cabelo cacheado e sofreu muito bullying por conta do cabelo, alisou o cabelo quando era jovem. Então assim, a gente vai se desvalorizando por conta de outras pessoas e chega o momento que a gente repensa quem sou eu, porque a gente não sabe mais quem a gente é, entendeu? **(Entrevista de Niara concedida no dia 17 de abril de 2023, às 21h09)**

A identidade é construída através do diálogo aberto, sempre atravessando o outro (GOMES, 2002), ou seja, depende das trocas relacionais que se dão através do outro. Dessa forma, a negritude é uma identidade construída socialmente e culturalmente entre passado e presente, motivada pela Diáspora Africana. Nessa fala de Niara é possível observar um questionamento sobre a própria identidade. Essa dificuldade de reconhecimento da sua identidade, quando a estudante se questiona “sou eu quem realmente sou?” é apresentada pela autora Grazielly Germano (2018):

Para os grupos subalternizados que estão lutando pelos seus direitos e para se libertar de classificações preconceituosas e de identidades cristalizadas, a questão —quem sou eu? toma uma importância contínua. Serve, sobretudo, para contestar os estereótipos dominantes, eurocêntricos, alicerçados pelo capitalismo, colonização e o patriarcalismo. (2018, p. 56-57).

Esse questionamento ocorre devido à inferiorização da identidade negra racializada por meio de uma representação de desvalorização do negro e da África, que está presente nas mídias e redes sociais, nas representações estereotipadas e na exclusão da população negra dos espaços sociais. O estereótipo tem a capacidade de desenvolver estratégias para estabelecer a divisão, ditando o que pode ser considerado o normal/aceitável e o anormal/inaceitável. Como explica HALL (2016),

Então, o primeiro ponto é que a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”. Em segundo lugar, a estereotipagem implanta uma estratégia de “cisão”, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. (...) Então, outra característica da estereotipagem é sua prática de fechamento e exclusão. Simbolicamente, ela fixa os limites e exclui tudo o que não lhe pertence. (HALL, 2016, p. 191-192).

O momento essencializante que provoca esse questionamento é explicado por Hall (2003) sobre as lutas negras pela descolonização das mentes dos povos da diáspora negra, assim como o impacto dos direitos civis conquistados por eles. Nesse sentido, o espaço social e material vivido será significativo para a formação dessa identidade, podendo ela ser reivindicada, negociada, negada ou mesmo ressignificada a partir das trocas sociais. A identidade é uma construção ao longo do tempo e do espaço, sendo flexível e contraditória.

Outro ponto seria o impacto da instituição da política de cotas para a população negra, para além do objetivo de propor equidade racial, também colabora para a construção e politização da própria identidade. A partir do momento que a estudante decidiu ingressar como cotista, ela começa a fazer uma reflexão sobre a própria negritude. E segue narrando as mudanças que fez no próprio corpo, ao ponto de se olhar no espelho e não se reconhecer mais. É necessário pontuar que a estudante Niara se autodeclara parda, e pessoas pardas apresentam passibilidade nos espaços sociais que pessoas pretas retintas não possuem. Isso significa que essas pessoas, a partir do embranquecimento, conseguem se passar mais facilmente como brancas conseguindo maior acesso a espaços sociais. Isso não significa que pessoas pardas estão isentas se sofrerem opressão ou que minimamente consigam exercer opressão sob pessoas pretas.

O autor Munanga (2012) explica sobre o embranquecimento que faz com que pessoas negras tentem assimilar a branquitude através das mudanças da aparência e dos hábitos como tentativa de serem aceitas por essa sociedade racista:

Um produto fabricado pelo colonizador, uma palavra dada por ele são recebidos com confiança. Hábitos, roupas, alimentos, arquitetura são rigorosamente copiados, mesmo sendo inadequados. Prefere-se comprar joias de baixa qualidade nas butiques europeias em vez de objetos artísticos, abandonados aos turistas europeus. As negras desesperam-se, alisando os cabelos e torturando a pele com produtos químicos, a fim de clareá-la um pouco. Escondem-se o passado, as tradições, as raízes. (MUNANGA, 2012, p. 20-21).

Niara sendo uma mulher parda, demonstra algumas de suas inseguranças e tentativa de esconder a própria negritude, ao ponto de começar a parar de tomar sol, a fim de esconder a cor da pele mais escura, começa a alisar o cabelo, mudando até o modo de falar por consequência do racismo recreativo. Niara apresenta uma conscientização sobre ter “abandonado as origens” refletida inclusive na decisão de voltar ao cabelo natural. A tentativa de branquear-se para se enquadrar em uma sociedade racista, perpassa a maioria dos corpos negros que são excluídos e marginalizados sistematicamente.

Eu me considero parda por conta das minhas origens. Mas eu acho que quando eu era criança, tinha tanto preconceito comigo mesma, tão tanto que parei de pegar sol real por conta de piadinhas e alisei o cabelo por conta de piadinha, meu cabelo era muito cacheado mesmo, um 3c doidão, e assim, é eu mudei muito de quem eu era, vestimenta, modo de falar, por conta de piadinhas dos outros. Então hoje eu acho que abandonei minhas origens por conta de outras pessoas, origens minhas como meu cabelo foda, gigantesco, cacheado, quase um black que eu fiz questão de alisar e passar muita química pra ficar esse boi lambeu. (Você tem vontade de voltar?) Tenho, eu já to voltando pra cor natural dele. (NIARA. Entrevista concedida em 17 de abril de 2023, às 21h09).

Os pardos, porém, conseguem atingir melhor essa resolução, por possuírem características fenotípicas que se aproximam da branquitude, devido à miscigenação. Dessa forma, uma das grandes dificuldades encontradas com o branqueamento da população, além da estratificação social, foi a negação da própria negritude, a partir do Mito da Democracia Racial. “Pense, no caso brasileiro, nos efeitos da ideologia do branqueamento articulada com o mito da democracia racial.” (GONZALEZ, 2020, p. 26-27). O mito da democracia racial aqui exposto é o mito de que todas as raças convivem em completa harmonia e

igualdade, pois se há uma mistura das raças, não existe a possibilidade de uma diferenciação.

Sendo assim, como resultado desse embranquecimento que fora forçado e incentivado por uma ideologia de apagamento da raça negra no período pós abolição, mas também através de relacionamentos afetivos inter-raciais, ora negamos a nossa negritude, ora não sabemos em qual categoria nos encontramos no país miscigenado¹⁶ que nega a existência do racismo. Como é o caso do pardo, uma categoria negra de acordo com o IBGE, que ocorre em maior divergência na autoidentificação. É fato que pessoas pardas passam por racismo de forma distinta de pessoas negras retintas, que sofrem o racismo de forma mais violenta ainda. Mas, ao mesmo tempo, o pardo se sente deslocado, já que são escuros demais para serem brancos e claros demais para serem considerados negros.

Portanto, o racismo possui diversas faces, podendo ser a partir da discriminação disfarçada de piadinhas e humor, ou pela contradição em que se encontra o pardo, podendo servir como ferramenta do discurso da branquitude. A entrevistada também faz uma comparação à situação similar que sua mãe viveu ao sofrer bullying¹⁷ devido aos cabelos cacheados, tendo a mesma decidido alisar o próprio cabelo ainda jovem. O ato aqui caracterizado como bullying é, na verdade, racismo recreativo, manifestado através de piadas discriminatórias mascaradas de humor.

Nossa expectativa com os relatos era perceber como essa territorialização do espaço acadêmico influenciou na identificação enquanto mulher negra, bem como as experiências que se entrecruzam condicionadas através de gênero, raça e classe.

¹⁶ A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os “casamentos inter-raciais” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação. (GONZALEZ, ANO, p. 43).

¹⁷ A Lei nº 13.185, em vigor desde 2016, classifica o *bullying* como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros. (MEC. **Especialistas indicam formas de combate a atos de intimidação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487>. Acesso em: 12 mar. 2024).

A estudante Kiara, assim como Niara, diz se considerar parda, primeiramente por constar em sua certidão de nascimento, segundo por não se considerar uma pessoa branca, mas, ao mesmo tempo, declara que muitas pessoas costumam questioná-la sobre a sua autodeclaração, por a visualizarem como uma pessoa branca. Ao ser questionada sobre o pardo ser uma categoria negra, de acordo com o IBGE e qual a sua opinião quanto à passabilidade de pardos em espaços sociais, a estudante responde:

Segundo o IBGE, o pardo é uma categoria negra, você acha que o pardo tem maior passabilidade, por exemplo, por ter a pele mais clara consegue chegar aos espaços sociais com mais facilidade do que uma pessoa que tem a pele mais escura, por exemplo? Com certeza. É tanto que quando eu falo que eu me considero parda, tem gente que fala que não que eu sou branca, entendeu? Então tipo assim, eu vejo que pode sim de conseguir me encaixar melhor nos lugares porque tem muita gente que pensa que eu sou branca. **Você acha que tem uma dificuldade maior do pardo reconhecer a identidade por que ele fica nesse limbo desse, ele é claro demais pra ser negro mas ele também é escuro demais pra ser branco?** Sim, com certeza. Tipo assim, eu nunca tive essa dificuldade mas é claro que pode acontecer com muita gente. Justamente por essas coisas que você me disse né, que não sabe, porque fica com medo de dizer que é pardo e ser julgado e dizer que é branco e ser julgado também, porque tá no meio termo né. (KIARA. Entrevista concedida em 18 de outubro de 2023, às 13h57).

Tratando-se do contexto histórico, político e cultural do Brasil, que passou por um processo de embranquecimento da população, ocorre constantemente uma dificuldade do pardo em se reconhecer dentro de uma identidade ou se afirmar enquanto uma categoria negra, conforme convenção do IBGE. O pardo é uma criação brasileira, portanto deve ser analisado a partir do contexto histórico do Brasil. O pardo nasce de um processo de embranquecimento, desenvolvido por uma ideologia orquestrada e elaborada pela branquitude no pós-abolição. O Movimento Negro na década de 80- 90, em uma tentativa estratégica para conquistar direitos civis para a população negra, promoveu a unificação das identidades racializadas e miscigenadas, como o pardo, em uma única categoria, a raça negra. Esse foi o argumento utilizado para reivindicar ações afirmativas para a população formada majoritariamente por negros, como as cotas raciais e o acesso à educação.

Em vista disso, após esse arcabouço de relatos, percebemos como os traumas na infância das estudantes partem do fator raça e se estendem aos marcadores de gênero e classe. Partindo desse pressuposto, um dos relatos

presentes nesse capítulo, o relato de Kiara, dentro desse contexto, não só pode como deve ser problematizado. Das quatro estudantes entrevistadas, apenas Niara e Kiara se autodeclararam pardas, enquanto Kalifa e Jamile se declaram negra e preta, respectivamente. Fazendo um recorte entre as estudantes que se declararam pardas, Kiara chega a ter a pele mais clara do que a estudante Niara. Kiara é uma mulher de cabelos cacheados, de cachos bem abertos, pele branca, ou o que alguns autores como Lia Vainer Schucman (2012)¹⁸ irão chamar de “encardido”, devido ao processo de embranquecimento desenvolvido no contexto histórico brasileiro.

Logo, podemos perceber como a diferenciação na cor da pele reflete na própria experiência individual e pessoal dessas estudantes. Quando as questioneei sobre as lembranças que as possuíam da escola, podemos comparar a diferença gritante nos relatos de Kiara, com Kalifa, por exemplo, a estudante com a pele mais escura entre as entrevistadas e que se autodeclarou negra na entrevista. Vamos primeiro ao relato de Kiara:

Quando você estudava na educação básica, como era o ambiente escolar pra você, era um ambiente hostil, você sofreu algum tipo de racismo ou preconceito?

Não, nunca sofri nenhum tipo de preconceito, sempre foi um ambiente muito agradável ne. A gente não gosta muito de estudar, no tempo de ensino médio a gente já ta terminando, já ta cansado, é o tempo que a gente quer curtir, mas tipo assim nunca foi hostil, nunca sofri preconceito não. (KIARA. Entrevista concedida em 18 de outubro de 2023, às 13h57).

Agora, vamos para o relato de Kalifa, quando questionada com a mesma pergunta:

Quase não tem lembranças boas da escola, eu só lembro de bullying, racismo, e aliciamento e tudo de ruim, entendeu? Eu não lembro de muitas coisas boas que me passou no ensino fundamental, no ensino médio foi mais diferente porque eu me revoltei. Ai foi a parte que eu virei pro enfrentamento mesmo, no ensino fundamental até o 8º ano. Eu tava aceitando as coisas mas ai depois não, eu falei, chega! Ai então eu me tornei aquela pessoa rebelde sem causa, tudo que jogavam pra mim eu jogava de volta, então a partir disso foi mudando ne, não quer dizer que não acontecia, mas pelo menos eu não deixava me afetar e a partir de um tempo por eu enfrentar eles não vinham mais

¹⁸ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia Social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjajpcglclefindmkaj/https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigeida.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

atrás de mim, então houve essa mudança. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Das quatro estudantes entrevistadas, três vivenciaram na infância a escola enquanto um espaço hostil. Opondo-se somente a experiência de Kiara. É possível fazer uma reflexão em torno do pardo que, aparentemente, apresenta ser mais aceitável na sociedade, sendo esse, na verdade, mais um elemento estratégico do racismo, que, paralelamente, divide e hierarquiza, inferiorizando uma raça em detrimento de outra.

A questão da identidade racial para pessoas pardas também pode envolver desafios significativos. Pardos são indivíduos cuja ancestralidade inclui uma mistura de diferentes grupos étnicos, muitas vezes envolvendo ascendência tanto europeia quanto africana e indígena. A dificuldade em se reconhecer como uma identidade racial distinta pode ser influenciada por diversos fatores. Pessoas pardas podem enfrentar estigmatização e discriminação tanto de comunidades brancas quanto negras. Isso pode levar a um sentimento de isolamento e a uma luta para encontrar um espaço onde sua identidade seja aceita e compreendida. A falta de educação sobre identidades raciais miscigenadas e a história de grupos racialmente diversos pode contribuir para a dificuldade em se reconhecer como pardo, enquanto uma categoria negra. Ao mesmo ponto que uma pessoa preta retinta não conseguirá se deslocar nas instâncias sociais com a mesma mobilidade do que pessoas de pele mais clara.

2.3 UMA DECISÃO DIFÍCIL: “SER NEGRA”

A população negra como um todo é frequentemente mais afetada pela pobreza e pela vulnerabilidade social. A distribuição desigual de recursos e oportunidades tem perpetuado em ciclos de pobreza na sociedade brasileira. A população negra enfrenta maiores taxas de informalidade e ocupação em setores com salários mais baixos. Há a negação da ascendência africana pautada na falta de representação do negro nos meios de comunicação a partir da sua valorização. O desemprego estrutural afeta de maneira desproporcional os negros, refletindo desafios persistentes de acesso ao mercado de trabalho. É visível também a escassez de presença negra em espaços de poder e tomada de decisão. Além de que ainda existem desigualdades no acesso à educação.

Esses dados refletem uma complexa interação de fatores históricos, sociais e econômicos que contribuíram para a construção das desigualdades raciais no Brasil, sendo potencializados se acrescentarmos o fator gênero.

Ser negra faz parte de uma experiência individual, mas, paralelamente coletiva, sendo única para cada pessoa, mas influenciada por uma variedade de fatores, incluindo cultura, classe social, gênero, território e contexto histórico. Em última análise, ser negra é uma parte central da identidade de milhões de pessoas ao redor do mundo, cada uma com sua própria história e perspectiva, dentro de uma comunidade. Ser negra é fazer parte de uma comunidade racial diversa e culturalmente heterogênea. Com uma história marcada por desafios e resistência, mas também por conquistas, ancestralidades e contribuições significativas para a humanidade. Ser negra envolve identidade, experiências pessoais e coletivas, e uma conexão com uma herança cultural que abrange continentes inteiros, desde a África enquanto berço da humanidade até as diásporas negras ao redor do mundo.

Ser negra implica enfrentar obstáculos como o racismo e a desigualdade, que, muitas vezes, se manifestam em várias esferas da vida, como a dificuldade do acesso à educação, a falta de oportunidades de emprego ou a exclusão. No entanto, também pode significar pertencer a uma coletividade solidária, que busca criar mudanças por equidade racial. Ser negra é celebrar a diversidade e a força da herança africana e afrodescendente, bem como reconhecer as lutas históricas e contemporâneas por direitos civis, equidade racial e reconhecimento da contribuição epistemológica negra para a sociedade em geral.

Em vista disso, busquei compreender o lugar da mulher negra a partir da perspectiva de algumas estudantes entrevistadas, dada a partir da própria experiência. A estudante Kalifa, sendo uma menina negra com seu *blackpower* andando pelos corredores da Universidade, não podia passar despercebida. Conheci-a primeiro visualmente e, depois, quando participamos juntas do Coletivo *Julho das Pretas Karen Luz*, um movimento de mulheres de todas as idades e raças, que juntas, lutam por uma educação antirracista, por equidade, em prol da diversidade e da valorização da mulher. Enquanto eu estava chegando naquele espaço, Kalifa já demonstrava apresentar muito (re)conhecimento, responsabilidades e acolhimento entre aquelas mulheres. Sendo a tesoureira e um pouco de “faz tudo”, também observei Kalifa se

desdobrando entre a Universidade, a luta coletiva, e o trabalho de estagiária na gestão da universidade.

Quando me aproximei de Kalifa, através do Coletivo Julho das Pretas, pedi que me concedesse uma entrevista, ela aceitou de prontidão. Mas sempre percebi uma postura mais defensiva e reservada, o que mudou logo depois de nos conhecermos melhor, ao ponto que viramos amigas. Hoje, conhecendo um pouco mais da trajetória de Kalifa, consigo fazer algumas associações sobre essa postura mais reservada com os próprios traumas que sofreu na sua vida, assim como na trajetória acadêmica, advindos do racismo. Sobre o lugar de uma mulher negra cotista:

Enquanto uma mulher negra com ensino superior, o que você pode contribuir, a partir desse lugar de mulher negra cotista, na universidade?

Eu vim ter esse conhecimento de que eu era uma mulher negra, na universidade, do ano passado pra cá, depois do meu contato com o Julho das Pretas. Então, no momento, eu sabia mas não entendia, ne? Tem muitas coisas em mim que eu sei mas que eu ainda não compreendo bem ne. Ai depois do contato com o pessoal do Julho das Pretas, do ano passado ne (2022), foi bem na época mesmo de julho, elas tavam fazendo uma ação aqui na universidade, ai foi numa daquelas de –não, a Kalifa faz. Daí eu: -ta, eu vou ajudar. Fui, comecei a conversar com elas, esse contato com elas me ajudou bastante a entender quem eu sou, ne? Porque, não é fácil, você entender sozinha, você não entende nada, você precisa de um contato com outras pessoas, eu não sei tudo, sozinha não, eu preciso ler, eu preciso conversar, eu preciso ter interações, eu preciso que outra pessoa diz: –não o caminho que tu ta indo, ta errado, ne. Porque as vezes a gente entende uma coisa e vai indo, daí outro: -não volta aqui, tu ta indo pelo errado, tenta ver esse outro lado. Precisa de pessoas pra mostrar isso pra gente, então me tornar uma mulher negra, cotista, perceber que eu era uma mulher negra cotista, foi do ano passado pra cá, eu ainda to nesse processo de construção, ainda to estruturando ainda, ainda to lendo, ainda to estudando pra mim entender bem isso. Então eu não tenho uma resposta boa agora. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

O Julho das Pretas Karen Luz a que Kalifa se refere, é um movimento formado por mulheres em prol da luta racial, bem como de todas as lutas a favor da diversidade e equidade. O nome está associado ao dia 25 de julho, instituído como Dia da Mulher Afrolatino-americana, Afrocaribenha e da Diáspora, assim como também é uma homenagem a uma militante da causa, Karen Luz, que infelizmente chegou a falecer por enfermidade.

O contato com o pessoal, o contato com o que a gente vem lutando, com o que a gente vem conversando, a gente ta em construção, a gente ta tentando se construir e é um processo bem lento, bem gradual,

é um coletivo que tem mulheres de todas as idades, de todo o tipo de escolaridade, desde pessoas que não são alfabetizadas até doutoras tem ali, ali dentro tem de tudo ne? Então a gente precisa trabalhar a mulher negra nas crianças também, porque não pode deixar a pessoa cair de paraquedas e depois construir, se dá pra construir desde cedo, vamo construir desde cedo. Então a mulher, a Kalifa, mulher negra, foi o coletivo Julho das Pretas que me ajudou bastante. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Kalifa compreende a importância de se trabalhar a valorização da negritude desde a infância, porque a infância é uma etapa fundamental do processo cognitivo da criança, de se expressar e da construção da autoestima. Para uma criança crescer saudável ela precisa se sentir pertencente e valorizada. Desse modo, o contato com o Julho das Pretas foi o diferencial para que a estudante passasse a questionar a própria existência enquanto mulher negra. Pessoas negras por muito tempo preferiram ora se calar diante das injustiças, ora negar a própria cor, o que muitas vezes é ocasionado pela correria do dia a dia, mas, principalmente pelo racismo distorcido de “racismo sutil brasileiro”, e eu coloco entre aspas pelo fato de ser uma inverdade, pois de sutil não tem nada, sendo apenas mais uma estratégia para a consolidação do racismo.

Nesse sentido, sofremos com racismo, uma neurose cultural, como já apontava Lélia Gonzalez, na qual a sociedade racista se acoberta dentro do discurso falacioso do Mito da Democracia Racial. Logo, somos o país que mais nega o racismo e o que mais o pratica. E dentro dessa lógica que produz a inferiorização do negro que se dá em todos os espaços e instâncias sociais, sendo estrutural, quem em sua consciência iria querer se declarar negro?

Eu acho que você, mesmo que você nasça, você não é automaticamente, pessoalmente você tem que se construir, você tem que entender porque mesmo dentro da minha família, eu vejo que muitos são pretos retintos mas não se declaram, ne? Eles não são, eles negam porque é tanta coisa ruim que é jogado em cima da gente que você acaba querendo não ser. Então, é uma construção, você tem que construir, você tem que entender o processo e você tem que sofrer o processo, você abraça tudo, tantas as coisas boas como as coisas ruins. Mas eu acho que eu não conheço ninguém que já nasceu preto não. Dos que eu conheci todos tiveram que se tornar, minha mãe também foi um processo muito doloroso até ela chegar e se auto declarar preta e foi só agora do ano passado pra cá, depois deu começar a estudar, começar a conversar com ela, porque depois que eu comecei a estudar a gente vai percebendo muitas coisas dentro da gente ne? A gente fica assim: meu deus, eu pensava isso? Ai eu fui trabalhando ela, eu fui trabalhando os meus irmãos e eu ainda to. A gente ainda ta trabalhando, ninguém vai chegar no patamar que a gente ta assim, nossa eu sou! Não, a gente tem que continuar

estudando, a gente tem que continuar batalhando pra poder se tornar melhor ne. Então, eu me tornei preta, só depois da universidade, antes disso, não tinha essa identidade, não tinha essa concepção de que eu poderia chegar nesse nível. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

A estudante Jamile, também possui a mesma concepção sobre a imagem negativa do negro que está impregnada na sociedade:

Até porque se você for analisar o negro, ele sempre ouviu negatividade, a nossa cor ela é comparada a coisas fúteis, a coisas dolorosas, a coisas horríveis, o preto, o negro ele é ... Então são muitos fatores que a nossa cor eleva, a negatividade, ao que as pessoas acham de ruim. Nossa, entre um branco e um negro correndo, você imagina que um branco esteja fazendo exercício, o outro seja fugitivo. Então, em uma imagem você vê que o julgamento do preconceito existe ali, e as vezes ele não está só nas pessoas brancas, mas até mesmo entre si, a comunidade negra entre si. Como nós se ver? De que maneira nós se vê? Porque é muito fácil você chegar em mim, falar, me perguntar o que eu acho, mas e a tua aceitação sobre o que eu coloco? É o que gera bastante, sobre o racismo. Então tipo assim, eu aprendi demais, demais mesmo, principalmente quando, eu até escrevi aqui, como diz a maravilhosa Ângela Davis, em uma sociedade racista não basta apenas não ser racista, tem que ser antirracista, ou seja, se até mesmo nós da sociedade negra, não nos vemos dessa maneira, então a gente mesmo já se menospreza. (JAMILE. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2023, às 12h59).

As falas das estudantes se complementam de modo que é sabido que essas existências passaram por episódios traumatizantes e dolorosos associados ao racismo desde a infância. E, para começar a se autodeclararem negras, foi necessário anteriormente um letramento racial por iniciativa delas próprias. Foi necessário o estudo com intelectuais negros que trouxessem essa realidade, o contato com pessoas que fossem na contramão dessa lógica racista e eurocêntrica, e tudo isso dentro de uma solidariedade negra, trazendo epistemologias negras.

Jamile também apontou para o racismo que a própria comunidade negra reproduz, e eu digo reproduz porque o negro não tem poder para produzir o racismo, ele pode reproduzir, mas ainda assim segue sendo uma vítima de algo muito maior e elaborado, um sistema. Há uma dificuldade em ser negra, sendo uma realidade comum principalmente em contextos que vivenciaram a diáspora africana. Essas dificuldades podem se manifestar de diversas formas e têm raízes profundas em estruturas sociais, históricas e econômicas. Lélia Gonzalez transcende a concepção de Simone de Beauvoir sobre “tornar-se mulher”:

[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais. (GONZALEZ, 1988d, p. 2).

Gonzalez (1988) aponta que a mulher negra nem ao menos foi considerada mulher, seja no âmbito biológico ou de gênero, uma vez que, no contexto da escravização, trabalhavam de igual para igual com o homem negro no engenho. Enquanto mulheres brancas na década de 70 lutavam para serem livres, poderem trabalhar, estudar, indo contra a representação conservadora da mulher dona de casa que nasceu para o lar, a mulher negra lutava pelo reconhecimento de direitos civis, para ser reconhecida como uma mulher, negra, humanizada. Como já questionava Sojourner Truth, uma mulher negra que foi escravizada, em seu discurso de intervenção pelos direitos da mulher nos EUA, “E não sou uma mulher?”.

A mulher negra, assim como o homem negro devido, ao sistema escravocrata, foi corporificada como um ser animalesco. Portanto, além de lutar para ter seus direitos reconhecidos, também tem/teve que lidar com o racismo que demonizou tudo que remete às africanidades, tendo que se reconhecer duas vezes: primeiro como mulher e depois como negra. Nós, mulheres negras, também não estamos acostumadas a nos vermos em espaços de poder ou de tomada de decisão. Nosso lugar tem sido nos trabalhos de subserviência, nos trabalhos domésticos, na cozinha, ou lavando. Dificilmente nos vemos representativamente em cargos de prestígio, como destaca a fala de Jamile abaixo..

Faz tempo que você trabalha como baba? As famílias que você trabalhou, teve alguma família negra?

Faz, desde criança. Nenhuma, sempre cuidei de filhos de brancos e ricos. É melhor do que trabalhar pra pobre ne amor, (risos) eu já sou pobre! (Risos). Assim quando eu era criança eu recebia 100 reais por mês, era muito pouco, porém... Hoje eu chego a receber um salário, mas não assinou minha carteira. Amiga eu vi no meio de tantas viagens, uma única viagem agora em julho, uma mãe negra no meio dessa galera rica, eu acho que ela também era endinheirada, inclusive ela até levou uma baba muito legal, e era negra a baba dela? Não, ela era mais branca, mais pro pardo mesmo, tem o cabelo alisado. Foi a primeira vez que vi, no meio da galera rica e eu acredito que ela também seja, mas não tanto como a classe dos médicos. **Você já percebeu alguma atitude racista? De todas que você já trabalhou?** Não, não me tratam com indiferenças. **Te tratam como da “família”?**

Não, também não. (Risos) “você é da família, você pode sentar na mesa junto com a gente” Mentira cara, quando a gente tá lá dentro, não tem como sentar na mesa, nunca fui chamada pra sentar em mesa, e eu prefiro sentar mesmo na mesa que seja pra funcionários. É porque tem que separar, mas todo lugar que eu entro as pessoas dizem “ah você vai ser como da família”, rum, mentira! Em todas falam, me tratam como tal, eu tenho até aqui no celular... Mas é claro que eles fazem isso, porque a gente tá tratando do que é mais precioso pra eles. Não é qualquer emprego né. (JAMILE. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2023, às 12h59).

A relação entre o contexto escravocrata e o trabalho doméstico é profunda. Historicamente, durante os séculos de escravização no Brasil, o trabalho doméstico foi uma das principais formas de trabalho forçado a que os escravizados, principalmente as mulheres negras, eram submetidos. As pessoas escravizadas eram frequentemente obrigadas a trabalhar nas casas de seus senhores, realizando uma variedade de tarefas domésticas, como limpeza, cozinha, cuidado de crianças e com a casa.

Essas mulheres negras escravizadas enfrentavam condições de trabalho extremamente precárias, eram submetidas a abusos físicos e emocionais, e não recebiam salário pelos seus serviços. O trabalho doméstico era central para a economia escravocrata, sustentando o estilo de vida luxuoso dos proprietários de pessoas escravizadas.

A frase comumente utilizada “você é da família” serve para mascarar relações desiguais de poder e exploração, como a falta de direitos garantidos para essa classe. É possível observar, na fala da estudante, que, mesmo sendo considerada “da família” e trabalhando para famílias abastadas, ela não possui carteira assinada. Essa expressão é enganosa e reflete, necessariamente, a realidade da dinâmica de poder e hierarquia existente no ambiente do trabalho doméstico.

Após a abolição da escravização, o trabalho doméstico continuou a ser associado principalmente às mulheres e meninas negras e de minorias étnicas. Essas trabalhadoras enfrentaram – e ainda enfrentam – discriminação, baixos salários, longas jornadas de trabalho e falta de proteção legal dos direitos trabalhistas. Muitas vezes, o trabalho doméstico é subestimado e desvalorizado, refletindo legados da desigualdade e opressão racial. A persistência dessas desigualdades está intrinsecamente ligada ao legado do sistema escravocrata e às estruturas de poder e privilégio que foram estabelecidas durante esse período.

É preciso se atentar, também, para o fato de que todos esses anos atuando nessa área, entre diversas viagens que fez com as famílias que trabalhou, somente uma vez Jamile se deparou com uma mulher negra que não fosse empregada doméstica, mas, sim, a “mãe endinheirada” como ela descreveu. Isso é reflexo de uma organização cultural, sistematizada de poder que opera dentro de estruturas que tendem a privilegiar certos grupos em detrimento de outros, perpetuando a marginalização de grupos minoritários como a população negra.

Mulheres negras podem enfrentar barreiras adicionais devido a fatores como acesso limitado à educação de qualidade e recursos financeiros, o que pode dificultar sua ascensão a posições de liderança. Essa discriminação pode se manifestar em processos de seleção, promoção e avanço de carreira, além de que a falta de representação pode ser observada em uma variedade de áreas, incluindo política, negócios, mídia, educação e outras esferas de influência. Essa desvalorização se dá, inclusive, no âmbito da estética negra. Quando a entrevista de emprego exige “boa aparência”, sem dúvidas não está se referindo à estética negra. Lembro de quando fui para uma entrevista de emprego e tive que alisar o cabelo, pois, na minha concepção criada a partir de um imaginário social racista, o cabelo afro não atribuía seriedade, responsabilidade ou compromisso. Hoje percebo o que a lógica racista faz com nossos corpos, nos fazendo negar a si próprias.

Esse branqueamento ou negação da negritude que boa parte da população negra chegou a vivenciar, felizmente não mais tem sido o ponto de partida das vivências negras. Apesar dessas dificuldades, é importante reconhecer a resiliência e a capacidade de superação das pessoas negras, bem como as contribuições significativas que elas têm feito para suas comunidades e para o mundo em geral. Compreender o ser negra, tornar-se negra, é também uma construção cultural. Perguntei a Kalifa se, nesse processo de tornar-se negra, em algum momento ela pensou, já estando na universidade, que um dos caminhos poderia ser o caminho de ser assimilado pela branquitude.

Não, depois de estudar um pouco, não quero não. Porque eu acho que é uma violência, uma violência principalmente com as pessoas que vieram da África que foram trazidas escravizadas, foram sequestradas, elas vieram, foram escravizadas, lutaram para sair disso e aí você tá agindo igual as pessoas que maltrataram elas. Eu acho que essa é

uma violência tremenda, enorme, e eu acho que o papel de todo preto, todo negro e todo pardo é estudar, estudar suas raízes, entender e principalmente amar as suas raízes. Você não pode jogar uma pedra no passado, porque se não fosse pelas pessoas que sofreram e que lutaram lá no passado, a gente não estaria aqui hoje. Uma coisa que uma vez eu disse pro meu irmão, foi o seguinte: dependendo da época, você não é nada, eu nasci aqui no século 21, mas se eu tivesse nascido um ou dois séculos atrás, minha vida seria completamente diferente, seria horrível. Então, esse é o melhor momento pra um preto nascer mesmo com todas as diversidades da vida, esse é o melhor momento. Porque 1, 2,3 séculos atrás, eu não seria nada, você seria considerado menos que um animal. Então, é bem difícil... (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

A luta por justiça é contínua, sendo uma parte integral da experiência de ser negra, e muitas pessoas negras têm se unido para enfrentar esses desafios e criar mudanças positivas em suas vidas e em suas comunidades. Decidir abraçar plenamente a própria identidade negra, convocar a ancestralidade, confrontar o racismo internalizado e externalizado, buscar a liberdade e a equidade racial, exige coragem e determinação. Essa decisão muitas vezes envolve enfrentar estigmas, discriminação e resistência por parte daqueles que perpetuam sistemas de opressão. Para muitas pessoas negras que estão imersas em contextos sociais e históricos onde o racismo é prevalente, as decisões que envolvem questões de identidade, autenticidade e resistência podem ser incrivelmente desafiadoras.

Para alguns, ser negro é uma fonte de orgulho, resistência e conexão com uma herança cultural rica e vibrante. No entanto, também pode ser uma fonte de luta, dor e injustiça. Em última análise, a decisão de ser negro em um mundo que muitas vezes marginaliza e oprime as pessoas negras é profundamente pessoal e complexa. Ela envolve uma reflexão cuidadosa sobre valores, identidade e o desejo de justiça e igualdade.

3 IDENTIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE

O Brasil, um país latino-americano, possui sua historicização na Diáspora Africana. Logo, traz em suas raízes mais profundas, a África. Esse contexto da Modernidade e Globalização que envolve a diáspora de territórios colonizados, desencadeou a produção de novas identidades e o aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural, como explica HALL (2006):

Outro efeito desse processo foi o de ter provocado um alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições de identidade, juntamente com um aumento de polarização entre elas. Esses processos constituem a segunda e a terceira consequências possíveis da globalização, anteriormente referidas - a possibilidade de que a globalização possa levar a um fortalecimento de identidades locais ou à produção de novas identidades. O fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas. (HALL, 2006 p. 84-85).

Hall (2006) aponta para um conceito indispensável para compreendermos esse paradigma que está exposto, a Cultura. Nesse contexto diaspórico há a vivência mútua de identidades, como indígenas, pretos, pardos, brancos, amarelos, trazendo as múltiplas identidades. Essa “África” fornece recursos de sobrevivência hoje, histórias alternativas àquelas impostas pelo domínio colonial e as formas para retrabalhá-las (HALL, 2003).

Ou seja, para o autor, a identidade, possui a questão da ascendência que está presente no fenótipo, nas características genéticas de uma pessoa ou de um determinado grupo étnico-racial herdadas ancestralmente, e também passa pelo processo de (re)significação, pois, para Hall (2003), a cultura é uma produção, existindo questões profundas entre transformação, apropriação, negociação, adaptação e contradição, ou seja, é conexão e produção contínua a novos arranjos em que um território se constitui, assim como a identidade, ou a cultura.

Dessa forma, estão inseridas em um ambiente de estruturas e relações de poder, que se encontram em disputa. Podendo intervir e se opor a uma cultura branca hegemônica. E, tratando-se da negritude e o estudo das relações étnico raciais, torna-se fundamental a politização de raça, tendo África enquanto farol, deslocando-a para o centro, a fim de ressignificar as vozes apagadas e marginalizadas historicamente.

Para Nilma Gomes (2003), pensar cultura é uma prática pedagógica e educacional, e muito se tem discutido sobre o conceito, principalmente nas ciências humanas, mudanças que, segundo a autora, vem ocorrendo graças à luta e mobilização de movimentos sociais, como o movimento negro. Gomes (2003) traz o conceito de cultura no âmbito da educação, o que vai nos ajudar a compreender como se dá a cultura das universidades.

A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social. (GOMES, 2003, p. 75).

Nesse sentido, a Universidade está embasada em uma visão de mundo eurocêntrica e no discurso hegemônico da branquitude. Propomos, nesse capítulo, investigar o processo de territorialização material e simbólica (HAESBAERT, 2004) das estudantes negras que ingressaram na Universidade Federal do Norte do Tocantins por meio das cotas raciais, buscando analisar, através das experiências vividas pelas estudantes, a territorialização física (material) desse território acadêmico, assim como a produção de territorialidade (simbólica) nesse espaço. Propomos o seguinte questionamento: Essas estudantes estão se territorializando na universidade através das cotas, mas até que ponto possuem territorialidade?

Nesse sentido, a partir da teorização de Haesbaert (2004) que discute tanto o território simbólico imaterial como material, procuramos compreender os processos e elementos que contribuíram ou não, para a presença e permanência das estudantes cotistas no espaço acadêmico. Para Haesbaert (2004), a territorialização vai possuir influência a partir do controle social que se dá através da sociedade e da cultura, sendo fundamental contextualizar esse território de modo amplo, a fim de analisar as relações de dominação e apropriação que atravessam o conceito supracitado.

3.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DA ESTUDANTE NEGRA COTISTA NA UFNT

A Universidade é um território em disputa, é complexa e, ao mesmo tempo, dinâmica, podendo ocorrer diversas formas de disputa. Historicamente, as universidades foram instituições predominantemente frequentadas e dominadas por pessoas brancas, refletindo e reproduzindo as estruturas de poder, bem como o privilégio da branquitude. No geral, possuem uma demografia estudantil e docente majoritariamente branca. O currículo acadêmico eurocêntrico reflete as perspectivas, valores e experiências da população branca dominante.

É importante reconhecer que a branquitude (BENTO, 2022) não é algo inerente ou natural, mas, sim, uma construção social que foi historicamente reforçada e mantida por meio de sistemas de poder e dominação. O conceito desafia a ideia de que a identidade branca é neutra e universal, destacando como ela é socialmente construída e como opera para perpetuar a desigualdade racial.

Contudo, as universidades também são locais de resistência e transformação, onde as lutas contra o racismo, a promoção da diversidade e inclusão podem acontecer. Isso inclui a luta por maior diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e socioeconômica no corpo docente, discente e nos currículos acadêmicos. Movimentos como o das cotas raciais e de gênero são exemplos de disputas por representatividade e inclusão, a fim de promover uma universidade mais equitativa e acessível para todos.

As primeiras Universidades brasileiras foram frequentadas exclusivamente por uma parcela da população, a branquitude abastada. As Universidades Federais, que são instituições públicas e gratuitas, vão surgir como um momento decisivo para a descentralização do Ensino Superior no Brasil. Possuindo papel fundamental na promoção da inclusão.

São espaços de encontro de estudantes, professores, funcionários de diversas partes do país e do mundo, de pessoas de diferentes classes sociais, raças, etnias e culturas, onde ideias são debatidas, conhecimentos são construídos e trocados, em que diferentes perspectivas são apresentadas, trazendo consigo experiências únicas e visões de mundo variadas. Esse

ambiente plural proporciona oportunidades para a troca de ideias e o enriquecimento mútuo epistemológico, estimulando o respeito e a valorização das diferenças, como aponta Nilma Gomes:

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias. (GOMES, 2012, p. 99).

As regiões em que estão localizadas essas Universidades Federais, serviram como ponto de partida para essa atuação, como é o caso do estado do Tocantins, que possui a Unitins e a Universidade Federal do Norte do Tocantins, criada recentemente, mas que possui a sua história entrelaçada à antiga UFT.

Segundo o Censo do IBGE levantado em 2022 (G1 TOCANTINS, 2023), o Tocantins é o segundo maior estado do Brasil com o maior percentual de indígenas vivendo dentro de terras indígenas, assim como também é o segundo com maior número de quilombolas da região Norte. (CONEXÃO TOCANTINS, 2023). Além dessa representatividade étnica, o estado também possui grande percentual de pessoas negras, o que colaborou para a formação da própria universidade enquanto um espaço plural. Isso revela-se na iniciativa de inclusão pela própria autonomia universitária de aderir às cotas para indígenas em 2004, quando essa temática ainda era um ponto longínquo da discussão nacional. Logo, demonstrando um compromisso de promoção do acesso à educação superior para grupos excluídos e marginalizados historicamente.

Existem também alguns programas de inclusão e políticas de assistência estudantil, que buscam garantir que estudantes de diferentes origens tenham oportunidades iguais de desenvolvimento acadêmico e pessoal. O que, infelizmente, na prática, nem sempre é contemplado ou o suficiente, devido às variadas situações de vulnerabilidades existentes.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Norte do Tocantins, talvez por ser uma universidade nova, tem buscado inovar em alguns aspectos, como foi o caso da criação da Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas (DAEP), que é um órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Norte do Tocantins, e possui como objetivo

a atuação para a promoção da permanência dos(as) estudantes no ambiente universitário, a partir de três eixos: Acessibilidade e Inclusão, Políticas Afirmativas e Políticas de Gênero e Diversidade. Assim, atua na construção de políticas e ações de acessibilidade/inclusão, de igualdade, de equidade e de representatividade a partir dos mais variados coletivos e movimentos sociais, étnicos, raciais e de gênero, constitutivos da população brasileira. (UFNT).

Isso cria um ambiente onde a diversidade é valorizada e a igualdade de oportunidades é promovida. Portanto, apesar de a Universidade ser um espaço hegemônico da branquitude, ainda assim, espaços físicos podem ser apropriados e utilizados a partir da significação dada por diferentes grupos sociais, que podem ser experienciados por meio dos processos de territorialização. Ao aplicar à análise o conceito de territorialização em um contexto específico, é essencial considerar não apenas as dinâmicas físicas do espaço, mas também as relações sociais e políticas que moldam a apropriação e significação desse espaço por diferentes grupos.

A territorialização é um processo ativo, marcado por conflitos e negociações entre diferentes atores, sendo essencial para analisarmos as relações entre espaço, poder e sociedade. Haesbaert (2011) também aponta para a ligação entre territorialização e identidade. Os territórios são espaços onde identidades culturais e sociais são construídas e reforçadas, o que se configura dentro do conceito de territorialidade apresentado pelo autor. Sendo assim, a territorialização não é apenas uma questão de controle físico, mas também de construção simbólica.

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados. (HAESBAERT, 2011, p. 25).

Territorializar é uma forma concreta de expressão da ação social sobre o espaço, na medida em que implica sua apropriação, delimitação e defesa, de acordo com relações de poder estabelecidas. Nesse sentido, a partir da teorização do autor que discute tanto o território imaterial como o material, procuramos compreender os processos e elementos que contribuíram, ou não, para a presença e permanência das estudantes cotistas no espaço acadêmico. Para Haesbaert (2011), a territorialização vai possuir influência a partir do

controle social que se dá através da sociedade e da cultura. Sendo fundamental contextualizar esse território de modo amplo, a fim de compreender as relações de dominação e apropriação que atravessam tal conceito. Como analisa Nilma (2003) citando Rodrigues (1986, p. 11):

A cultura é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social. Esse mapa é puramente convencional, e por isso não se confunde com o território. Ele é uma representação abstrata do território, submetida a uma lógica que permite decifrá-lo. Dessa forma, ao refletirmos sobre o que é viver em sociedade e produzir cultura, entenderemos a complexidade dessa situação: significa que vivemos sob a dominação de uma lógica simbólica e que as pessoas se comportam segundo as exigências dela, muitas vezes sem que disso tenham consciência. Podemos então inferir que a vida coletiva, como a vida psíquica dos indivíduos, faz-se de representações, ou seja, das figurações mentais de seus componentes (RODRIGUES, 1986, p. 11, apud GOMES, 2003, p. 76).

Para a autora, a sociedade, por meio da cultura, estipula regras e valores através de sistemas de representação construídos socialmente e praticados a partir da relação entre indivíduos e grupos sociais. Diferentes grupos sociais têm diferentes capacidades de territorialização, refletindo suas posições no contexto de poder e a luta pelo reconhecimento e pela afirmação de suas identidades. Um elemento central da territorialização é a relação de poder.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

É o que ocorre dentro da hierarquia racial formada a partir do racismo estrutural. A educação possui papel fundamental para a reprodução e regulamentação desse sistema, contribuindo para a sua produção e hegemonia. As Universidades não estão imunes, o racismo está enraizado nas práticas de contratação, oportunidades e epistemologias que frequentemente desfavorecem estudantes e professores de minorias étnico-raciais. Manzi e Anjos M. (2021) citando Souza (2009):

SOUZA (2009) demonstra, com base em um conceito de poder que abrange relações heterônomas e autônomas, como a territorialização pode ser concebida como “o exercício do controle sobre um espaço”, enquanto o espaço territorializado (o território) torna-se “instrumento de exercício de poder” (SOUZA, 2009, p. 87). Ou seja, a territorialização (que enfatiza o movimento, a dinâmica) se refere ao de governar, dominar ou influenciar o espaço, no sentido do seu uso, ocupação,

apropriação, produção, transformação etc., ao passo que o território é o resultado (sempre instável e inacabado) desse processo. (MANZI e ANJOS, M., 2021, p. 9-10 apud SOUZA, 2009, p. 87).

A territorialidade, no entanto, diz respeito às relações de poder inseridas nas práticas e estratégias acionadas por diversos indivíduos e grupos sociais para ocupar, apropriar, manter ou modificar o espaço vivido. É através dessas relações envolvidas na organização, no acesso e no uso que é dado significado ao território. Portanto, a territorialidade possui formas tanto simbólicas, quanto materiais, nas continuidades e descontinuidades, está em constante movimento em meio a territorializações e desterritorializações. (HAESBAERT, 2005).

Logo, as territorialidades no âmbito da territorialização de espaços antes negados historicamente, diz respeito também às estratégias. Pensar em territorialidade da mulher negra é pensar na resistência da mulher negra que foi historicamente subalternizada, excluída, objetificada, servindo como instrumento de politização e ocupação nos espaços sociais antes negados, como a universidade. Como aponta Manzi e Anjos, M., (2021):

Comungamos da ideia de território como campo de poder configurado, simbólica e materialmente, por disputas e negociações entre grupos hegemônicos e contra hegemônicos em múltiplas escalas. Vistas através de um olhar interseccional, as territorialidades se compõem de processos e práticas de (re)apropriação, (res)significação e (re)construção de espaços de vida inclusivos, plurais e democráticos, espaços de posituação da diferença subalternizada. Essas territorialidades se configuram por meio de conflitos, de contradições e de relações assimétricas entre os diferentes grupos sociais e sujeitos políticos que as produzem. Esse quadro conceitual permite entender as territorialidades das mulheres negras brasileiras como práticas de resistência e de luta pela (re)apropriação de diversos espaços em que elas vêm resignificando as próprias trajetórias, construindo novas subjetividades e posicionalidades, servindo de inspiração e horizonte para outras mulheres. (MANZI e ANJOS, M., 2021, p. 9-10).

Dessa forma, a partir da territorialidade da mulher negra e da territorialização da estudante cotista, vamos analisar como acontece essa experiência dentro da academia, como é o caso de Kiara do Curso de Logística na UFNT:

Você acha que a universidade, principalmente nessa parte da gestão, docentes, discentes... ela ainda é uma universidade branca?

(Silêncio)

Por exemplo, quantos professores negros você tem?

Nenhum, nenhum. Nunca tive nenhum professor negro, no meu curso. Eu nunca tive um professor negro, até que em questão de sexo são bem equilibrados, sempre tem professor homem, sempre tem

professor mulher, mas nunca, nenhum foi negro, talvez se encaixem como pardos, mas sempre cabelo liso, pele clara, a gente vê muito que é professor do sul. (KIARA. Entrevista concedida em 18 de outubro de 2023, às 13h57).

Esse trecho nos apresenta diversas nuances que devem ser problematizadas. Vamos iniciar pela frase “(...) nunca, nenhum negro, talvez se encaixem como pardos, mas sempre cabelo liso, pele clara, a gente vê muito que é professor do sul (...)”. Essa fala representa a dificuldade da autoidentificação racial no Brasil, demonstrando que a própria entrevistada que se autodeclarou parda, não se identifica como negra. Em concordância com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁹ (IBGE), o Pardo é uma categoria negra e está dentro da atribuição para o ingresso por cotas raciais. Essa dificuldade pode ocorrer devido à desinformação e ao Mito da Democracia Racial, ideia de que somos todos miscigenados por obra do acaso, ocasionando na criação do pardo. Dessa forma, acabamos silenciando o contexto histórico, político e cultural que está por trás disso, o projeto de embranquecimento arquitetado no Brasil.

Outro fator seria a situação dos discentes negros. Quando questionada sobre o assunto, a estudante mencionou: - “Tem, é bem misturado”, ou seja, há uma presença satisfatória de negros nas turmas. Mas, em contrapartida, quando a pergunta é relacionada à presença de professores negros na instituição, a resposta é bem diferente. Desse modo, há uma grande discrepância nessa situação, primeiro, pelo fato de que o Brasil é o país com maior população negra fora do Continente Africano, e o Tocantins, um dos estados brasileiros com maior percentual de negros.

Ainda assim, a aluna nunca teve como docente um professor negro, comparando a aparência dos seus professores, à da região Sul. De acordo com os dados de 2022 do Censo Demográfico do IBGE, a região Sul possui a maior concentração de pessoas brancas no Brasil, com 72,6% da população da região se autodeclarando com essa cor de pele. Na outra ponta, a região Norte tem a maior proporção de negros (pretos e pardos), que representam 76,0% dos habitantes locais.

¹⁹ Disponível em <https://www.poder360.com.br/brasil/sul-e-a-regiao-com-mais-brancos-proporcionalmente-norte-com-mais-negros/>

É necessário destacar a relevância da Política de Cotas nesse contexto em que é possível notar maior presença negra entre os estudantes. Há doze anos, antes da implementação da Ação Afirmativa, esse quantitativo era mínimo, o que demonstra a validade da política pública em relação à inclusão de pessoas negras na universidade. Mas também evidencia a falta de representatividade de negros em cargos de poder, como é o caso da gestão, da docência, da reitoria da universidade, estando em contraste com os serviços de subserviência que geralmente vemos sendo exercidos por pessoas negras.

Essa visão da falta de representatividade de docentes negros não é exclusiva da estudante Kiara, estendendo-se para a fala da estudante Jamile do curso de Matemática:

Você vê a presença de pessoas negras na universidade ou ainda é um espaço branco?

Aqui em Araguaína, no meu período, eu não vejo tanto isso, só se for no período da noite. Ainda é um espaço branco, porque se você for olhar a maioria são brancas, a gestão, a maioria são brancas. Os autores (estudados) são poucos negros, principalmente no nosso curso de matemática, então como eu leio sobre alguns autores, então tipo assim, eu sinto que falta mais. Que não é usado.

Você tem professores negros no seu curso?

Tem uma professora, só uma. E eu nem sei se ela se declara preta. Porque eu conheço uma (estudante) que estuda junto comigo, ela é da minha turma, é bem da minha tonalidade, só que ela não se considera preta de jeito maneira, e tipo ela é da minha cor, e eu, ta ne. (KIARA. Entrevista concedida em 18 de outubro de 2023, às 13h57).

A estudante Jamile também questiona a falta de docentes negros lecionando na universidade. Segundo um relatório divulgado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2021), o percentual de professores negros em universidades públicas é 37 vezes menor que o exigido pela Constituição. De acordo com o relatório, a representação escassa se explica pelo fracionamento da oferta de vagas obrigatórias pela Lei nº 12.990/2014, que estabelece a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros, pois

Como a norma se aplica apenas aos casos em que haja mais de três vagas disponíveis, o efeito da divisão por cargo/região é a diminuição do total de vagas reservadas para cotas, especialmente nos órgãos ou instituições onde é comum haver muitas unidades administrativas, ou campi espalhados por diferentes regiões do país. (BARBOSA, 2023, s/n).

Já os dados de 2022 levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam que mulheres negras atuando como docentes representam 26.770 pessoas; e homens negros, 31.541 indivíduos em Instituições de Ensino Superior (IES). “Em comparação, o número de professores brancos atuando no Ensino Superior é mais que o dobro, chegando a 176.778 docentes.” (UFJF, 2023, s/n). Desse modo, o percentual de mulheres negras na docência é ainda pior se comparado aos demais. Portanto, essa condição de exclusão e marginalização do seu corpo que colocou a mulher negra na base da pirâmide econômica é resultado de um contexto político que não apenas dificultou a sua sobrevivência, mas potencializou a violência em todas as instâncias sociais vividas:

A atuação da mulher negra como força de trabalho, no campo e na cidade, nos espaços públicos e privados, foi elemento fundamental na construção do Brasil e continua sustentando a base (re)produtiva da sociedade brasileira atual. Em uma sociedade capitalista, heteronormativa, pós-escravocrata e patriarcal, a mulher negra permanece subalternizada pela dupla opressão da raça e do gênero que se configura inevitavelmente em uma diferenciação de classe. Sem falar das mulheres negras que sofrem com outras formas de discriminação relacionadas à orientação sexual, deficiências físicas, crenças religiosas, idade, entre outros marcadores de diferenciação social. (MANZI e ANJOS, M., 2021, p. 5).

Outro aspecto que diz respeito ao currículo universitário, é a falta de autores negros na disciplina de Matemática, assim como nos demais cursos, que frequentemente privilegia o conhecimento produzido por estudiosos brancos ocidentais, excluindo completamente as contribuições intelectuais de outras culturas e grupos raciais. Isso reforça uma visão de mundo eurocêntrica, que apresenta a história, a ciência e a cultura a partir de uma perspectiva predominantemente branca. Ou seja, Jamile, que se autodeclara negra, não se vê contemplada nesse espaço, já que não se reconhece dentro do currículo, não se percebe na produção de conhecimento, e nem nos espaços de poder da Universidade, pois não há representações ou a presença de pessoas negras em que ela possa se inspirar ou se ver.

Nesse sentido, manifesta-se a importância da Lei 10.639, que possui a obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica, como Ação Afirmativa para propor uma educação antirracista. A autora Nilma Gomes (2012) nos chama

atenção para a armadilha de tratar a Lei apenas como um conteúdo novo e isolado, abrangendo apenas uma disciplina qualquer, pois o objetivo maior é uma ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira, a partir da transformação na estrutura, conceitual e política:

O ato de falar sobre algum assunto ou tema na escola não é uma via de mão única. Ele implica respostas do “outro”, interpretações diferentes e confrontos de ideias. A introdução da Lei nº 10.639/03 – não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (GOMES, 2012, p. 105).

Desse modo, a mudança estrutural proposta por essa legislação, não abrange apenas uma disciplina em si, de modo aleatório ou vazio. Vai além, considera a existência do “outro”, a partir de uma representação não mais estereotipada do outro, o negro. Traz mudanças de representação, questionamentos dos espaços de exclusão e lugares de poder, enraizadas nas relações entre direitos e privilégios na nossa cultura política e educacional, a exemplo da própria Universidade (GOMES, 2012). Esse negro, que representa a maior parte da população brasileira, abre espaço para que o outro não seja mais apenas objeto da História, mas sujeito ativo “com quem se fala e de quem se fala.” (GOMES, 2012, p. 105).

Para Gomes (2012), o currículo é um território em disputa, principalmente quando surgem movimentos sociais de luta por justiça social, exigindo das escolas, da Universidade e dos professores, uma renovação pedagógica na produção de conhecimento que envolva teoria e prática, como a implementação da Lei 10.639 e a modificação dos currículos. Para Nilma (2012),

Estamos, portanto, em um campo de tensões e de relações de poder que nos leva a questionar as concepções, representações e estereótipos sobre a África, os africanos, os negros brasileiros e sua cultura construídos histórica e socialmente nos processos de dominação, colonização e escravidão e as formas como esses são reeditados ao longo do acirramento do capitalismo e, atualmente, no contexto da globalização capitalista. (GOMES, 2012, p. 106).

A questão da autodeclaração é complexa e multifacetada, mas a estudante Kalifa do Curso de Geografia traz algo semelhante à indagação feita por Jamile, a respeito da falta de representação na Universidade:

Com relação a territorialização do negro na universidade eu fico assim... eu não me via dentro da universidade, eu não me via, mesmo

tendo alguns professores negros eu via que eu não estava sendo apresentada neles. Mas aí foi quando eu conheci o professor de cartografia, o professor Vinicius, atualmente meu orientador. Foi quando eu conheci ele que aí sim, parece que tudo fez sentido né? Aí então, isso é uma pessoa negra na universidade lutando para se mostrar e para mostrar o caminho para que outros venham também. Foi isso que eu senti quando eu conheci ele, por isso eu to desenvolvendo uma pesquisa com ele, e tenho um interesse em continuar, mas antes dele eu não via nada, parecia que eu tava aqui mas não era o meu lugar, eu via um monte de gente mas parecia que também não era, não encaixava. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Essa fala de Kalifa é intensa e nos mostra a importância de se ter representatividade e territorialidade nos espaços de exclusão. De imediato, ou a partir do ângulo em que se observa, pode-se parecer algo banal, mas, na verdade, é algo muito mais profundo, que pode ser percebido facilmente a partir do lugar social que se ocupa, um lugar de invisibilidade e exclusão. Ela impacta diretamente a forma como as pessoas se veem e são vistas pelos outros, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e o fortalecimento da autoestima. A diversidade e a representatividade no corpo docente contribui para um ambiente educacional, onde as necessidades e experiências de todos os alunos são mais bem compreendidas de modo equalitário, como foi o caso de Kalifa que se identificou com o único professor negro do seu curso, o que colaborou para seu maior desempenho e identificação pessoal e acadêmica. A estudante continua narrando o papel do professor negro na Universidade:

Tem outros professores negros aqui dentro da universidade, no meu curso tem um, uma professora. Mas mesmo assim, como é que eu falo assim? Tem alguns professores que mesmo negros estão tentando desempenhar o papel de uma pessoa branca então eu não me sentia conectada com eles, eu não sentia representatividade nenhuma porque eles parecem que tão tentando desempenhar o papel. E eu não entendia isso eu só não entendia, daí depois foi com um pouco de estudo, foi que eu vim nessa concepção de que eles tão tentando representar o papel de uma pessoa branca, porque eles querem se sentir alguém, e as vezes você sendo preto você não se sente ninguém né? Porque o mundo inteiro já tá te dizendo que você não é ninguém. Eu acho que foi isso, eu não via ninguém aqui, eu não via um preto genuíno, eu só via pessoas sempre tentando desempenhar um papel. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Ao pensar a permanência de estudantes negras é necessário levar em consideração as categorias de gênero e classe, pois alunos negros tendem a se identificar e terem maior conexão com professores negros, mais especificamente, nesse caso, professoras negras. Mas não podemos cair em

uma armadilha, pois professores negros também reproduzem o pensamento supremacista branco neoliberal. Entretanto, a conscientização do projeto colonizador tem colaborado para a sua ruptura, como aponta bell hooks (2021):

A consciência sobre os modos como o pensamento supremacista branco permeia nossa cultura, apesar das conquistas na área dos direitos civis, tem ajudado educadores diligentes de todas as raças a reconhecer a importância de se esforçar para desaprender o racismo” (hooks, 2021, p. 89).

Nesse sentido, bell hooks (2021) aponta para as práticas de dominação que podem interferir no baixo rendimento e na falta de interesse dos estudantes no espaço educacional:

As políticas de dominação, do modo como são praticadas em sala de aula, asseguram que estudantes de grupos marginalizados não apresentem bons resultados. Imagine a loucura que deve ser, para um aluno ou uma aluna vinda de um grupo explorado e oprimido, dedicar-se a passar pelo sistema educacional com uma força de vontade resistente à exclusão, a fim de cursar a faculdade, e então entrar em um sistema que privilegia a exclusão, que valoriza a subordinação e a obediência como atributos dos vencedores. Faz sentido que, diante dessa virada, tantos estudantes tenham baixo rendimento ou simplesmente percam o interesse na educação. (hooks, 2021, p. 102).

“Não é raro que estudantes de cor e outros marginalizados sejam consumidos pela fúria. Essa raiva os transtorna, impedindo-os de tomar os passos necessários para restaurar a integridade da existência e a autonomia” (hooks, 2021, p. 116), como ocorreu com a estudante Kalifa, conforme mencionado no capítulo anterior que discute o racismo na infância: a estudante, ao tentar se proteger de ofensas racistas contra sua mãe, passou por um momento de grande estresse e raiva, levando até a uma situação de violência.

“A cultura negra possibilita aos negros a construção de um ‘nós’, de uma história e de uma identidade” (GOMES, 2003, p.79). Kalifa pontua como a força de um professor engajado em suas escolhas e conscientização podem proporcionar um campo cheio de autoestima e valorização da identidade do estudante, “marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse “nós” possibilita o posicionamento do negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade” (GOMES, 2003, p. 79).

Afinal, como a própria estudante defende, a identidade é uma escolha, e ela pode ser reforçada ou negada. Sendo assim, a identidade é múltipla, mesmo se discutida a partir de um grupo étnico-racial. A identidade é também uma

questão histórica, que liga passado presente e futuro (HALL, 2003). Portanto, além da ancestralidade, a identidade traz a escolha, ou a não escolha, ou seja, a não escolha não implica na falta de uma identidade, mas na imposição de uma, a partir de uma identidade estereotipada por meio de uma representação deturpada e inferiorizada. Mas, para além disso, não é o ato de ser, mas o ato de tornar-se, como aponta o autor. Invocamos a verdadeira negritude. Não a imposta pelos colonizadores, mas, sim, a luta do povo negro, as epistemologias, a beleza afro, os hábitos, a religiosidade, assim como a diversidade desses povos. Todos esses elementos e simbologias formam a Identidade de um povo, o povo negro.

Haesbaert (2004) destaca a ligação entre territorialização e identidade. Os territórios são espaços onde identidades culturais e sociais são construídas, reforçadas ou inferiorizadas a partir das relações de poder. A territorialização, portanto, não é apenas uma questão de controle físico, mas também de construção simbólica. Como analisa o autor:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de "controle simbólico " sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Logo, toda relação de poder produz identidade, pois controla e classifica. Assim como toda identificação social e coletiva é fundamentada a partir de relação política, no campo da negociação. Como é o caso da luta do Movimento Social Negro por direitos civis e o acesso à Universidade. bell hooks (2021), em sua experiência no sistema educacional no qual o corpo docente era 90% branco e o corpo discente 90% não branco, critica o racismo e os preconceitos fundados nesse sistema alienador encontrado nas Universidades que promovem a manutenção institucional. “Quando não há recompensa por servir ao interesse em construir comunidade, é mais difícil para professores se comprometerem pessoalmente com essa atitude.” (hooks, 2021, p. 100). E continua:

Vários deles eram liberais bem-intencionados que se dedicavam em horas extras à atividade de ensino e simplesmente não tinham conhecimento das questões de raça. Apesar das boas intenções, eles muitas vezes inconscientemente disseminavam estereótipos racistas,

argumentando que a presença de tantos estudantes não brancos, muitos deles estrangeiros, havia baixado os padrões. Ao mesmo tempo, acreditavam que precisavam baixar os próprios padrões de ensino para dar aula àqueles “estudantes atrasados”.(hooks, 2021, p. 39).

Esse discurso foi corriqueiro no momento de implementação da Política de Cotas. Existe um imaginário social de que estudantes cotistas não detêm a mesma intelectualidade que os demais estudantes que possuem capital econômico, social e escolar. Dessa forma, é comum que estudantes negros possam se sentir em maior segurança estando na presença de pessoas como eles, mas a autora nos lembra que, apesar desse sentimento de conforto, não necessariamente estar em uma segregação irá gerar ensino e aprendizagem satisfatórios, até porque, como a própria estudante Kalifa vai mencionar em sua fala, há professores negros que também possuem uma postura que não condiz. Além de fatores como exclusão, desestímulo por parte dos próprios professores, descredibilidade, falta de representatividade e pertencimento, que levam ao baixo rendimento e à falta de interesse na educação.

A estudante Jamile, para além da questão da falta de representatividade negra na Universidade já citada anteriormente, chama atenção para a questão das pessoas negras que não se reconhecem ou não se autodeclaram negras, negando, assim, a própria negritude. “O processo de territorialização está intimamente ligado à construção de identidades, uma vez que os territórios são também espaços simbólicos onde se constroem e se reforçam as identidades culturais e sociais.” (HAESBAERT, 2004, p. 71). Assim, a identidade faz parte do processo de apropriação e territorialização do espaço, sendo um instrumento importante para a valorização da negritude e servindo enquanto ato de resistência e ocupação do espaço.

O conceito de territorialização permite analisar como os espaços são configurados e reconfigurados pela ação humana, refletindo e reforçando as dinâmicas de poder. Ao aplicar a análise de territorialização em um contexto específico, é essencial considerar não apenas as dinâmicas físicas do espaço, mas também as relações sociais e políticas que moldam a apropriação e significação desse espaço por diferentes grupos. As relações sociais e políticas são cruciais na territorialização, pois determinam quem tem o poder de apropriar-se e moldar o espaço. As desigualdades de poder, muitas vezes influenciadas

por fatores raciais, impactam diretamente em como o espaço é distribuído e utilizado. Portanto, a territorialidade está em constante transformação, não sendo fixa e desafiando a noção dominante.

3.2 A TERRITORIALIZAÇÃO A PARTIR DA PERMANÊNCIA: “É FÁCIL ENTRAR, O DIFÍCIL É PERMANECER”

É indispensável, ao promover a territorialização das estudantes cotistas na Universidade, atentar-se para a permanência desse grupo vulnerabilizado que necessita de maior atenção da gestão através de políticas de apoio. Essa permanência deve ocorrer a partir da própria territorialidade que essas estudantes reivindicam no contexto acadêmico.

A permanência de estudantes cotistas na Universidade, envolve aspectos sociais, econômicos, pedagógicos e psicológicos. Alguns dos desafios enfrentados por esses estudantes são provenientes de uma estrutura familiar de baixa renda, o que pode incluir custos de transporte, alimentação, material didático, e até moradia. Estudantes cotistas podem sentir-se isolados ou discriminados, podendo afetar o desempenho educacional e a saúde mental. Sendo assim, a falta desses recursos pode levar à evasão escolar, bem como a problemas psicológicos, que podem gerar outros transtornos, sendo a integração social e acadêmica no ambiente universitário também um fator crucial para lidar com a permanência das estudantes.

A disponibilidade de programas de apoio como bolsas de estudo, auxílios alimentação e moradia estudantil são fundamentais para a permanência dessas estudantes, mas nem sempre são o suficiente levando em consideração as múltiplas vivências que existem no contexto social da Universidade.

Atualmente, a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por meio da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, conta com programas de bolsas como o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) e os Programas Institucionais de Bolsas de: Iniciação à docência (PIBID); de Iniciação Científica (PIBIC); de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); de Iniciação Científica em Ensino Médio (PIBIC – EM); de Iniciação Científica em Ações Afirmativas (PIBIC- AF).

Chamo atenção para a Bolsa de Iniciação Científica em Ações Afirmativas (PIBIC- AF) assinada e institucionalizada em 11 de dezembro de 2023. Inicialmente, um dos questionamentos de algumas estudantes entrevistadas era a falta de bolsas específicas e direcionadas para esse grupo de cotistas, lembrando que as entrevistas foram realizadas no período de abril a outubro de 2023. Segundo o próprio site da instituição, tal programa contaria com ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros no Ensino Superior. Esse, sem dúvidas, foi um grande avanço para os alunos cotistas que, até então, não poderiam se resguardar com uma bolsa que fosse direcionada para essa categoria.

Mas o desafio de conseguir uma bolsa vai além, como aponta a estudante Jamile sobre a dificuldade de conseguir acesso as Bolsas de Assistência Estudantil como alimentação, moradia, permanência e tecnológica:

Igual eu te falei, eu não peguei nenhuma bolsa, mas foi particularidade minha mesmo por algumas dificuldades de deficiência que eu estou tendo num momento. Então, eu que deixei de lado mesmo, não procurei fazer nenhuma. Na minha opinião, eu acho que tinha de facilitar mais, é muita burocracia pra gente conseguir qualquer coisa aqui dentro, então quem consegue parabéns, mas ainda não tem a permanência. Poderia ter bolsas direcionadas só pra cotistas, a gente deveria ter pelo menos isso. (JAMILE. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2023, às 12h59).

Em relação à burocracia para se conseguir uma Bolsa de Assistência Estudantil, a estudante Kiara, do curso de Logística, apresenta a mesma indagação:

Não, porque eu nunca fui atrás de bolsa, não tenho paciência pra mexer com isso não, nunca tentei, eu nunca nem fiz a inscrição do cubo só pra tu ter ideia. Porque quando a gente entra ne, os professores, coordenador, sempre ficaram incentivando faz a inscrição no cubo, faz a inscrição no cubo. Ai eu nunca me interessei de ir atrás de bolsa e tal ai quando, conforme eu fui conhecendo os meus colegas de classe e tal, daí eles saiam falando que era muito burocrático, que eles pediam documento demais, ai eu já não tinha muito interesse, depois que eu fiquei sabendo disso que eu deixei de mão mesmo, porque pra entrar na faculdade já foi a maior burocracia, ai eu ia atrás de mais burocracia? Daí eu não, deixa quieto, não tenho paciência não. (KIARA. Entrevista concedida em 18 de outubro de 2023, às 13h57).

Logo, o próprio meio de adquirir as bolsas torna-se um empecilho para estudantes em situação de vulnerabilidade, se refletirmos que essa demanda de documentos requer, muitas vezes, acesso à internet, boa vontade de terceiros para o compartilhamento de documentos, acesso a computador, disponibilidade

de tempo, bem como um custo que nem todos podem proporcionar. Desse modo, o processo de seleção das bolsas já começa no ato de inscrição, com a desistência dessas estudantes, em razão do desinteresse devido à dificuldade burocrática de adquiri-las. A estudante Kalifa também vai reclamar da burocracia na aquisição de bolsas e vai além no quesito trabalho *versus* estudos:

Você possui ou já possuiu alguma bolsa de permanência e como isso contribuiu na sua vida?

Dentre as bolsas que tem na universidade, as que são acessadas pelo CUBO, eu nunca consegui nenhuma, porque, bom vocês estão dentro da universidade, vocês sabem como é o cubo, ele já era ruim e ele pioro com o tempo. Ele se tornou bem mais técnico, pediu muito mais documentos, então no começo eu não conseguia por conta do documento da minha mãe, depois o documento da casa, depois o documento... do meio por fim, ta eu finalizando o curso e nunca consegui uma bolsa pelo cubo, então as bolsas que vem por ele eu nunca consegui. Então, mas de bolsa daqui que eu consegui eu fiz PIBID, Programa de bolsa de iniciação à docência, depois eu entrei pro Alvorecer, do alvorecer eu entrei pro estágio. Eu saí do alvorecer, porque eu assumi o estágio dentro da pró reitoria de finanças, ai foi muito bom pra mim, aprendi muitas coisas, mas ao mesmo tempo teve um retrocesso assim na minha, na parte da, acadêmica mesmo. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

A estudante chegou a fazer o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) da CAPES/CNPQ e o Alvorecer, que são projetos de ensino, pesquisa e extensão propostos pelos colegiados dos cursos. Contudo, o estágio é diferenciado por ser um trabalho, e não é o melhor emprego, pois os lugares que os estudantes são alocados não se relacionam com a formação que estão construindo enquanto acadêmicos do curso. Portanto, tendo que trabalhar, estudar e aprender duas coisas diferentes ao mesmo tempo, uma das partes sempre fica mais prejudicada, como explica Kalifa:

E sempre é a base, que era a parte acadêmica, fica mais prejudicada. Das experiências que eu tive, aprendi muito, não tem como dizer que não aprendi, eu aprendi muita coisa. Principalmente sobre a parte da gestão na universidade, eu vi muita coisa lá dentro, mas, realmente, a parte acadêmica fica um pouquinho jogada. A gente tenta recuperar, mas é bem difícil, é muito difícil, por isso tem uns amigos que eu aconselho: -olha só venha para o estágio se você tiver precisando de dinheiro, porque o estágio ele dá um pouco a mais que as outras bolsas, se for tipo assim, de precisão mesmo. Se não, pega outra bolsa e foca no acadêmico mesmo, porque é isso que vai te dá um retorno lá na frente. O estágio ali, vai te da uma bolsa por agora, você vai aprender umas coisas, mas no fim não vai te da nada. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Segue a fala de Niara sobre a sua rotina tentando conciliar estudos e trabalho:

E era assim fica um pouco pesado, porque eu peguei turma de 1º e 2º ano, são turmas de alfabetização eu trabalho com alfabetização. No PIBID eu trabalho com turmas de ensino médio, eu acompanho o professor de ensino médio e assim o Guilherme Dourado (escola) é gigantesco então são muitas turmas. Daí eu trabalho durante a parte da manhã no outro projeto na minha cidade e à tarde no PIBID em Araguaína. (NIARA. Entrevista concedida em 17 de abril de 2023, às 21h09).

Esse desafio encontra-se em todas as trajetórias aqui discutidas, já que todas as estudantes além de estudarem também trabalham. Kiara trabalha em um Frigorífico em Nova Olinda (TO) durante o dia, Jamile trabalha de babá desde quando era criança, Kalifa faz estágio, e Niara divide a vida fazendo PIBID e trabalhando na escola em Babaçulândia em um programa do Governo só para estudantes. Todas as estudantes possuem baixa renda, e algumas precisam ajudar a própria família, como é o caso de Jamile que precisa ajudar no sustento da casa desde cedo e ajudar a mãe que possui deficiência. Kiara é mãe solo e precisa sustentar a sua filha. São situações de vulnerabilidade que envolvem diretamente a vida e a trajetória escolar dessas estudantes, como podemos observar na condição de Kalifa, que, em uma fala anterior, chegou a dizer que quando come no RU, se pergunta se seus irmãos e sua mãe estão tendo acesso ao alimento em casa:

Eu gosto de estudar, ne? Mas os problemas da vida acabam atrapalhando, a gente acaba não conseguindo estudar por ta resolvendo muita coisa, as vezes burocracia, as vezes trabalhando pra poder ajudar em casa, fazendo mil coisas mas estudar mais dentro da universidade é quase impossível estudar, você ta fazendo um monte de coisas. Dentro da universidade é ensino, pesquisa e extensão, eles estão atrelados, mas eu vejo que as vezes dependendo atrapalha um pouco porque você fica preso em burocracia, fica preso em ações, ai estudar fica mesmo pra outro plano, a gente tem que aprender a relacionar mais o nosso tempo a fazer com que isso funcione mas é difícil. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Jamile compreende da mesma forma:

Acredito que uma bolsa especifica pra nós facilitaria mais, e também a maioria dessas pessoas que entram por cotas, são de classe baixa, são pessoas que passam necessidades, então tipo, elas teriam que agregar de alguma forma, que ajudassem essas pessoas ao menos, se sobressair no meio ne? Porque algumas moram longe, daí vem pra cidade e não tem um custo, e já tem o custo de vida alto ne, mesmo que seja só uma alimentação básica, local para morar, água e luz é uma renda muito alta, hoje em dia. (JAMILE. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2023, às 12h59).

A disponibilização de bolsas de estudo, auxílios financeiros e programas de assistência oferecidos pela Universidade pode aliviar a carga financeira e permitir que os estudantes se concentrem mais em seus estudos promovendo a permanência dos estudantes. É necessário um olhar atento aos estudantes oriundos de políticas de Cotas que estão, conseqüentemente, em maior marginalização, como a criação de suportes específicos direcionados a essa categoria, levando em consideração o contexto em que a população negra foi potencialmente excluída do acesso à educação, dos espaços sociais e de poder, historicamente, formando as classes mais vulnerabilizadas da sociedade.

Outro agravante se encontra no feito de serem as primeiras integrantes da família a ingressarem no Ensino Superior, tornando a trajetória e a permanência acadêmica um desafio, especialmente somando-se à pressão financeira e exaustão que podem levar à desmotivação. O trabalho pode acabar sendo visto como uma necessidade imediata em detrimento da educação:

Em termos interseccionais, percebemos que dificuldades financeiras também atravessam a vida das mulheres negras entrevistadas nesta pesquisa, para além de questões estruturais de racismo e sexismo. O fator econômico aparece na literatura como uma dificuldade durante o curso, incluindo a instabilidade financeira e o histórico familiar sem ensino superior e com baixa renda (MANZI e ANJOS, M., 2021, p. 142).

Mais do que apenas territorializar a Universidade, é essencial que a estudante negra tenha acesso às políticas de permanência, como moradia estudantil, alimentação, transporte, materiais didáticos, assim como acesso ao que corresponde à totalidade desse espaço, pois a condição de subalternização da estudante negra e de baixa renda é potencializada por ela ter que enfrentar uma tripla jornada, equilibrando estudos, trabalho e responsabilidades de cuidados, incluindo afazeres domésticos e cuidado com pessoas.

Como observamos anteriormente, apenas Niara possui a mãe com ensino superior e, portanto, uma condição melhor, o que não anula a tripla jornada à qual a estudante se dedica. Enquanto todas as demais, em suas falas, demonstraram uma preocupação tanto financeira como de cuidado com as mães, a exemplo do caso da mãe de Jamile que necessita de cuidados especiais por ser uma pessoa com deficiência, ou o cuidado com os irmãos, como no caso de Kalifa, tal como os cuidados de uma mãe solo enfrentados por Kiara. A falta de uma rede de apoio pode tornar ainda mais desafiadora a conciliação dessas

diferentes áreas da vida. Segundo o IBGE, o público feminino gasta 21 horas semanais na atividade de cuidado, já homens dedicam 11 horas, quase metade do tempo. Dados de 2019 apontam que 85% do trabalho do cuidado é feito por mulheres (ALMG, 2024, s/n).

Kiara expressa seu cansaço de ajustar o trabalho de cuidado não remunerado, de mãe solo, com a vida de uma estudante universitária:

Você acha que a Universidade pode contribuir mais para o engajamento do negro na Universidade?

Com certeza, com movimentos, com palestras, igual tem muito, tem muito ne? eu não me envolvo, não vou mentir. Até porque eu não tenho tempo, eu passo o dia no trabalho, tem minha filha, tem minha casa pra cuidar, eu até falo que eu sou uma universitária muito na média, triste, não participo de nada, justamente pelo fato das responsabilidades ne? da correria. (...) daí tem casa pra arrumar, tem minha filha pra cuidar, eu tinha que conseguir fazer janta, deixar minha casa arrumada e ainda de noite ir pra faculdade. Então, tinha as atividades da faculdade também, tinha o trabalho, eu não tava conseguindo conciliar tudo, tava ficando muito cansativo, eu não tava dormindo direito, daí por isso que eu tranquei, porque quando eu voltasse, eu parei e pensei, quando eu voltar eu já vou ter conseguido me livrar de muita coisa, então eu já vou ter mais tempo, entre aspas ne, pra conseguir fazer a faculdade, estudar realmente, porque eu tava indo pra faculdade só pra não ter falta, e isso não compensa, porque eu sair daqui de Nova Olinda pra Araguaína, pra ir pra lá e não aprender nada? É a mesma coisa que nada ne.

O que é pra você ser uma mãe solo, na universidade, morando longe?

Ah é muito puxado não vou mentir, porque tipo assim, a maioria dos dias a minha vontade é chegar em casa, ficar em casa com a minha filha, mas eu tenho que ir pra faculdade, é muito cansativo, eu sinto muita falta dela, eu chego do trabalho eu sempre passo na minha mãe, fico la uns 10 minutos e venho pra casa porque eu tenho que ir pra faculdade, então meche muito com o psicológico não vou mentir, é muito cansativo. (KIARA. Entrevista concedida em 18 de outubro de 2023, às 13h57).

Ou seja, homens possuem mais tempo para se dedicarem ao mercado de trabalho, à vida profissional e pessoal do que as mulheres. O papel de mãe solo pode impactar negativamente a educação e a progressão na carreira dessas mulheres, como a interrupção dos estudos, caso da estudante Kiara, que teve que trancar o curso por 1 ano para poder trabalhar. Muitas mães solas precisam interromper ou abandonar seus estudos para cuidar dos filhos. Há também as limitações na carreira, já que a necessidade de horários de trabalho flexíveis e o preconceito alinhado a essas condições podem limitar as oportunidades de emprego. Sem mencionar todas as responsabilidades domésticas, desde a limpeza até a organização das finanças que recaem sobre a mãe solo.

Ao homem foi atribuído o espaço público, enquanto, à mulher, o espaço privado. Mas indago, de qual mulher estamos falando aqui? Porque em se tratando da mulher negra, dedicar-se ao privado, à família e ao lar, teria sido um grande privilégio nos séculos de escravização em que, além de ser a ama de leite e cuidar dos filhos da sinhá, ela trabalhava nos campos e na senzala em pé de igualdade com os homens negros escravizados, sem falar o fato de terem seu corpo hiperssexualizado, sobrevivendo diariamente aos estupros dos seus senhores. Sendo-lhes tirado o direito de criar e amamentar o próprio filho.

3.3 A UNIVERSIDADE ENQUANTO CONDUTORA DE EXPERIÊNCIAS E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

Essa politização da raça e da cultura negra não implica a entrada para o movimento social negro, o que não deixa de ser uma boa experiência. Significa saber que estamos entrando em um terreno complexo, em que identidades foram fragmentadas, autoestimas podem estar sendo destruídas. A fome, a pobreza e a desigualdade têm incidido com mais contundência sobre os descendentes de africanos em nosso país do que em relação ao segmento branco. Como dizem alguns pesquisadores: elas têm cor. A reversão desse quadro diz respeito à construção de políticas públicas específicas, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Significa resgatar a positividade dessa cultura, a sua beleza, a sua radicalidade e sua presença na constituição da nossa formação cultural. (GOMES, 2003, p. 78).

Para Nilma Gomes, os movimentos sociais são “os produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade” (GOMES, 2017, p. 2). Os movimentos sociais ou mobilizações desempenham um papel fundamental na transformação das sociedades, promovendo mudanças políticas, sociais e culturais. Eles surgem como respostas a injustiças percebidas, buscando mobilizar pessoas em torno de causas comuns, a exemplo do Movimento Negro que, a partir da luta, conseguiu conquistar políticas públicas no âmbito dos direitos civis.

Vamos discutir um pouco da vivência de algumas estudantes cotistas dentro dos movimentos sociais na Universidade, o que não significa que, para experimentar a Universidade, haja a necessidade de entrar em um movimento, pelo contrário, assim como a multiplicidade de identidades, há a diversidade de experiências vividas, e essas são únicas. Vamos, então, analisar um pouco dos contextos que envolvem a trajetória acadêmica das estudantes negras cotistas

a partir da sua territorialização do espaço acadêmico. Começo questionando Kalifa: você se sente territorializada na Universidade? Ao que ela responde:

Então eu construí a minha territorialização dentro da universidade, eu tive ajuda, óbvio, porque a gente tá sempre em contato com pessoas, mas fui eu que construí a Kalifa dentro da Universidade, eu me tornei uma pessoa que as pessoas conhecem, mas foi através das minhas ações, foi através de tudo que eu fiz, então assim, mas é um processo muito difícil. Você se fazer, ser visto dentro da universidade é muito difícil, tem que ter muita gente, e tem gente de tudo quanto é jeito, aqui tem pessoas fazendo tudo que é coisa, então, é muito difícil. Mas eu construí a Évora, então, qualquer tipo de territorialização que eu tiver feito, foi eu. Porque as vezes eu vejo muito discursinho que eles querem institucionalizar até mesmo a nossa pessoa e não, não é assim. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

A territorialização foi um esforço individual na experiência da estudante, segundo a qual a contribuição do “outro lado” que seria a instituição, é muito ilusória. É você ocupando esse território e se definindo dentro dele, mesmo com todas as dificuldades. Sabendo que a estudante participou do movimento estudantil como outros movimentos também, questionei-a o que isso representou para ela:

Você acha que o movimento estudantil te ajudou em alguma coisa, nesse sentido, de territorialização, de ocupar esses espaços?

Eu não queria que chegasse nesse ponto, porque eu não tenho uma boa experiência com o movimento estudantil. Eu entrei no movimento, eu fui meio que empurrada no movimento estudantil, eu nunca quis mexer com movimento estudantil porque eu tenho pra mim que o ser humano em si, ele é muito ruim. E principalmente se você tá tentando ajudar eles vão te jogar 50 pedras, você tenta ajudar... então assim, o movimento estudantil do ano passado pra cá, era meio que eu que tava levando, tudo era eu, toda reunião, tudo que era coisa, era eu, era eu, era eu. Mas assim, eu comecei a ser vista como o movimento estudantil, hoje em dia o pessoal tem uma, eles colocaram na cabeça que o DCE é eu. Não gente, o DCE não é eu, o DCE tem umas 17 pessoas dentro do DCE, mas eles só veem eu, eu não tive uma experiência muito boa. **Você é presidente?** Não, eu não sou, outro ponto (risos) eu não sou presidente do DCE apesar que todo mundo acha que é.

Realmente, foi o que você disse que a sua imagem está totalmente associada com a “menina que representa o DCE”:

Então eu comecei a ser meio que aliciada de todos os lados, os estudantes exigem uma coisa, eles não vão te ajudar em nada, mas eles exigem que você faça algo. Ai vem a instituição, você precisa ser desse jeito. Ai o ME foi o povo de fora querendo me jogar dentro de me afiliar em partido político, querendo usar a minha imagem pra... nossa! chegou o ponto que eu larguei de mão, eu falei pro pessoal, eu falei para o dce ne? Para as pessoas... não, eu não vou mais ficar à frente disso, tudo que acontecer eles mandam para o presidente, eu não tenho nada a ver com isso, eu não quero nem saber. O ME foi uma experiência horrível pra mim e eu não quero nunca mais mexer com

isso. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Como podemos ver, a estudante Kalifa teve uma péssima experiência com o movimento estudantil, que exigia uma demanda muito além do que ela deveria suportar, se sentindo inclusive “aliciada” por todos os lados. Dentro desse contexto, a estudante menciona a campanha política que tentaram utilizar sua imagem. A utilização da imagem de pessoas negras apenas para fins de cumprimento de cotas, sem um compromisso genuíno com a inclusão e a diversidade, é mais comum do que pode parecer, inclusive, para se cumprir o próprio percentual de pessoas negras em partidos, para fins de obrigatoriedade.

Kalifa comenta:

Eles queriam bota, porque, a pessoa negra ela é frágil ne? COTA NE? Principalmente... e ela é frágil ne, eu vou te proteger, vem pra cá que eu vou te proteger, não se preocupe. Você vem, você me apoia e eu vou te proteger de tudo. E eu, -eu não preciso de proteção não, gente. Eu dou conta de cuidar de mim mesma e ta tudo bem eu não preciso de proteção não. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

A ideia do “negro frágil” é uma construção social que reforça estereótipos racistas e perpetua desigualdades estruturais. Esse estereótipo pode se manifestar de várias formas na mídia, nas interações sociais e nas instituições. Minimiza a resiliência e a capacidade das pessoas negras, ao mesmo tempo em que desumaniza e infantiliza suas experiências. Esse estigma possui raízes no contexto político e cultural do Brasil, mas é complexo e contraditório, pois esses estigmas atuam conforme o interesse do pacto da branquitude. Ora para dizer que o negro não é capaz, ora para tachar a mulher negra de raivosa quando ela apresenta posicionamento e contesta determinado assunto, ou, em outros casos, quando somos ridicularizados enquanto vitimistas quando denunciemos o racismo estrutural. Logo, para a estudante, o movimento estudantil mais atrasou a sua vivência na Universidade do que ajudou.

Mas Kalifa não teve só experiências negativas em movimentos sociais, pois o Julho das Pretas, que já foi mencionado em um capítulo anterior, é um coletivo de mulheres de todas as idades e raças que a acolheu:

É impressionante quando as pessoas entendem a causa elas ajudam, porque elas entenderam, elas estudaram bem ne? Porque enquanto tem muita gente falando besteira, é porque elas não estudaram, ou estudaram de forma errada. Então, a luta ela existe, ela se faz

necessária, eu só espero que esses coletivos e esses outros movimentos sociais não sejam corrompidos ne? Porque tem muito movimento por aí que é corrompido, então, esse é o meu medo. Foi por isso que eu entrei no Julho das Pretas no início ne, o Julho das Pretas ainda tava começando e ainda estamos começando e eu vejo muitas pessoas bem intencionadas. Então é tipo assim, eu to aqui, eu vou fazer de tudo pra que não seja corrompido, eu vou criar uma bolha aqui e eu não vou deixar estourar. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Pergunto então a Kalifa quem foi que contribuiu mais, se a Universidade ou o coletivo:

O coletivo, eu não vejo nada na Universidade. As militâncias que tem dentro da universidade, eu até brinco com as minhas amigas, as militâncias que tem aqui dentro são muito erradas, é muitas pessoas querendo aparecer, eles querem cliques, eles querem mostrar –eu sou o movimento, mas, e ação de verdade eu não vejo. Então, eu prefiro estar dentro do coletivo, porque la dentro eu vejo ação e não só fala ne? Eu vejo ação de verdade, as pessoas ali estão se ajudando. Se aparece uma precisando, todas as outras vão se movimentar pra ajudar. (KALIFA. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2023, às 13h00).

Os movimentos sociais são formados por pessoas, portanto envolvem individualidades, disputas e negociações, não podendo deixar de defender o objetivo principal que deve ser a invocação da justiça social, como explica Nilma:

É sempre bom destacar que os movimentos sociais têm como intenção política atingir de forma positiva toda a sociedade e não somente os grupos sociais por eles representados. Em sociedades pluriétnicas e multirraciais como o Brasil, os avanços em prol da articulação diversidade e cidadania poderão ser compreendidos como ganhos para a construção de uma democracia, de fato, que tenha como norte político a igualdade de oportunidades para os diferentes segmentos étnico-raciais e sociais e supere o tão propalado mito da democracia racial. (GOMES, ANO, p. 105-106).

Kalifa não foi a única a ter feito parte de movimentos sociais, Jamile também narra sobre sua experiência dentro do movimento, que destoa, em partes, da experiência anterior:

No sentido da luta, a gente luta todos os dias, mas no sentido da nossa cor, aqui na universidade me abriu mais pra isso, a luta. Faço parte do Kizomba, do Enegrecer e na luta de moradia, sabe? Também faço parte, porque a gente também ta em luta de uma casa. Depois que eu conheci o Kizomba, esse movimento, o Kizomba é uma luta que a juventude tem ne, eu acredito que é internacional, e é um movimento em luta, em busca de melhoria pra universidade, eu to aprendendo bastante fazendo parte dele ne? Inclusive, por intermédio dele a gente tentou a abertura das copiadoras e tamo tentando também a abertura da lanchonete. (JAMILE. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2023, às 12h59).

Movimentos como o Kizoma e o Enegrecer possuem a pauta racial em destaque, e foram movimentos aos quais a estudante só teve acesso com o ingresso na Universidade. Ela cita sobre a luta por moradia, e podemos perceber como a luta que envolve questões de classe, moradia, gênero, raça articula-se e está alinhada com a própria iniciativa de ingressar em movimentos como esses, tendo como objetivo traçar estratégias para transformar a própria experiência de vida, a partir de práticas insurgentes.

Já na trajetória acadêmica de Niara, a própria universidade foi o divisor de águas na sua vida, com o ingresso no curso de licenciatura em História, ela comenta a importância que a Universidade teve para ela:

Depois que eu entrei eu falei até pros meninos, gente depois que eu entrei, é parece que eu achei o meu lugar? É como se e tivesse a vida inteira me criado em uma visão diferente, com que pessoa que eu andava, tinham coisas que eu via e aí eu criava aquilo ali na minha cabeça imaginando que eu poderia ser aquilo ali, que eu era aquilo ali que eu poderia mudar meu modo de falar, as roupas que eu queria vestir, porque eu podia andar assim com outras pessoas que eu achava que era meu estilo que era quem eu era e na universidade eu parei e falei, onde é que eu to? Que que é aqui? No curso de História, a diversidade. Gente, eu falo pras pessoas que eu tenho pra mim, a cara da História, assim pras pessoas que me conhecem, porque eu tentei tanto assim a minha vida inteira me encontrar em algum lugar e aqui com as pessoas que tão fazendo o curso, as personalidades, o curso, tudo, é como se eu tivesse me encontrado. (NIARA. Entrevista concedida em 17 de abril de 2023, às 21h09).

A Universidade, principalmente as federais, devido à diversidade que possibilita essa gama de possibilidades e experiências, trouxe consigo esse sentimento de liberdade mútua entre os estudantes. Outra justificativa é o ambiente das universidades federais, enriquecido pela presença de estudantes de diversas regiões do país e de diferentes culturas e etnias, proporcionado pela Política de Cotas. Esse sentimento de encontro, podemos notar nas falas das demais estudantes, que veem na Universidade um instrumento de transformação positiva, no contato com experiências, na ascensão social, no conhecimento assimilado.

Mas, infelizmente, a Universidade, assim como a própria vida, não é feita só de momentos bons. Niara passou por um processo que resultou no seu desligamento do curso. Para compreendermos um pouco dessa situação é necessário compreendermos como ocorre a entrada dos estudantes por Cotas. Após ser aprovado e realizar a matrícula por cotas, esse aluno deverá passar

pela Banca de Heteroidentificação, uma ferramenta recente, que foi criada após o grande número de fraudes que estava ocorrendo nesse tipo de ingresso. Sendo assim, cada Universidade possui autonomia para decidir como será essa banca, mas consiste, basicamente, no aluno se autodeclarar racialmente, frente a um grupo de pessoas, e elas decidirem se o estudante corresponde ou não às categoriais raciais exigidas. O relato de Niara antecede o procedimento da banca de heteroidentificação:

E aí no dia da banca que era pra mim vim eu passei mal, pra caralho de enxaqueca. E eu já tava aqui em Araguaína, daí eu passei mal de enxaqueca, tão tanto que falei para as meninas, gente eu tô vomitando Araguaína inteira, porque crise de enxaqueca pra mim é fortíssima, passo mal real. E aí eu fui embora pra casa porque lá eu podia ir no hospital e pegar o encaminhamento. Porque eu resolvi ir no hospital aqui em Araguaína mas eu precisava do encaminhamento da minha cidade (Babaçulândia). Passei mal, voltei pra minha cidade pra pegar encaminhamento aí cheguei aqui, eu só me consultei a mãe falo, -não, vamos ficar por aqui, tu dorme a gente vê como é que passa. Tão tanto que nesse dia a mãe me colocou pra comer ovo cru gente, e funcionou, eu fiquei chocada, nossa eu quase vomitei. Fui no hospital, consegui o atestado e aí é o que entra, eu perdi a data da banca de heteroidentificação e aí teve o processo de entrar com recurso, aí eu entrei com recurso, preenchi todo o negócio, falei lá, botei os negócios tudo que tinha que bota e enviei e o recurso foi aceito. **Você recebeu uma confirmação?** Não, porque não enviaram nada e pra gente que não foi aceito, mas me disseram que enviaram e aí veio um, mas isso antes... aí veio um dia antes, fiquei puta com isso, que a banca de heteroidentificação tinha sido indeferida com recurso e marcaram isso foi no dia 23, dia 24 era pra mim tá lá. E aí no dia 24 eu fui, no dia 24 o diabo no ônibus atrasou pra desgraça, eu cheguei aqui e fui ali, entrei, eu cheguei era o que? 19:40 da noite, meu horário sempre foi marcado pra noite e aí eu vim. Trabalhei o dia inteiro e falei assim, vou ter que ir lá. Não tinha nem aula esse dia, vou ter que ir lá. Aí eu peguei e vim, o diabo do ônibus quebro, aí eu peguei e entrei, quando eu entrei as meninas que tavam lá -tu vai pra banca? Eu, vou indo pra lá e desci, quando eu cheguei bem ali eu encontrei a responsável pela banca vindo -Niara, Tu perdeu! Como assim? -tu não veio, tu perdeu. E agora? -Tu perdeu a tua matrícula, tu não precisa mais vim pras aulas, tu perdeu tua matrícula. Aí eu peguei e falei bem assim, mas eu cheguei agora indo pra lá aí ela pegou e falou -não, tu perdeu. (NIARA. Entrevista concedida em 17 de abril de 2023, às 21h09).

Quando Niara foi chamada para passar pelo processo da banca de heteroidentificação, ela já estava cursando o terceiro período, ou seja, já estava devidamente matriculada, assistindo suas disciplinas obrigatórias, vivendo a Universidade. Essa ainda é uma das grandes problemáticas do processo, que poderia ocorrer até três anos depois da matrícula, então, caso você não correspondesse aos critérios da banca, poderia ser desligado do curso mesmo já tendo cursado um período.

Ainda existem algumas dificuldades que impossibilitam que o procedimento ocorra no ato da matrícula como seria o ideal. Em 2023, em uma breve conversa com uma das integrantes da banca, ela me disse que era inviável o procedimento ocorrer concomitantemente ou antes da matrícula, exatamente pelo atraso de receberem as informações dos alunos cotistas antes, mas já havia tido um avanço e estavam conseguindo realizar a banca três meses após o ingresso do estudante cotista, o que não foi o caso de Niara que foi forçada a abandonar o curso depois de um ano.

Outro fator, é a falta de uma maior flexibilidade para lidar com questões relacionadas aos alunos cotistas, assim como a burocracia. A trajetória dessas estudantes cotistas apresentou que elas estão potencialmente em maior vulnerabilidade, o que traz aspectos que dificultam o acesso e a permanência na universidade. São alunas que se deslocam de outro município, que trabalham, que fazem duplas ou triplas jornadas para conseguirem se manter nesse espaço e nem sempre conseguem corresponder às normas institucionais da academia.

Nesse sentido, o Capítulo 4 teve como objetivo analisar o processo de territorialização das estudantes negras cotistas, a partir da dimensão simbólica do território dada pela territorialidade. Ou seja, a Universidade é esse território que possui uma identidade hegemônica territorial, mas que também está aberta a territorializações, as quais ocorrem de modo desigual, em que grupos podem territorializar ou serem territorializados.

Como é o caso das estudantes cotistas que, podemos observar, foram territorializadas nesse espaço que possui uma territorialidade hegemônica, mas, ao mesmo tempo, possuem mobilidade suficiente para criarem estratégias que possibilitem a mútua existência de territorialidades. Logo, as disputas territoriais que envolvem relações de poder, estão relacionadas a processos de resistência, nos quais grupos marginalizados buscam reapropriar os espaços que foram negados historicamente.

Portanto, o território, enquanto espaço de luta, é um elemento fundamental na construção das identidades sociais. Ele não é apenas um suporte físico, mas um espaço simbólico carregado de significados e representações. Territorializar é também resistir. As territorializações se dão de diversas formas, podendo ocorrer a partir da luta e reivindicação por espaço, ou por direitos civis, a exemplo dos movimentos sociais. As territorializações de

estudantes negras cotistas são processos de resistência, em que grupos marginalizados e excluídos buscam afirmar suas identidades e equidade, ocupando espaços negados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de territorialização, conforme desenvolvida por Rogério Haesbaert (2011), emerge como uma ferramenta teórica fundamental para compreendermos as dinâmicas sociais e territoriais contemporâneas. A territorialização não se refere apenas à apropriação física de um espaço, mas também à construção simbólica e à afirmação de identidades culturais e políticas nesse espaço. A territorialização é vista como um processo contínuo e multifacetado. Esse processo envolve tanto a resistência quanto a adaptação, refletindo a complexidade das interações sociais e culturais. Ele introduz a ideia de multiterritorialidade, que reconhece que indivíduos e grupos podem estar simultaneamente vinculados a múltiplos territórios e em diferentes escalas, podendo territorializar ou serem territorializados.

Assim também ocorre com as identidades. Hall (2003) argumenta que a cultura é um processo contínuo de produção de significados, no qual a identidade é constantemente negociada e redefinida, bem como a territorialização. Para o autor, as identidades não são fixas nem monolíticas, ao contrário, são construções fluidas, moldadas por práticas culturais e relações de poder.

O processo de territorialização está intrinsecamente ligado às relações de poder em que grupos sociais delimitam, defendem e redefinem continuamente seus territórios em resposta a diversas influências externas e internas, como é o

caso da territorialização de estudantes negras no espaço institucionalizado de disputa Universidade.

Essas reflexões são particularmente relevantes ao analisar a experiência de estudantes negras cotistas na Universidade. A territorialização, nesse contexto, envolve não apenas o ingresso e a permanência física dessas estudantes no ambiente universitário, mas também a luta pelo reconhecimento e pela construção de espaços simbólicos que afirmem suas identidades e resistam às dinâmicas excludentes e discriminatórias presentes na sociedade e na própria academia.

As identidades étnico-raciais são formadas através de processos de identificação, que envolvem tanto a aceitação quanto a resistência aos discursos dominantes. Essas identidades são construídas no contexto de sistemas de representação que, muitas vezes, impõem estereótipos e marginalizam certos grupos. A cultura, nesse sentido, torna-se um campo de disputa em que significados são contestados e novas formas de identidade emergem.

Quando aplicamos essas ideias ao contexto das universidades, especialmente no caso de estudantes negras cotistas, vemos que a luta pela afirmação de identidades étnico-raciais vai além do simples acesso ao ensino superior. Mais do que apenas territorializar a Universidade, é essencial que a mulher negra tenha acesso às políticas de permanência, trata-se também de resistir aos estereótipos e criar espaços onde suas identidades possam ser reconhecidas e valorizadas. A presença dessas estudantes nas universidades representa um desafio às narrativas dominantes e uma oportunidade para a construção de uma cultura acadêmica mais inclusiva e diversificada.

Nesse sentido, para a permanência das políticas públicas de cotas raciais, e o engajamento de negros em espaços privilegiados se torna indispensável a reflexão em torno da identidade étnico-racial, da mestiçagem, e do racismo, reconhecendo as lutas, as desigualdades, e as resistências motivadas pelas ações afirmativas, resistências essas que buscam construir um território simbólico de visibilidade para essas mulheres, pois não são mais objetos observados a partir somente de uma historiografia excludente, mas de personagens ativos manifestados pela ocupação de espaços negados historicamente, por um caminho que promova a equidade racial no ensino superior. Analisamos como o discurso hegemônico através da representação

estereotipada e estigmatizada do negro promove a sua exclusão de espaços institucionalizados, como também a tentativa de apagamento da negritude legitimada pelo Mito da Democracia Racial, que é potencializado quando se trata da mulher negra.

O racismo é direcionado de diferentes formas, por isso torna-se tão necessário o contato com as experiências e o engajamento do povo negro com o processo de produção do conhecimento. Dessa forma, esse estudo investigou o processo de afirmação e construção da própria identidade étnico-racial, relacionada com a ingresso na Universidade pelo sistema de cotas raciais.

A territorialização ocorre de modo contraditório, em diferentes níveis e forças assimétricas. Observamos que as estudantes cotistas territorializaram-se fisicamente com o apoio das cotas, ao mesmo ponto que acabaram sendo territorializadas por uma territorialidade predominantemente hegemônica, o que não apaga as contribuições, reivindicações, negociações e adaptações das estudantes nesse espaço. Porém, não sendo o suficiente para estarem genuinamente territorializadas.

As narrativas analisadas nessa pesquisa são únicas e distintas, ao mesmo tempo que possuem interseccionalidades que se cruzam, como a dificuldade econômica, o sexismo, o racismo, a dificuldade de acesso educacional. Não pretendemos nessa pesquisa, trazer uma análise definitiva ou generalizada sobre as trajetórias educacionais das estudantes, pois são múltiplas e variáveis.

Dessa forma, a pesquisa evidenciou que, apesar das dificuldades trazidas pelo espaço acadêmico, como os conflitos, o desejo de desistência, o racismo, a burocracia e as interseccionalidades que se cruzam, as interlocutoras criaram mecanismos de resistência, e de ressignificação do espaço. Criaram significados a partir do pertencimento a determinados grupos raciais, reivindicando a própria negritude, seja nos laços criados de amizades, nas articulações com movimentos sociais e coletivos, ou nas diversas experiências vivenciadas dentro da Universidade.

Logo, apesar de a Universidade, por meio das cotas, promover a ocupação de espaços privilegiados por grupos marginalizados, ainda atua enquanto fio condutor para a reprodução hegemônica do discurso dominante da branquitude e da agenda neoliberal. Mas, para além disso, torna-se um espaço

de disputa para a criação e ressignificação a partir das transformações epistêmicas que a diversidade étnico-racial possui.

Portanto, para a permanência das políticas públicas de cotas raciais e o engajamento das estudantes cotistas em espaços privilegiados, é indispensável a reflexão em torno das relações étnico-raciais, reconhecendo os efeitos de desigualdade e violências que o racismo produz, tal como a luta por justiça racial e as resistências em torno das ações afirmativas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, NATÁLIA. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil. **Lupa Uol**. 2019. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **85% do trabalho de cuidado é feito por mulheres.** Disponível em <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/85-do-trabalho-de-cuidado-e-feito-por-mulheres/#:~:text=Segundo%20IBGE%2C%20p%C3%BAblico%20feminino%20gasta,horas%2C%20quase%20metade%20do%20tempo.&text=Dados%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,cuidado%20%C3%A9%20feito%20por%20mulheres.> Acesso em 10 jun. 2024.

ALVES J. A. L. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira de Política Internacional.** n. 45, v. 2: 198-223, Brasília, 2002.

ANDIFES. **Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país.** 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2021/08/09/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais/#:~:text=09%20agosto%202021-,Mulheres%20negras%20s%C3%A3o%20hoje%20maior%20grupo%20nas%20universidades%20p%C3%BAblicas%20do,superior%20p%C3%BAblicas%2C%20mostram%20levantamentos%20recentes.> Acesso em: 10 mai. 2024.

BARBOSA, MARIANE. **Percentual de professores negros em universidades públicas é 37 vezes menor que o exigido pela Constituição, diz estudo.** Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/percentual-de-professores-negros-em-universidades-publicas-e-37-vezes-menor-que-o-exigido-pela-constituicao-diz-estudo/#:~:text=Entre%20junho%20de%202014%20e,de%20apenas%200%2C53%25.> Acesso em: 25 mar. 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. **Sustainable Business International Journal.** Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-22, ago. 2011. Disponível em: <http://www.sbijournal.uff.br/index.php/sbijournal/article/view/15/10> . Acesso em: 10 nov. 2023.

BRAGA, Tuwilê Jorge Kin. **A territorialidade do corpo negro na USP.** São Paulo: Dissertação de Mestrado, Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2019.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 30 ago. 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 mar 2023.

BRASIL. Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 out. 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. 27 de março de 1968. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-epolitica-externa/ConvIntElimTodForDiscRac.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o Pensamento de Lélia Gonzalez**. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2014.

CARNEIRO, Sueli. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Paulo, v. 1, n. 42 e 43, p. 303-340, jan./jul. 2003.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. V.2. Florianópolis: **Estudos Feministas**, jul. 1995.

CARVALHO, J. J. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico “, In: SILVA, P. B. G., SILVÉRIO V. R. (Ed.), **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In. MORENO, Renata. **Reflexões e práticas de transformação feminista (org.)**. Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4, São Paulo: SOF, 2015, p.13-42.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? **Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Tradução_Bianca Santana. V.5, N.1. EUA: Universidade de Maryland, College Park, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Trabalho, família e opressão das mulheres negras. In: COLLINS, Patricia. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, p. 129-178.

CONNECTAS. O que é racismo religioso e como ele afeta a população negra. 2022. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/o-que-e-racismo-religioso-e-como-ele-afeta-a-populacao-negra/>). Acesso em: 25 fev. 2024.

CONEXÃO TOCANTINS. **Tocantins tem o maior número de quilombolas da região Norte**. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2023/07/27/tocantins->

[tem-o-segundo-maior-numero-de-quilombolas-da-regiao-norte](#). Acesso em: 15 out. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. “**Racismo afeta desigualdade na primeira infância**”, diz professor de Harvard. 2019. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/primeirainfancia/2019/10/05/racismo-afeta-desigualdade-na-primeira-infancia-diz-professor-de-harvard/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

_____. **Dos 10 cursos mais concorridos da USP, seis não têm nenhum negro**. 2016. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2016/01/06/ensino_ensinosuperior_interna,512930/dos-dez-cursos-mais-concorridos-da-usp-seis-nao-possuem-nenhum-negro.shtml. Acesso em: 10 mai. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

DPE-TO – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS. **Mulheres negras: racismo, preconceito, violência e até feminicídio**. Disponível em: [https://www.defensoria.to.def.br/noticia/34457-mulheres-negras-racismo-preconceito-violencia-e-ate-femicidio#:~:text=Tocantins-.Segundo%20dados%20do%20IBGE%20\(2010\)%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20no,n%C3%BAmero%20absoluto%20s%C3%A3o%20970.655%20pessoas](https://www.defensoria.to.def.br/noticia/34457-mulheres-negras-racismo-preconceito-violencia-e-ate-femicidio#:~:text=Tocantins-.Segundo%20dados%20do%20IBGE%20(2010)%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20no,n%C3%BAmero%20absoluto%20s%C3%A3o%20970.655%20pessoas). Acesso em: 15 mai. 2024.

FEIJÓ, Janaína. Mães solo no mercado de trabalho. **FGV – Blog do IBRE**. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste; VENTURINI, Anna. **Ação Afirmativa: História, Conceito e Debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERNANDES, Nathaly Cristina; NATIVIDADE, Carolina dos Santos. Capítulo 3: Trajetórias de Mulheres Negras no Ensino Superior. In: FELIPE, Delton; CARVALHO, Lílian; CONCEIÇÃO, Marivânia. **Trajetórias Negras na Universidade: o impacto das cotas raciais no ensino superior**. Maringá/PR: Uniedusul Editora, 2020, p.52-62.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOQUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Soc. E Cult.**, v. 12, n. 2, Goiânia, 2009, p. 223-234

G1 SÃO PAULO. **Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas->

[aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml](#). Acesso em: 25 fev. 2024.

G1 TOCANTINS. **Tocantins é o segundo estado do Brasil com maior percentual de indígenas vivendo dentro de terras indígenas.** Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/08/07/tocantins-e-o-segundo-estado-do-brasil-com-maior-percentual-de-indigenas-vivendo-dentro-de-terras-indigenas.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2023.

_____. **Tocantins é o segundo estado do Brasil com maior percentual de indígenas vivendo dentro de terras indígenas.** Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/08/07/tocantins-e-o-segundo-estado-do-brasil-com-maior-percentual-de-indigenas-vivendo-dentro-de-terras-indigenas.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2024.

G1, Rio de Janeiro. **Em 2003, UERJ se torna a primeira universidade do país a adotar cotas.** 3 ago. 2013. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/08/em-2003-uerj-se-tornaprimeira-universidade-do-pais-adotar-cotas.html>. Acesso em: 27 out. 2019.

G1. Proporção de pretos e pardos entre os pobres chega ao dobro em relação aos brancos, mostra o IBGE. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/11/proporcao-de-pobres-pretos-e-pardos-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GERMANO, Grazielly dos Santos. **A universidade como território de resistências:** trajetórias socioespaciais de mulheres cotistas do câmpus de Araguaína - UFT. 2018. 99f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra.** Aletria: UFMG: 2002.

_____. Movimento negro e educação: Ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GONZÁLES, Lélia. **Por um Feminismo Afrolatino Americano:** Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984.

GONZÁLEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho:** efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association. 05 a 07 de abril. Pittsburgh (USA), 1979.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

_____. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. Ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2011.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. 2. ed. Minas Gerais: Editora UFMG, 2013.

_____. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Liv Sovik (Org.); Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. The Spectacle of the Other “. In: HALL, Stuart (Org.). **Representation – Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage/The Open University, 1997.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como a prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ; PCCIS/UERJ. Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p. 464-478, 1995.

_____. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Trad. de Patriota, Rainer. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOTEL RELICÁRIO. **Por que Araguaína é conhecida como a “Capital do Boi Gordo”?** Disponível em: <https://hotelrelicario.com.br/por-que-araguaina-e-conhecida-como-a-capital-do-boi-gordo/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em 20 set. 2024.

INEP. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, c2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estat_isticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Jornal da Marcha**: 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/jornal-da-marcha-300-anos-da-imortalidade-de-zumbi-dos-palmares>. Acesso em: 15 fev. 2022.

IPEAFRO. **Acervo Digital**. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LADEIRA, Mariana Rosa Alves. **Cotas no Ensino Superior**: um estudo sobre a trajetória de identidade e reconhecimento do estudante cotista e seu ingresso na Universidade Pública. Unesp: Franca, 2022.

LOBÃO, Abdenice. Projeto de Lei 73 de 24 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências. **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 24 fev. 1999. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15013> Acesso em: 27 out. 2019.

LOBÃO, Abdenice. Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 25 de novembro de 2008. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, 25 nov. 2008. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/88409>. Acesso em: 27 out. 2019.

MANOEL, Jones. **O negro no mundo (intelectual) do branco**: breve nota sociológica. São Paulo: Blog Boi Tempo, 2020.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6642>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MARQUES, Eugenia Portela. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23. Mato Grosso do Sul: 2018.

MEC. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em 15 jan. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e Sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4 2001.

NASCIMENTO, Abdias. Projeto de Lei do Senado nº 75 de 24 de abril de 1997. Dispõe sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, 24 abr. 1997. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/26657>. Acesso em: 27 out. 2019.

PODER 360. **Ingresso de negros em universidades aumenta 205% com Lei de Cotas**. 2023. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/educacao/ingresso-de-negros-em-universidades-aumenta-205-com-lei-de-cotas/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PODER 360. **Sul é a região com mais brancos proporcionalmente; Norte, com mais negros**. 2023. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/brasil/sul-e-a-regiao-com-mais-brancos-proporcionalmente-norte-com-mais-negros/>. Acesso em: 23 jan. 2014.

Leia mais no texto original: (<https://www.poder360.com.br/brasil/sul-e-a-regiao-com-mais-brancos-proporcionalmente-norte-com-mais-negros/>)

© 2024 Todos os direitos são reservados ao Poder360, conforme a Lei nº 9.610/98. A publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia são proibidas.

PORTAL GELEDÉS. **Defender as ações afirmativas é defender os direitos educacionais das meninas e mulheres negras**. 2022. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/defender-as-acoes-afirmativas-e-defender-os-direitos-educacionais-das-meninas-e-mulheres-negras/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RÁDIO ASPUV. **Maioria dos estudantes das federais tem baixa renda e é negra**. 2019. Disponível em: <https://aspuv.org.br/maioria-dos-estudantes-das-federais-tem-baixa-renda-e-e-negra/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RAMOS, Leni Rodrigues et al. **A interseccionalidade na educação inclusiva: marcadores sociais da diferença**. 2021. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Diversidade e Gênero na Educação) - Universidade Federal da Integração LatinoAmericana – UNILA, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6131>. Acesso em: 27 out. 2019.

REVISTA QUERO. **Universidades com maior presença de alunos negros no Brasil, segundo o MEC**. 2019. Disponível em:

<https://querobolsa.com.br/revista/universidades-com-maior-presenca-de-alunos-negros-no-brasil-segundo-o-mec>. Acesso em: 10 mai. 2024.

SANTOS, Adilson. P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**. 2018.

SILVA, Benedita da. Projeto de Lei do Senado nº 14 de 22 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre a instituição de cota mínima para os setores etnoraciais, socialmente discriminados em instituições de ensino superior. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, 22 fev. 1995. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/24291>. Acesso em: 27 out. 2019.

SOUZA, Marina Grigório Barbosa de. **Histórias e Memórias das Cotas Raciais na UFT**. Campus Universitário de Palmas: Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação, 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. 3ª ed. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UFJF NOTÍCIAS. Campo e Comunidade. **Ausência de professores negros é ponto crítico em universidades**. nov. 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins. **Acessibilidade**. Disponível em: <https://ufnt.edu.br/acessibilidade/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. **Solenidade em Araguaína marca o encerramento da Transição e Tutoria**. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/noticias/solenidade-em-araguaina-marca-o-encerramento-da-transicao-e-tutoria>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Decreto que instituiu a Universidade Federal do Tocantins completa 21 anos**. 2021. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/noticias/decreto-que-instituiu-a-universidade-federal-do-tocantins-completa-21-anos>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **UFT apresenta projeto de inclusão e divulga programação de eventos**. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/noticias/uft-apresenta-projeto-de-inclusao-e-divulga-programacao-de-eventos#:~:text=Atualmente%20a%20UFT%20possui%2014.187,da%20comunidade%20acad%C3%AAmica%20%C3%A9%20negra>. Acesso em: 10 jul. 2023.

UOL. **Chacinas: negros são as maiores vítimas da violência policial**. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2023/08/03/chacinas-negros-sao-as-maiores-vitimas-da-violencia-policial.htm>. Acesso em: 20 jan. 2024.

USP. Imprensa Negra Paulista. **Alvorada**. Disponível em: <https://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/alvorada/>. Acesso em 10 nov. 2023.

WESTIN, RICARDO. Racismo religioso cresce no país, prejudica negros e corrói democracia. **Agência Senado**. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/racismo-religioso-cresce-no-pais-prejudica-negros-e-corroi-democracia>. Acesso em: 15 nov. 2023.